



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**JANAÍ JUCÉIA DE OLIVEIRA TRINDADE**

**AGROECOLOGIA NO OESTE DE SANTA CATARINA: DE SUA GÊNESE AO  
ESTUDO DE CASO DE PEQUENOS AGRICULTORES**

**CHAPECÓ**

2022

**JANAÍ JUCÉIA DE OLIVEIRA TRINDADE**

**AGROECOLOGIA NO OESTE DE SANTA CATARINA: DE SUA GÊNESE AO  
ESTUDO DE CASO DE PEQUENOS AGRICULTORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
História da Universidade Federal da Fronteira Sul como  
requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Samira Peruchi Moretto

**CHAPECÓ**

2022

### **Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Trindade, Janaí Jucéia de Oliveira  
AGROECOLOGIA NO OESTE DE SANTA CATARINA: DE SUA  
GÊNESE AO ESTUDO DE CASO DE PEQUENOS AGRICULTORES /  
Janaí Jucéia de Oliveira Trindade. -- 2022.  
103 f.:il.

Orientadora: Professora Doutora Samira Peruchi  
Moretto

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,  
Chapecó, SC, 2022.

1. Agroecologia; Agricultura familiar; relações  
socioambientais; produção de alimentos.. I. Moretto,  
Samira Peruchi, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

**JANAÍ JUCÉIA DE OLIVEIRA TRINDADE**

**AGROECOLOGIA NO OESTE DE SANTA CATARINA: DA GÊNESE AO ESTUDO DE CASO DE PEQUENOS AGRICULTORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 24/02/2022

**BANCA EXAMINADORA**

*Samira P. Moretto*

---

Prof. Dra. Samira Peruchi Moretto – UFFS  
Orientadora

*F. Schörner*

---

Prof. Dr. Ancelmo Schörner – UNICENTRO  
Avaliador

*Miguel M. X. de Carvalho*

---

Prof. Dr. Miguel Mundstock Xavier de Carvalho – UFFS  
Avaliador

*Alfredo Lopes*

---

Prof. Dr. Alfredo Ricardo Silva Lopes – UFSC  
Avaliador

## AGRADECIMENTOS

Acredito que ninguém faz nada sozinho, portanto, este trabalho é o resultado das ações de muitas pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para a sua realização. Creio em Deus e, portanto, não posso deixar de agradecer a Ele: a fé me sustentou e me deu mais convicção ainda, de que Ele não rejeita a ciência, ao contrário, nos apoia em nossas descobertas e na construção do conhecimento.

Agradeço aos meus pais, Jair Cláudio de Oliveira e Zenaide Terras de Oliveira (*in memoriam*), que não puderam presenciar essa conquista, mas que sempre viram o melhor em mim e me fizeram perceber que eu podia ir além. Aos meus irmãos, Ederson Terras de Oliveira e Leila Mara Palmieri Ramin, minha família, por torcer por mim nesses anos de mestrado. Ao meu esposo, Emerson José Trindade, que acredita sempre mais em mim do que eu mesma e que me impulsiona a desenvolver meu potencial. Obrigada querido, por tanto apoio! Minha gratidão à minha filha Evelyn Lia Trindade, por cuidar de mim no momento mais difícil desse percurso, confiando que eu ficaria bem para continuar a jornada.

À minha orientadora, Samira Peruchi Moretto, por ter sido essa grande benção em minha vida, por não desistir de mim quando eu mesma desistia, por entender meus dias maus, por me orientar a cada passo dessa jornada do conhecimento. Obrigada pela paciência, atenção, pelas tantas leituras do meu trabalho, pelos muitos conselhos e sugestões para tornar melhor minha construção. Nem todas as palavras do mundo seriam capazes de expressar minha gratidão a você!

Meu grande agradecimento ao professor e amigo Antônio Carlos Moreira, professor da minha graduação em Geografia, que sempre me instigou a continuar buscando e construindo conhecimento, e que semeou o interesse por pesquisar relações mais solidárias de produção. Obrigada Antônio, por sempre ver o melhor em mim e me provocar para que isso venha à tona.

Da mesma forma, não posso deixar de agradecer aos professores que ministraram os componentes curriculares e contribuíram para a minha compreensão do processo de pesquisa no mestrado: aos professores Antônio Carlos Radin, Claiton Márcio da Silva, Gerson Wasen Fraga, Delmir José Valentini, Miguel Mundstock Xavier de Carvalho, Marlon Brandt e Samira Peruchi Moretto, minha gratidão.

Aos colegas Jordan Brasil dos Santos, Letícia Maria Venson, Daiana Varotto e Fábio Araújo, por me incentivarem a fazer o processo seletivo para o mestrado quando eu ainda era aluna especial do programa. Obrigada queridos, por compartilhar seu conhecimento comigo

sem reservas. Vocês são demais! Ao professor Claiton, que da mesma forma, me incentivou e acreditou que eu seria capaz de chegar ao mestrado em História.

Às colegas mais chegadas que irmãs, Maria Ivoneide Leal e Géssica Rodrigues, por ouvir minhas angústias, por me animar, por não me deixar vencer pelo cansaço, pelo abatimento. Pelas orações, pelo cuidado, pelo amor! Sem vocês, a conclusão desse trabalho não seria possível.

Meus sinceros agradecimentos às queridas Solange Rubenich e Dara Gabriela de Oliveira, que aceitaram prontamente participar dos estudos de caso, compartilhando suas experiências e me permitindo entender a relação entre agroecologia e agricultura familiar na prática. Suas contribuições foram maravilhosas e geraram uma paixão ainda maior por esse estilo de vida.

Minha gratidão também aos membros da banca de qualificação e da defesa final por suas importantes contribuições para o aperfeiçoamento deste trabalho.

A todos os demais familiares, amigos e colegas que não foram nomeados e que são muitos, minha gratidão por todo incentivo!

“Que seu remédio seja seu alimento, e que seu alimento seja seu remédio.” (Hipócrates)

## RESUMO

O presente trabalho estabelece um paralelo de três décadas entre as práticas da agroecologia e da agricultura familiar, para oferecer a análise de fatores que influenciaram agricultores do Oeste de Santa Catarina a introduzirem e a desenvolverem a prática da agroecologia, no período de 1990 a 2021. Considera importante salientar a participação e o envolvimento da agricultura familiar desde a produção dos alimentos até a sua comercialização, bem como as relações socioambientais oriundas dessa forma de cultivo, assim como demonstrar a evidência da importância do trabalho de pequenos agricultores na produção agroecológica, cujo princípio, conclui-se também a respeito dessa amostra, passa a se constituir em um modo de vida que prioriza a conservação e preservação do meio ambiente. A partir da História Ambiental e utilizando fontes documentais, discorre sobre a clara manifestação do pensamento agroecológico, com especial atenção na região Oeste de Santa Catarina. Além disso, o atual tratado apresenta subsídios para a compreensão sobre o processo de adesão da agricultura familiar ao modelo de produção agroecológico, através de estudos de caso, respostas de questionários e contatos por meio de redes sociais, com famílias produtoras nas imediações do município de Chapecó (SC).

Palavra-chave: Agroecologia; Agricultura familiar; relações socioambientais; produção de alimentos.



## RESUMEN

El presente trabajo establece un paralelo de tres décadas entre las prácticas de la agroecología y la agricultura familiar para ofrecer un análisis de los factores que influyeron en los agricultores del Oeste de Santa Catarina para introducir y desarrollar la práctica de la agroecología en el período de 1990 a 2021. Considera importante destacar la participación e implicación de la agricultura familiar desde la producción de alimentos hasta su comercialización, así como las relaciones socioambientales que se derivan de esta forma de cultivo, y demostrar la evidencia de la importancia del trabajo de los pequeños agricultores en la producción agroecológica, cuyo principio, se concluye también con respecto a esta muestra, viene a constituir una forma de vida que prioriza la conservación y preservación del medio ambiente. A partir de la Historia Ambiental y utilizando fuentes documentales, discurre sobre la clara manifestación del pensamiento agroecológico, con especial atención en la región Oeste de Santa Catarina. Además, el tratado actual presenta subsidios para la comprensión del proceso de adhesión de la agricultura familiar al modelo productivo agroecológico, a través de estudios de caso, respuestas a cuestionarios y contactos a través de redes sociales, con familias productoras del entorno del municipio brasileño de Chapecó, Santa Catarina.

Palabras clave: Agroecología; Agricultura familiar; relaciones socioambientales; producción de alimentos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Mapa da região Oeste de Santa Catarina .....	58
Figura 2	- Foto da propriedade produtora de morangos pertencente à família A ....	75
Figura 3	- Cultivo de morango em estufa – Morangos Rubenich .....	77
Figura 4	- Alguns dos produtos comercializados pelo Sítio Boas Raízes .....	82
Figura 5	- Folder de divulgação dos Morangos Rubenich .....	88
Figura 6	- Características e benefícios do Morango .....	89
Figura 7	- Origem, vitaminas e sais minerais do morango .....	90
Figura 8	- Cardápio de Verduras e Ervas frescas .....	91
Figura 9	- Cardápio de Blends de Ervas Orgânicas .....	91
Figura 10	- Cardápio de Blends de Ervas Orgânicas .....	92
Figura 11	- Produtos cultivados e desenvolvidos no Sítio Boas Raízes .....	93
Figura 12	- Produtos cultivados e desenvolvidos no Sítio Boas Raízes .....	94
Figura 13	- Pomada natural, indicada para cortes, ferimentos e picadas de insetos ...	95

## LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Agricultores Biológicos
AAO	Associação de Agricultura Orgânica
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ABIO	Associação de Agricultores Biológicos
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CEOM	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EBAA	Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
ENA	Encontro Nacional de Agroecologia
FAEAB	Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
PTA	Projeto Tecnologias Alternativas
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
Rede PTA	Rede de Intercambio de Tecnologias Alternativas
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TA	Tecnologias Alternativas

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.....	21
2.1 Agroecologia: mais que um modelo alternativo de produção.....	23
2.2 A emergência do pensamento agroecológico no mundo.....	33
2.3 Que ventos trouxeram a Agroecologia para o Brasil?.....	41
2.4 Revolução Verde: o empurrão para o surgimento dos movimentos agroecológicos.....	50
3 QUEM SÃO OS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE: AGRICULTURA FAMILIAR E A AGROECOLOGIA.....	56
3.1 Gênese do movimento agroecológico na região Oeste de Santa Catarina.....	56
3.2 o despertar da população brasileira para o consumo sustentável.....	62
3.3 Produzir e comercializar agroecológicos.....	66
4 UM ESTUDO DE CASO: FAMÍLIAS COM PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO OESTE DE SANTA CATARINA.....	72
4.1 Família produtora de morangos agroecológicos: Morangos Rubenich.....	73
4.2 Família produtora de hortaliças e legumes agroecológicos.....	79
4.3 Como é ser agroecológico NO OESTE CATARINENSE?.....	83
4.4 Da terra ao consumidor: a venda dos produtos.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	100
FONTES.....	105

## 1 INTRODUÇÃO

A resignificação da prática agroecológica se caracterizou pela dinâmica que abarcou as práticas do passado utilizadas por povos chamados tradicionais, e os novos conhecimentos desenvolvidos, sobretudo no século XX, num vaivém entre as escalas local, global e mundial. Tornou-se um constante movimento, que envolve relações dos humanos com a natureza e dos humanos entre si, em várias escalas de tempo e espaço.

O presente trabalho, realizado no Programa de Pós-Graduação em História na Linha de Pesquisa *História do povoamento, da agricultura e do meio ambiente*, comporta como objetivo analisar quais os fatores que influenciaram pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina a introduzirem a prática agroecológica na produção de alimentos, no período de 1990 a 2020, a fim de se observar as relações socioambientais derivadas desse processo, através de estudos de caso. O período de recorte temporal foi delimitado em consideração a emergência dos conceitos de sustentabilidade e agroecologia no Brasil e no Oeste de Santa Catarina.

Assim sendo, o intuito é o de identificar como a agroecologia emergiu, enquanto tema e prática no mundo e no Brasil, e, quando se tornou uma possibilidade de produção e modo de vida no Oeste Catarinense. Trata-se de inicialmente de entender como os autores discutem as diferentes formas de conceber a agroecologia, seja do ponto de vista da Agronomia, da Ecologia, ou dos Movimentos Sociais, bem como compreender o contexto e as ações políticas que resultaram na implantação dos processos agroecológicos para a produção de alimentos. Dessarte buscou-se compreender como os pequenos agricultores optaram pela prática agroecológica, como ocorreu esse processo Oeste de Santa Catarina, e como as famílias concebem e vivem essa prática. Fez-se necessário ouvir a voz dessas famílias, dessas mulheres e homens que estão no cotidiano da produção agroecológica; ouvir como eles se percebem inseridos nesse contexto e como explicam as relações estabelecidas com a sociedade local e com o meio ambiente. A partir de duas famílias de pequenos agricultores selecionadas como amostra, foram realizados dois estudos de casos para compreender como as ações e políticas agroecológicas possibilitaram a conservação e preservação do meio ambiente a partir de sua forma de produzir. Essas famílias são residentes na área rural da região Oeste de Santa Catarina (Chapecó e Guatambú). São produtoras de alimentos agroecológicos, comercializados em Chapecó através das redes sociais (principalmente *Instagram* e *WhatsApp*), e também em pequenas feiras de produtos agroecológicos, entregues em sistema de *delivery*.

Devido à pandemia de Covid 19, não foi possível realizar pesquisa de campo nessas propriedades, mas foi possível obter material para a realização dos estudos de caso, por meio de questionários, de material publicado no Instagram e de conversas via *WhatsApp*. Este material está no acervo do Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS, que é coordenado pela professora Samira Moretto e pelo professor Marlon Brandt, e do qual, sou integrante. Em tempos de isolamento, os aplicativos de redes sociais se tornaram importantes ferramentas para o contato com as famílias. Para o registro nos estudos de caso, foram mencionados os nomes dos produtores contatados.

Optou-se pelo uso das redes sociais para a obtenção de informações complementares, que preencheram lacunas existentes nas respostas ao questionário. São fontes pouco usuais, mas que vêm ganhando seu espaço e, considerando o isolamento social necessário para a contenção da Covid 19, possibilitaram realizar conversas com as produtoras pelo *WhatsApp*. Ao responder por o escrito o questionário, as produtoras falaram brevemente sobre as questões solicitadas, mas ao conversar pelo aplicativo, elas forneceram informações que se tornaram relevantes para a compreensão de sua realidade na produção agroecológica.

O Instagram foi outro instrumento de pesquisa utilizado devido à necessidade de compreender as realidades das famílias questionadas, sua forma de trabalho, de subsistência, de comercialização. Essa rede social é amplamente utilizada pelas duas famílias para divulgar seus produtos, comercializar e criar conexões com a comunidade. Apesar de inicialmente não ter sido planejada a utilização desses instrumentos para pesquisar, tornaram-se importantes fontes para a realização dessa dissertação.

Os assuntos relacionados ao meio ambiente sempre fizeram parte dos interesses despertados no processo de formação pessoal e familiar desta professora e agora pesquisadora. Seja através dos professores que propuseram o desafio de pensar e viver de forma solidária, seja por meio dos avós e pais, foi aprendida uma importante lição: é preciso cuidar, respeitar e querer bem a natureza e as pessoas. Na graduação obtida em Geografia, houve um envolvimento acadêmico com temas relacionados a essa área, culminando no desenvolvimento de um projeto de pesquisa que objetivava compreender a relação existente entre a adesão à coleta seletiva e as condições socioeconômicas dos moradores de dois bairros em Chapecó, cuja realidade socioeconômica de ambos os lugares era extremamente oposta. Considerando-se o período em que a pesquisa foi realizada (2003-2004), tratava-se dos esforços iniciais para a formação de um pensamento ecológico em relação à redução da geração de resíduos e a correta destinação dos mesmos, levando-se em conta, na época, que

era recente a criação do aterro sanitário em Chapecó (criado em 2000 e fechado em 27/01/2009 – dados publicados pelo NSC Notícias neste dia).

O interesse pessoal pela agroecologia ocorreu-me há pouco tempo. Nasceu a partir da busca por uma melhor qualidade de vida, na busca por alimentos produzidos de forma mais natural e, portanto, mais benéficos para o corpo humano. No entanto, o interesse por esse tema como uma possibilidade de pesquisa surgiu através da leitura do resultado da pesquisa de doutorado do professor Antônio Carlos Moreira, professor da Graduação em Geografia e incentivador dos estudos, desta na ocasião acadêmica, do curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), publicado com o título *A conquista na fronteira: desenvolvimento territorial com sustentabilidades*<sup>1</sup>. A partir da leitura dessa publicação, surgiu o interesse por pesquisar formas de relacionamento das sociedades humanas com o território e como elas podem ou não contribuir para a conservação e preservação do meio ambiente. Neste cenário é que a agroecologia surge como tema de pesquisa desse trabalho.

A partir de então, compreender como ocorreu o processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, na região Sul e no Oeste de Santa Catarina, bem como compreender as causas que influenciaram para a emergência de um pensamento agroecológico na sociedade e, o que motivou os pequenos agricultores a optarem por essa forma de produção no Oeste de Santa Catarina tornou-se mais que uma simples curiosidade ou uma necessidade, em um desafio pessoal e acadêmico com assegurada relevância no âmbito profissional.

Um dos conceitos mais utilizados de sustentabilidade a descreve como a maneira de pensar e desenvolver estratégias para que as sociedades humanas não agravem a destruição dos recursos naturais existentes. É o modo de viver o presente de forma mais racional para que se alcance um futuro com territórios mais equilibrados. É pensar e refletir a respeito do uso de tecnologias que respeitem os elementos da natureza equilibradamente, sem extingui-los. O desenvolvimento sustentável se posiciona contrário ao que se denomina como agricultura moderna e que, no século XX ampliou sobremaneira a produção agrícola, porém, sem considerar as degradações e contaminações, comprometendo a qualidade de vida da sociedade atual e a disponibilidade futura de recursos.

A partir da sustentabilidade pode-se pensar na importância de outro conceito de produção e de consumo no meio rural, sendo este a agroecologia. A agroecologia é uma forma de agricultura da qual a maioria das pessoas já ouviu falar. É um tema que está presente em

---

<sup>1</sup> MOREIRA, Antônio Carlos. **A conquista na fronteira: desenvolvimento territorial com sustentabilidades**. Frederico Westphalen: URI, 2013.

muitas manchetes e conversas cotidianas, que é politicamente correto, mas que pode estar sendo tratado de forma superficial enquanto modo de pensar e agir, e até mesmo do ponto de vista conceitual.

A agricultura mundial passou por mudanças significativas a partir do século XIX, quando todo um aparato tecnológico, fundamentado no conceito de modernização, de racionalidade e de ciência, é aplicado na organização da produção com a finalidade de permitir aumento da produtividade e, conseqüentemente, dos lucros. No caso da América Latina, a Revolução Verde foi imprescindível para esse processo, pois revestida de cientificidade deu a entender de que era fundamental que houvesse uma mudança na forma de produzir para ampliar a quantidade de alimentos no mundo. Essa ideia, muitas vezes foi associada à erradicação da fome, como nos mostra Umaña:

Esta variante semântica é especialmente evidente no livro *Campanhas contra a Fome* (1967), escrito por E.C. Stakman, Richard Bradfield e Paul C. Mangelsdorf; os cientistas pioneiros do programa agrícola que a Fundação Rockefeller desenvolveu no México a partir de 1941. Esta perspectiva se caracteriza por dois aspectos em particular. Em primeiro lugar, por um tratamento hagiográfico do processo de experimentação agrícola, convertido neste texto em uma “missão”, impulsionada pela vontade e o interesse dos cientistas estadunidenses por melhorar as condições produtivas da agricultura no México.<sup>2</sup>

Assim como na América Latina, no Brasil, a partir da década de 1960 pode-se relacionar um aumento do uso de insumos, maquinários e sementes geneticamente modificadas utilizadas em nome da dita modernização, que desconsiderou totalmente a preservação dos recursos e a qualidade de vida da população. Nesse modelo, os agricultores eram considerados como “depositários de conhecimentos e pacotes de pesquisa”.<sup>3</sup> Muitos deles não conseguiram permanecer no campo e foram forçados a migrar para as cidades, caracterizando o que conhecemos como êxodo rural, a partir da década de 1970. Segundo Gomes e Assis,<sup>4</sup> entre as décadas de 1960 e 1980, a Ditadura Civil Militar reforçou esse modelo e reprimiu todas as formas de organização popular no Brasil. Conseqüentemente a década de 1980 ficou conhecida como a década perdida, devido aos graves problemas sociais e econômicos, mas foi também um período de grandes mudanças sociais.

---

2 UMAÑA, Wilson P. Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. *In: Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC)*. **Revista de la Solcha**, v. 3, n. 2, p. 490-521, 30 mar. 2014. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/140>. Acesso em: 18 abr. 2019. p. 493.

3 ROCHA, C. H.; SOUZA, N. M.; WEIRICH NETO, P. H. (orgs.). **Sustentabilidade: a transformação vem da agricultura familiar**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p.12.

4 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 1). p. 39.



No entanto, é a partir da década de 1970, justamente nesse contexto e a partir da necessidade, que surgem movimentos sociais de contestação, não somente a um modelo agrícola, mas de contestação a um modelo de vida. A própria História Ambiental emerge nesse período:

A ideia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientais entre os cidadãos de vários países. Em outras palavras, ela nasceu numa época de reavaliação e reforma cultural, em escala mundial.<sup>5</sup>

Essa reavaliação se encaminha no sentido de transformar práticas mercadológicas em práticas de produção que priorizem uma exploração sustentável dos recursos, e a Agroecologia se traduz em uma dessas práticas. A partir da década de 1990, surge o debate sobre a necessidade de se desenvolver políticas públicas de apoio à agricultura familiar, que reconheçam sua importância socioeconômica e ambiental e seu papel na segurança alimentar do país<sup>6</sup>. A agroecologia traz possibilidades de produzir de forma em que todas as partes que compõe o meio ambiente se relacionem de forma solidária, onde se desenvolvam relações mais justas e igualitárias.

Considera-se pertinente investigar mais de perto essas relações estabelecidas entre sociedade e natureza sob uma perspectiva de desenvolvimento sustentável por meio da Agroecologia, na esperança de reconhecer espaços mais igualitários, democráticos e solidários, pessoas de todas as idades como cidadãos conscientes de sua responsabilidade com a natureza e uns com os outros. De igual forma, precisamos reconhecer que ventos trouxeram a Agroecologia até nossas terras, as terras do Oeste Catarinense, como uma possibilidade de produzir alimentos com responsabilidade social e ambiental.

Quando se trata de agroecologia, trata-se não somente de um modo de produção, mas também do que diz respeito a uma alimentação saudável, ao cuidado com a saúde das pessoas, a uma relação respeitosa com os recursos naturais, a um estilo de vida. Trata-se de conhecer e reconhecer espaços onde se encontram uma economia solidária, o acesso à terra e a justiça ambiental. Na obra *Agroecologia: princípios e reflexões conceituais*<sup>7</sup>, Gomes e Assis discutem a evolução do conceito de agroecologia e como o termo ganhou importância nos

---

<sup>5</sup> WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, dez. 1991. p. 199. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 18 abr. 2019.

<sup>6</sup> ROCHA, C. H.; SOUZA, N. M.; WEIRICH NETO, P. H. (Orgs.). **Sustentabilidade: a transformação vem da agricultura familiar**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016. p.11.

<sup>7</sup> GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Coleção Transição Agroecológica, 1, p. 78. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p.

últimos quarenta anos. Por agroecologia, entende-se o “manejo ecológico dos recursos naturais, a partir de uma ação social coletiva de caráter participativo; de enfoque holístico; e de uma estratégia sistêmica [...] para superar as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade.”<sup>8</sup>. Para Altieri, a ciência Agroecológica vai além do não uso de agroquímicos e práticas alternativas. O autor enfatiza tratar-se de agroecossistemas complexos, “nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos”<sup>9</sup>.

A crise ambiental nos leva a reflexão de que se precisa mudar de rumo e de que a humanidade já deveria ter feito isso há muito tempo, o que impulsiona esta pesquisa a buscar na história elementos que contribuam para a mudança de paradigmas. Segundo Worster<sup>10</sup>, é a partir da percepção de que a humanidade já vive há muito tempo nesse planeta, que torna inegável o fato de que as sociedades humanas são parte dele e que suas decisões afetam diretamente o mundo natural e as sociedades como um todo. Na ocasião em que a sociedade começava a clamar por justiça ambiental, motivada pela percepção dos danos que ela mesma causou e ainda pode causar, emergiam movimentos que passavam a abraçar essa causa.

No início dos anos 1970 temos a existência de um persistente movimento conservacionista, quando ocorre a emergência do ambientalismo vinculado com as lutas pelas liberdades democráticas manifestadas através da ação isolada de escolas, professores e estudantes, de pequenas ações de organizações da sociedade civil, de prefeituras e governos estaduais com atividades educacionais voltadas a ações para recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente.<sup>11</sup>

É também a partir da década de 1970 que a ideia de uma agricultura alternativa começou a ser mais presente, sobretudo de profissionais da área agrária, como agrônomos. Em Gomes<sup>12</sup>, podemos perceber historicamente como ocorreu a emergência de um

8 SEVILLA GUSMÁN, E. GONZÁLES DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. **El campo y la ciudad**. Madrid: Ministério de Agricultura, pesca y alimentación, 1996.

9 ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ed. rev.ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 105.

10 WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, dez. 1991, p. 199. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 18 abr. 2019.

11 ROCHA, Maristela Ferreira da. KLANOVICZ, Jó. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: História e Educação Ambiental: Abordagens, problemas e perspectivas**. Dia a Dia Educação. Portal Educacional do Estado do Paraná. Curitiba: SEED/PR., 2014. v.2. (Cadernos Produção Didático-Pedagógica). Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2012/2012\\_unicentro\\_hist\\_pdp\\_maristela\\_ferreira\\_da\\_rocha.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_unicentro_hist_pdp_maristela_ferreira_da_rocha.pdf). Acesso em: 16 nov. 2019. p. 5.

12 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Coleção Transição Agroecológica, 1. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p.

pensamento agroecológico no Brasil e de como essa nova possibilidade de produção de alimentos deu origem a políticas públicas que forneceriam bases científicas para a produção agroecológica, valorizando os saberes históricos dos agricultores e das comunidades tradicionais.

Zarth é um dos autores que pode contribuir no sentido de fornecer um panorama da história do campesinato na Fronteira Sul do Brasil. Além dele, também Sevilla Guzmán e González de Molina<sup>13</sup> são outros dois autores que desenvolveram pesquisas de base para perceber-se a evolução do conceito de campesinato. No trabalho organizado por Radin, Valentini e Zarth, intitulado *História da Fronteira Sul*<sup>14</sup>, observou-se o processo de ocupação histórica da região meridional do Brasil, chamada Fronteira Sul do Brasil, a partir de diferentes olhares e abordagens.

Para compreender quem são os pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina foi de suma importância articular as características e o contexto de formação contemplado nos textos de Winckler [*et al*], intitulado Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. É possível compreender como o processo de colonização e a estrutura fundiária estabelecida na região oeste catarinense (minifúndios) foram fundamentais para a implantação de frigoríficos na região, para o surgimento do sistema de integração dos pequenos agricultores à indústria e, mais tarde para um processo de retorno ou adesão a práticas de produção sustentáveis.<sup>15</sup> Miochutti [*et al*] descreve o processo histórico de formação do campesinato, da pequena agricultura e a estreita relação com o território, perpassando a existência de povos indígenas e caboclos no Oeste de Santa Catarina desde a chegada dos colonizadores gaúchos, até a implantação da indústria e a integração dos pequenos agricultores. Ambos os autores destacam o desejo dos pequenos agricultores de viver em um sistema de produção e comercialização que estabelecesse relações de cooperação entre as pessoas e destas com o meio ambiente.<sup>16</sup>

---

13 SEVILLA GUSMÁN, E. GONZÁLES DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. **El campo y la ciudad**. Madrid: Ministerio de Agricultura, pesca y alimentación, 1996.

14 RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A.(orgs) **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2016.

15 WINCKLER, Silvana. RENK, Arlene. MUNARINI, Ana Elsa. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense** Vol. 15, N. 1/2 (2018).

16 MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvio Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. In: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de

A título de definição do que é qualificado como agricultura familiar, a Lei 11.326 de 2006, em seu Art. 3º, considera “agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural”, que não possua propriedade maior do que quatro módulos fiscais, utilizando “predominantemente mão-de-obra da própria família” e cuja renda familiar resulte predominantemente de atividades econômicas desenvolvidas no próprio estabelecimento, e, que este seja administrado com sua família. A agricultura familiar passa a ser fundamental no abastecimento da mesa dos brasileiros.

Outra importante referência utilizada para a realização deste trabalho foi a dissertação de mestrado de Forchesatto, sob o título Feiras da reforma agrária: concepção sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica, defendida em 2018. Este trabalho forneceu consideráveis subsídios para compreender a realidade das mulheres assentadas que produzem agroecológicos e os comercializam nas Feiras da reforma agrária. Foi possível utilizar as práticas das mulheres ligadas ao Movimento dos trabalhadores Sem Terra (MST) como parâmetro de produção de alimentos e práticas de comercialização para comparar com as práticas da agricultura familiar, avaliando rupturas, permanências, continuidades.<sup>17</sup>

Por tratar-se de um tema de pesquisa que transita entre conhecimentos de Agronomia, Agricultura, Ecologia, História, Geografia, Sociologia, dentre outros, fez-se necessária a utilização de uma metodologia interdisciplinar, que se apoiou sobretudo na História Ambiental. A História Ambiental, por ser um campo de conhecimento histórico cuja prática baseia-se na interdisciplinaridade, é capaz de fornecer subsídios para a análise das relações estabelecidas pelos diferentes sujeitos sociais entre si, e destes com o meio ambiente, do qual também são parte. Pelo viés da História Ambiental, pode-se repensar questões do presente, analisando esses processos ao longo de um determinado espaço de tempo, porém, repensando “[...]as interações entre os sistemas sociais e naturais, considerando as consequências dessas interações ao longo do tempo.”<sup>18</sup>

A opção pela metodologia interdisciplinar se deu pelo entendimento de que esta seja a melhor escolha para a investigação de um problema de pesquisa que envolve agroecologia,

---

Geociências, 2006. 2014.

17 FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO F., Francisco, [ed]. *Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos* / Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A. 1ª ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014. Disponível em: <<https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/328/agriculturas-campesinas-propuestas-y-desafios-web.pdf>> Acesso em 28 jan. 2022. p. 19.

18 FERRI, Gil Karlos. História Ambiental: historiografia comprometida com a vida. *Café História*, [S.l.] 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/> Acesso em: 13 nov. 2019.

pequenos agricultores, preservação e conservação ambiental. Nesse sentido, destaca-se a observação de Pádua:

A História ambiental apresenta-se hoje como um campo vasto e diversificado de pesquisa. Diferentes aspectos das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais são esquadrihados anualmente por milhares de pesquisadores. A produção atual engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais. [...] <sup>19</sup>

Para Koselleck<sup>20</sup>, os tempos históricos se dividem em vários estratos, como camadas, que remetem uns aos outros, que se perpassam por vezes, mas que independem uns dos outros muitas vezes. “O proveito de uma teoria dos estratos do tempo consiste em sua capacidade de medir diferentes velocidades, acelerações ou atrasos, tornando visíveis os diferentes modos de mudança, que exibem grande complexidade temporal”<sup>21</sup>. Esses diferentes estratos de tempo permitem que o historiador investigue como determinados eventos, mudanças e permanências históricas são assimilados de maneira diferente pelos diferentes segmentos de uma mesma sociedade, bem como por diferentes gerações. Segundo o autor, as gerações contemporâneas se comunicam e trocam experiências, e através desse movimento de troca é que se pode observar as repetições e singularidades.

Nesse sentido, pode-se observar como a emergência de um modelo agroecológico no Oeste de Santa Catarina, provoca mudanças, permanências ou repetições em sujeitos de uma mesma geração (no sentido de tempo vivido), atuantes em diferentes formas de organização socioeconômica e ambiental. Possibilita a compreensão de como analisar as variáveis que envolvem esses sujeitos em seus contextos singulares, mas não desvinculados de um contexto mais amplo.

Para a realização da pesquisa, foram utilizadas como fontes o “Marco referencial em agroecologia”, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (2006); os Folders “Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida”; o artigo da revista eletrônica Carta Capital intitulado “As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro, de 11/02/2020; a reportagem “No dia do Meio Ambiente, senadores explicam guinada de Bolsonaro na área”, disponível no site do Senado Notícias, com data de 05/06/2020; “A convenção sobre a Diversidade Biológica”, do Ministério do Meio Ambiente, do ano de 2000; e a reportagem “Os bastidores da negociação entre quem tem e quem precisa

---

19 PÁDUA, José A. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, 2010. p. 96.

20 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo*. Estudos Sobre História. Rio de Janeiro: Ed. PUC, 2014. p. 19.

21 KOSELLECK 2014, p. 22.

dos recursos naturais”, disponível no site da Globo.com, com data do dia 02/07/2014. Também se utilizou-se questionários encaminhados para as famílias por meio de correio eletrônico, bem como material de divulgação veiculado nas redes sociais (*Instagram* e *WhatsApp*).

O Marco Referencial em Agroecologia é um documento produzido pela EMBRAPA que orienta a produção de agropecuária a partir de uma abordagem agroecológica, considerando os diferentes biomas brasileiros, as diferentes nuances dentro da abordagem agroecológica e os diferentes atores sociais envolvidos no processo produtivo. Os questionários respondidos pelas famílias de pequenos agricultores foram fundamentais para a realização desta pesquisa, pois forneceram subsídios para a compreensão da relação desses pequenos produtores com o cultivo, com a comercialização dos produtos e com o meio ambiente, refletindo suas percepções a respeito das práticas cotidianas, suas limitações e esperanças.

Também foram utilizados documentos oficiais, como “A convenção sobre a Diversidade Biológica”<sup>22</sup>, documento produzido a partir da Conferência sobre Meio Ambiente, Rio 92, organizado pelas Nações Unidas, e que se tornou um tratado internacional de referência no que diz respeito às questões ambientais. Esta fonte explicita a importância da década de 1990 para o estabelecimento de diretrizes ambientais e ratificação de acordos internacionais de desenvolvimento sustentável, o que sem dúvida foi importante para o desenvolvimento de práticas sustentáveis no mundo todo, dentre elas, a agroecologia.

Para o estudo de caso, foram aplicados questionários respondidos por duas famílias de pequenos agricultores, produtores de alimentos agroecológicos. Essas famílias vivem no Oeste de Santa Catarina, uma delas na área rural do município de Chapecó e a outra reside no município de Guatambú. Ambas responderam um questionário sobre a configuração familiar, seu modo de vida, sua produção a fim de fornecer subsídios para a realização dos dois estudos de caso, bem como poder comparar situações/elementos que se repetem ou se diferenciam entre essas famílias.

A escrita deste trabalho foi organizada em três capítulos, por entender que essa organização consiste na melhor proposta de acordo com objetivos estabelecidos para a pesquisa. No primeiro capítulo, sob o título “Agroecologia: dos movimentos ambientais à produção agroecológica”, procurou-se discutir o que os autores entendem por agroecologia,

---

22 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A convenção sobre a Diversidade Biológica**. Brasília (DF), 2000. p. 9. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

qual sua origem e relevância, bem como contextualizar sua emergência mundial e nacional. Também se estabeleceu a relação entre Revolução Verde e Agroecologia, destacando esta última não apenas como uma nova alternativa de produção de alimentos, mas também como uma forma de resistência ao modelo desenvolvimentista baseado na agricultura moderna. Finalizou-se o primeiro capítulo com a questão da segurança alimentar e as contribuições da Agroecologia nesse sentido.

No segundo capítulo, cujo título é “Quem são os agricultores do Oeste Catarinense: agroecologia e a agricultura familiar”, realizou-se a caracterização histórico-social e geográfica do Oeste de Santa Catarina e o processo de emergência do pensamento agroecológico na região. Também foi traçado um perfil dos pequenos agricultores do Oeste de Santa Catarina, sua atuação na produção de alimentos e importância na manutenção da alimentação cotidiana das famílias da região. Destacou-se ainda a importância dos movimentos sociais e ambientais ocorridos na década de 1990 para o desenvolvimento de uma conscientização agroecológica.

O terceiro capítulo intitulado “Agroecologia e Agricultura Familiar: estudo de casos”, analisa duas experiências de famílias produtoras de alimentos agroecológicos, com diferentes configurações familiares e diferentes áreas de produção. Assim, procurou-se também escrever sobre a percepção dessas famílias a respeito do que é ser um produtor agroecológico no Oeste de Santa Catarina, bem como sobre como é realizada a comercialização desses produtos.

## CAPÍTULO 1

### 2 DOS MOVIMENTOS AMBIENTAIS À PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

Há urgência em tudo o que se refere ao meio ambiente. Apesar de não ser uma questão recente percebe-se um agravamento provocado pela exploração de matérias-primas, em função de uma produção cada vez maior, pelo modelo de sociedade de consumo e pelo comportamento da humanidade em relação à natureza. Nunca foi tão necessário como em nosso tempo que se pensasse na utilização racional dos recursos, na produção orientada pela preservação e conservação dos mesmos, e no bem-estar das pessoas.

Desde o surgimento da humanidade no planeta, sua sobrevivência dependia da exploração dos recursos naturais e da forma como se relacionava com o meio ambiente. Segundo Ponting, um dos desafios mais importantes da humanidade do tempo presente tem sido descobrir como fará para extrair recursos suficientes para a manutenção da vida, o que significa alterar ecossistemas naturais. Para ele, “O problema para as sociedades humanas tem sido equilibrar suas necessidades diversas, em oposição à capacidade dos ecossistemas de suportar as pressões resultantes”<sup>23</sup>. A agricultura é um exemplo, pois altera um ecossistema natural, produzindo um ambiente artificializado onde os seres humanos podem produzir suas culturas agrícolas e criar animais, mas não sem consequências, como erosão, lixiviação e empobrecimento do solo, poluição do solo e da água, dentre outras<sup>24</sup>.

Ao invés de ver o meio ambiente como o fundamento da história humana, as sociedades estabelecidas, especialmente as sociedades industriais modernas, têm agido como se fossem de alguma forma independentes do mundo natural, que geralmente preferem ver como alguma coisa à parte, que podem explorar mais ou menos impunemente<sup>25</sup>.

Após o advento da Revolução Industrial, houve maior exploração de recursos, aumento de produção, do consumo de energia e do crescimento populacional. Desta forma, acentuaram-se as características das relações capitalistas e ampliou-se ainda mais o abismo entre ricos e pobres. Costa afirma que:

Tal processo está promovendo a devastação dos recursos naturais (minerais, solo, flora, água e fauna), a poluição atmosférica, desequilíbrios ecológicos severos

---

23 PONTING, Clive. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Ed, Civilização Brasileira, 1995. p. 44.

24 PONTING, 1995, p. 125-126.

25 PONTING, 1995, p. 644.



restritivos à vida humana, bem como a exclusão econômica e social de parcela expressiva da população<sup>26</sup>.

Quanto mais as sociedades avançaram em ciência e tecnologia, mais esses dois dispositivos foram sendo associados aos processos produtivos, de forma a aumentar a produção, com a finalidade de ampliação dos lucros. Haja vista a experiência denominada Revolução Verde, que sob o pretexto da erradicação da fome acabou por disseminar pacotes tecnológicos, sobretudo para os países subdesenvolvidos, cujo conteúdo básico era formado por insumos, sementes e agrotóxicos.

[...] O surgimento de consequências não previstas no modelo de agropecuária empregado a partir da última metade do século passado, e a não consideração de tais evidências na reorientação das estratégias produtivas, têm provocado pesados efeitos sobre a natureza, com elevados custos sociais para a humanidade e perda de competitividade em longo prazo.<sup>27</sup>

Os recursos extraídos e o desenvolvimento industrial, somados à produção agrícola, apresentaram um cenário de poluição e degradação ambiental como nunca se viu. Isso sem mencionar os impactos sociais de todos esses processos. Sobre os impactos sociais, Costa considera:

Questão central do padrão tecnológico conhecido com a revolução verde é de ordem social, com a redução das ocupações no campo e a concentração da posse da terra, como avanço no consumo de herbicidas e com a mecanização indiscriminada. Apenas entre as décadas de 1960 e 1980 cerca de 13 milhões de pessoas abandonaram o campo no Brasil, fruto de alterações no solo, do padrão tecnológico, das políticas agrícolas e agrárias, que alimentam a concentração fundiária, a redução das ocupações rurais, inviabilizando em larga medida as pequenas escalas da produção<sup>28</sup>.

A ampliação de áreas de produção de monoculturas e de produção de rebanhos também tem deixado seus sinais. Segundo o Relatório Anual de Desmatamento no Brasil 2020, os alertas de áreas desmatadas ampliaram-se consideravelmente. “Em 2020, foram identificados, validados e refinados 74.218 alertas em todo território nacional, totalizando 13.853 km<sup>2</sup> (1.385,3 mil ha) de desmatamento, com um crescimento de 30% no número de

---

26 COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão popular, 2017. p. 11.

27 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 37.

28 COSTA, 2017.p. 13-14.

alertas e de 14% na área desmatada em relação ao ano de 2019.”<sup>29</sup> O cenário ambiental brasileiro é de fato delicado e preocupante.

O contexto nacional é evidenciado também nos âmbitos regional e local. A região oeste de Santa Catarina vive um contexto de produção voltada ao abastecimento da indústria, que por sua vez direciona seus produtos ao mercado externo. A produção de grãos, suínos, aves, leite, dentre outros, está cada vez mais imersa em uso de tecnologia e sempre comprometida com o acúmulo de capital e com o desenvolvimento de infraestrutura para o desenvolvimento econômico.

No contexto atual, observam-se alguns acontecimentos que podem acarretar um aprofundamento da tendência neoliberal nos campos oestinos, o que teoricamente seria ruim para os camponeses e as pequenas propriedades rurais. Dentre essas possibilidades que se apresentam no horizonte das transformações do trabalho rural, está a tentativa progressiva de ampliação da produção agrícola em larga escala de concentrar setores como a suinocultura, a avicultura e a bovinocultura de leite, em grandes propriedades rurais – que caso se efetive, vai prejudicar os camponeses.<sup>30</sup>

O constante debate, a proposição de novos modelos de ação que transformem as relações, quer seja dos humanos entre si, quer seja destes com o meio ambiente do qual são parte integrante, a sustentabilidade e agroecologia são caminhos que podem ser seguidos, como alternativa não apenas de produção, mas de vida.

## 2.1 AGROECOLOGIA: MAIS QUE UM MODELO ALTERNATIVO DE PRODUÇÃO

Para falar de agroecologia é importante esclarecer que enquanto prática ela não é algo novo, considerando que parte desses conhecimentos são praticados há muitos séculos pelas civilizações antigas e até a atualidade pelos povos tradicionais (indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros grupos). No entanto, enquanto termo e conhecimento científico, com reconhecido status de ciência contemporânea, pode-se considerar que ganhou visibilidade nas últimas três décadas, através de autores nacionais e internacionais.

A proposição agroecológica surgiu (e ainda se apresenta) como aspiração geral a uma outra forma de desenvolvimento. Ela se tem apoiado no uso potencial da

---

29 AZEVEDO, Tasso *et al.* **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2020**. São Paulo: Mapbiomas, 2021, 93 p. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2020/RAD2020\\_MapBiomAlerta\\_FINAL.pdf](https://s3.amazonaws.com/alerta.mapbiomas.org/rad2020/RAD2020_MapBiomAlerta_FINAL.pdf) Acesso em: 17 abr. 2022.

30 Cadernos do CEOM. **Saúde e Meio Ambiente** – v. 31, n. 48 (Jun/2018) – ISSN 2175-0173 DOI: <http://dx.doi.org/10.22562/2018.48.06>. p.66.

diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente daqueles que os agentes reconhecem como estando o mais próximo dos “modelos” camponês e indígena<sup>31</sup>.

Sua base de conhecimento é originária do funcionamento dos ecossistemas naturais, de como esses povos tradicionais fazem o manejo dos agroecossistemas e do conhecimento sistematizado pelos pesquisadores para dar suporte teórico e metodológico a essa nova ciência. “[...] a Agroecologia como área de conhecimento social e culturalmente construída. Nesse sentido, o (re)nascimento da Agroecologia vem como resposta a situações objetivas e interesses convergentes hoje na sociedade”<sup>32</sup>.

Do ponto de vista histórico, podemos afirmar que a origem da Agroecologia é tão antiga quanto as origens da agricultura. O estudo das chamadas agriculturas tradicionais, indígenas ou camponesas, quando analisadas, revela sistemas agrícolas complexos adaptados às condições locais, com agroecossistemas estrutural e funcionalmente muito similares às características dos ecossistemas naturais. Ou seja, revela estratégias adaptativas dos cultivos às variáveis ambientais em base a conhecimentos tradicionais gerados durante muitos ciclos produtivos, transmitidos entre gerações (HECHT, 1997)<sup>33</sup>.

Não há um consenso sobre o conceito ou definição de agroecologia. Esta é, portanto, a primeira questão que precisa ser esclarecida. Muitos autores escreveram sobre o tema, alguns deles referenciados nesta dissertação. A maioria deles concorda que é difícil se chegar a um conceito único e total sobre agroecologia. O Marco Referencial em Agroecologia da EMBRAPA nos chama a atenção para isso:

Começamos por chamar a atenção para a expressão *Agricultura Ecológica*, a qual deve ser colocada no plural: *Agriculturas Ecológicas*. Esse detalhe traduz a preocupação em considerar a diversidade existente dentro do conceito de Agroecologia. Essa diversidade é crucial, pois denota a riqueza que a Agroecologia apresenta quando aplicada às mais diferentes condições territoriais, culturais, socioeconômicas e ecológicas do nosso país. A diversidade ecológica é a base do equilíbrio e da estabilidade dos agroecossistemas e, da mesma forma, a diversidade das ideias e das construções socioculturais é imprescindível para o fortalecimento da Agroecologia.<sup>34</sup>

---

31 ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. p. 501.

32 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 22. Acesso em 15 ago. 2020.

33 EMBRAPA, 2006, p. 34-35. Acesso em 15 ago. 2020.

34 EMBRAPA, 2006, p. 21. Acesso em 17 ago. 2020.

A própria gênese do movimento agroecológico é capaz de explicar isso, se for considerado o processo histórico e as diferentes ciências e sujeitos envolvidos, além da relação com a economia em diferentes contextos. Segundo Altieri:

Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo. Ela utiliza os agroecossistemas como unidade de estudo, ultrapassando a visão unidimensional – genética, agronomia, edafologia – incluindo dimensões ecológicas, sociais e culturais. Uma abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos [...]<sup>35</sup>.

O autor aborda o conceito de agroecologia do ponto de vista da integração entre os princípios da Agronomia e Ecologia, sem perder de vista as questões socioeconômicas. Ele utiliza o termo agroecossistemas, pois entende que em agroecologia a atividade agropecuária é um sistema complexo que envolve seres vivos e não vivos, além do elemento social: a humanidade. Para ele, a agricultura deve ser vista como um ecossistema, cuja preocupação principal seja com a otimização desse sistema, de forma que não se considere apenas os resultados econômicos, “mas o problema vital da estabilidade e sustentabilidade ecológicas”<sup>36</sup>.

Por outro lado, a ciência da agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para designar agroecossistemas sustentáveis, que dispõe de uma base para avaliar a complexidade dos agroecossistemas. A ideia da agroecologia é ir além do uso de práticas alternativas e desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de agroquímicos e subsídios de energia enfatizando sistemas agrícolas complexos nos quais as interações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos proveem os mecanismos para que os sistemas subsidiem a fertilidade de seu próprio solo, a produtividade e a proteção dos cultivos<sup>37</sup>.

Almeida, por sua vez, define a agroecologia como proposição de uma nova forma de desenvolvimento que se aproxima dos modelos de produção camponês e indígena:

A proposição agroecológica surgiu (e ainda se apresenta) como aspiração geral a uma outra forma de desenvolvimento. Ela se tem apoiado no uso potencial da diversidade social e dos sistemas agrícolas, especialmente daqueles que os agentes reconhecem como estando o mais próximo dos “modelos” camponês e indígena<sup>38</sup>.

---

35ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p. 23.

36 ALTIERI, 2004, p. 65.

37ALTIERI, M. A. Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables. In: SARANDÓN, Santiago J. (Ed.). **Agroecología**: el camino hacia una agricultura sustentable. Buenos Aires: Ediciones Científicas Americanas, 2002. p. 49-56. Disponível em:

<http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/cap2-Altieri.pdf>. (tradução nossa) Acesso em 20 ago. 2020

Para Almeida, a agroecologia representa muito mais do que novas alternativas para a produção de alimentos: representa também o estímulo para novas formas de convívio social e de desenvolvimento que ofereçam resistência ao modelo agrícola moderno, através de um movimento coletivo. Esse autor inclui no conceito a dimensão político social do movimento agroecológico, enquanto movimento de resistência ao atual modelo político econômico, de afirmação identitária, de justiça social.

Ao mesmo tempo em que surgem e tentam afirmar novas noções, as ações e os agentes agroecológicos visam colocar em prática um novo tipo de movimento coletivo, que tenta fugir das formas mais ou menos reclusas que assume a maioria das manifestações de contestação da dominação social como um todo. Mas tal deslocamento de objetivos, mesmo que ainda de ordem estratégica e em estado embrionário, não poderia dar-se sem grandes riscos<sup>39</sup>.

Em relação ao conceito de agroecologia, o autor observa a dimensão político social do movimento agroecológico, uma vez que o considera como uma importante ferramenta de resistência, de luta por igualdade em amplo sentido, de luta por justiça ambiental e social. “Pelo menos, a proposição agroecológica é capaz de servir eficazmente como instrumento de resistência e de reprodução de grupos sociais no respeito de sua diversidade”<sup>40</sup>.

Somando-se isso, Nodari e Guerra concebem a agroecologia como “[...] um dos sistemas agrícolas mais sustentáveis sob todos os aspectos e propõe-se a resgatar a dignidade humana dos agricultores [...]”<sup>41</sup>. Eles destacam a importância dos agricultores na manutenção da diversidade genética, que durante o processo de conservação da agrobiodiversidade desenvolveram técnicas e inovações que atualmente são reconhecidas como conhecimento de relevância pela comunidade científica. A agroecologia, de fato, possui a característica de ser um movimento capaz de empoderar os agricultores e agricultoras quanto aos seus direitos legítimos, quanto à importância do seu trabalho para o bem-estar das pessoas, e quanto à dignidade humana resgatada.

Na sequência, Costa nos adverte a respeito da diversidade de entendimentos e concepções envolvidas quando se fala em agroecologia. Ele destaca que enquanto para alguns trata-se de uma forma de produzir para o mercado especializado de produtos orgânicos, pode

38 ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. p. 501.

39 ALMEIDA, 2003, p. 501-502.

40 ALMEIDA, 2003, p. 511.

41 NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso). s.p. Acesso em 20 ago.2020.

ser também entendida enquanto movimento social, ou também assumida como uma nova área da ciência atuante nas esferas da educação, da pesquisa e da extensão rural<sup>42</sup>. Como conceito, ele define que:

A ciência agroecológica fundamenta-se em um referencial teórico e analítico sistêmico, holístico, interdisciplinar, através do qual busca conhecer, pesquisar, identificar, validar e difundir princípios, orientações e alternativas que possibilitem se chegar a uma agricultura efetivamente sustentável, em suas dimensões produtiva, ecológica, energética, social, cultural e econômica<sup>43</sup>.

Este autor destaca as dimensões contidas na agroecologia, dimensões estas fundamentais para que se desenvolva de fato uma agricultura sustentável. Não há como conceber sustentabilidade se não se considerar o desenvolvimento em todas estas dimensões. Por outro lado, para que se possa considerar todas essas dimensões que compõem a vida natural e humana, é necessária uma ciência interdisciplinar, holística, capaz de fornecer compreensão e estratégias para a atuação em sistemas complexos.

Sobre o caráter interdisciplinar e holístico da agroecologia, deve-se destacar que é de suma importância e fundamental, justamente pelo entendimento de que se tratando de sistemas complexos, de agroecossistemas, que a sua prática se apoie em uma diversidade de conhecimentos e ciências capaz de permitir uma análise mais ampla e embasada nas muitas variáveis que compõem esses agroecossistemas (solo, clima, vegetação, relevo, pluviosidade, sociedade, cultura, tipos de cultivos...).

A Agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida<sup>44</sup>.

A respeito da agroecologia, deve-se considerar também o fato de que não se trata de um movimento ou prática homogênea. Pelo contrário: quer seja do ponto de vista teórico, metodológico ou mercadológico, é diversa, heterogênea:

---

42COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão popular, 2017, p. 46-47.

43 COSTA, 2017, p. 47-48.

44EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 26. Acesso em: 22 ago. 2020.

A grande heterogeneidade que ainda caracteriza a perspectiva agroecológica, particularmente em relação ao seu padrão tecnológico e a suas formas sociais, tem-se constituído, por um lado, numa barreira ao avanço dessas ideias; por outro lado, esse parece ser, paradoxalmente, o grande diferencial emulador do debate sobre os problemas da agricultura e da questão agrária no Brasil, ressaltando-se, muitas vezes, a sua contribuição para o tema/debate da agricultura familiar e da diversidade de formas de desenvolvimento.<sup>45</sup>

Almeida considera, conforme a citação acima, que, se por um lado essa heterogeneidade representa uma barreira no que diz respeito ao acesso às tecnologias, à implantação de metodologias eficientes, à pesquisa e a como o movimento se organiza e é reconhecido socialmente, por outro lado, estimula o amplo debate sobre os problemas da agricultura e da questão agrária no Brasil, justamente a partir de pontos de divergência. Esse debate contribui para que se proponha formas de desenvolvimento sustentável, sugerindo modos de superar a falta de acesso aos subsídios tecnológicos necessários para tornar a produção agroecológica exitosa.

O Marco Referencial em Agroecologia destaca a diversidade de escolas ou correntes no que diz respeito à agricultura ecológica. São diferentes formas de propor os princípios agroecológicos para a produção agropecuária, objetivando a redução ou eliminação do uso de agroquímicos. “[...] O viés tecnológico é central, muito embora algumas escolas o associam às orientações sociais, culturais, filosóficas ou mesmo a aspectos técnicos específicos”<sup>46</sup>. Assim, o Marco Referencial defende a necessidade de clareza a respeito do que são de fato modelos de produção agrícola agroecológicos:

[...] Para evitar distorções conceituais deve-se ter muito claro o que são modelos para práticas agrícolas baseadas em estratégias ecológicas de manejo do solo, de cultivo e de criação, e a abordagem científicada. Agroecologia, que busca, por meio de uma concepção holística, entender as relações derivadas da co-evolução entre as culturas humanas e a natureza, para desenhar, mediante o fortalecimento de processos de ação social coletiva, estilos de agricultura de alta renovabilidade e estratégias endógenas de desenvolvimento rural<sup>47</sup>.

Pode-se perceber a heterogeneidade existente no movimento agroecológico, a diversidade de práticas, a desigualdade de acesso à produção científica tecnológica e de

---

45ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. p. 502.

46EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 24. Acesso em: 22 ago. 2020

47 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 26. Acesso em: 22 ago. 2020

reconhecimento dos sujeitos envolvidos na prática agroecológica. Almeida destaca além disso, que embora o debate tenha se ampliado, a agroecologia ainda é superficialmente definida, pois apresenta compreensões diferentes a respeito da ciência agroecológica: seria uma atividade, uma prática ou uma área do conhecimento?

[...] As posições assumidas nesse debate têm-se restringido, geralmente, ao uso normativo e “ampliado” da noção, ou seja, através de grandes contornos de definição. No geral, incorporam ideias mais “ambientais” (ecológicas, preservacionistas/conservacionistas do meio ambiente) e de sentimento social acerca da agricultura, o que implica um conjunto de “elementos” ou “componentes” sobre a sociedade e a produção agrícola que extrapola os limites do campo da agricultura.

É possível observar que há grandes impasses na implantação da metodologia agroecológica, fundamentados nessa grande diversidade conceitual e metodológica que leva diferentes sujeitos a interpretações e aplicações diversas. Em geral os processos de produção visam atender as demandas do mercado, o que relega a segundo plano as esferas ambientais e sociais. Assim, produtores acabam por incorporar partes da metodologia agroecológica, não considerando o agroecossistema e, portanto, não se classificando como produção agroecológica. Sobre o ponto de vista metodológico, Almeida afirma que:

Do ponto de vista metodológico, ainda não se conseguiu “operacionalizar” a noção de agroecologia. Esta compõe um sistema heterogêneo de intervenções, de variáveis, de elementos que precisam ser privilegiados a todo o momento. Não se consegue, dentro de um sistema de produção, intervir em todas as variáveis. Deve-se ter bem claro, então, que, ao interferir em uma variável, em um elemento ou mesmo na linha de produção (do “sistema de cultivo” ou “de criação”), ou em uma tecnologia qualquer dentro de um “sistema”, se está interferindo no seu conjunto, e isso é algo muito importante a ser considerado<sup>48</sup>.

Esse mesmo autor avalia que ainda falta “um domínio teórico e prático desses sistemas”. Para ele, os técnicos precisam andar um longo caminho para alcançar a capacidade teórica e desenvolverem a prática necessária para atender as exigências desses sistemas. “A estrutura de seu referencial teórico ainda não está montada; falta à agroecologia propor seus próprios paradigmas”<sup>49</sup>.

---

48 ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em:

<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>. p. 505. Acesso em 22 ago. 2020.

49 ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em:

<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>. p. 505. Acesso em 22 ago. 2020.



A relevância da agroecologia se dá no âmbito social, cultural, ecológico e econômico. Um dos aspectos que torna a prática agroecológica importante é a questão da segurança alimentar, uma vez que a metodologia agroecológica melhora a produção de alimentos básicos, diversificando e fortalecendo a dieta das famílias, valorizando produtos tradicionais e cultivos locais e conservando germoplasma dessas variedades cultivadas.<sup>50</sup> Essa conservação é extremamente importante, considerando que as culturas produzidas hoje só são possíveis porque foram conservadas no passado pelos agricultores, assim como muitos alimentos só existirão e poderão ser cultivados futuramente se a geração atual fizer o processo de conservação. Sobre isso, Nodari diz:

Essa expressiva diversidade genética tem sido mantida pela conservação *ex situ*, em bancos de germoplasma, e principalmente pelo uso sustentável e pela conservação *in situ* ou *on farm*, realizada principalmente pela agricultura familiar. Essas variedades conservadas localmente são consideradas reservatórios naturais de genes com potencial para a produção sustentável de alimentos, fibras e medicamentos, entre outros<sup>51</sup>.

Outra questão de extrema relevância dentro do movimento agroecológico ou da metodologia agroecológica é a valorização do conhecimento e das tecnologias empregadas pelos camponeses, indígenas, quilombolas, povos que cultivam a terra de maneira tradicional e, portanto, mais integrada à natureza, mais solidária e sustentável. A agroecologia valoriza os saberes desses povos e comunidades, pois considera que a associação destes saberes com o conhecimento científico é capaz de produzir resultados de fato sustentáveis.

[...] A vantagem do conhecimento popular rural é que ele é baseado não apenas em observações precisas, mas, também, em conhecimento experimental. Esta abordagem experimental é bastante evidente na seleção de variedades de sementes para ambientes específicos, mas também é implícita, na testagem de novos métodos de cultivo, visando a superação de limites biológicos ou socioeconômicos particulares. [...] <sup>52</sup>

Nesse sentido, Altieri destaca ainda a contribuição dos povos indígenas, possuidores de um detalhado conhecimento a respeito do meio ambiente no qual estão inseridos:

---

50 ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 44-45.

51 NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso). sp.

52 ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 36.

[...] O conhecimento indígena sobre o meio ambiente físico é, com frequência, detalhado. Muitos agricultores desenvolveram calendários tradicionais para controlar a programação das atividades agrícolas. Podem semear de acordo com a fase da lua, acreditando que há fases lunares de precipitação. Muitos também enfrentam a sazonalidade climática utilizando indicadores de clima baseados na fenologia (ou seja, início da floração) da vegetação local. Tipos de solo, graus de fertilidade e categorias de uso da terra são também discriminados em detalhe por esses agricultores. Os solos são identificados pela cor, textura e até pelo sabor [...]<sup>53</sup>.

A agroecologia tem como uma de suas características mais marcantes essa valorização do conhecimento dos povos que praticam a agricultura de forma tradicional, ligada à sua ancestralidade, fortemente marcada pelo respeito à natureza, bem como aos seus semelhantes. Essa ancestralidade forneceu uma base de conhecimentos e experiências transmitidas de geração em geração, que são aplicadas na produção de alimentos, medicamentos naturais, utensílios, dentre outros.

[...] A vantagem do conhecimento popular rural é que ele é baseado não apenas em observações precisas, mas, também, em conhecimento experimental. Esta abordagem experimental é bastante evidente na seleção de variedades de sementes para ambientes específicos, mas também é implícita, na testagem de novos métodos de cultivo, visando a superação de limites biológicos ou socioeconômicos particulares. [...]<sup>54</sup>

O Marco Referencial em Agroecologia também destaca a importância da valorização do saber popular, e ao mesmo tempo, deixa claro que esse saber não invalida o método científico, pelo contrário, um complementa e apoia o outro, gerando uma relação positiva entre diferentes saberes<sup>55</sup>. Com a grande necessidade de mudança de paradigmas no que diz respeito à produção de alimentos e a forma como essa produção impacta o meio ambiente e as sociedades humanas, os pesquisadores se voltam para a melhor compreensão que envolve os saberes dos povos tradicionais. Altieri ressalta que:

[...] Muitos cientistas nos países desenvolvidos estão começando a mostrar interesse pela agricultura tradicional em seus mais diferentes aspectos: capacidade de tolerar riscos, eficiência produtiva de misturas simbióticas de cultivos, reciclagem de materiais, utilização dos recursos e germoplasmas locais, habilidade em explorar toda uma gama de microambientes. É possível obter, através do estudo da agricultura tradicional, informações importantes que podem ser utilizadas no desenvolvimento de estratégias agrícolas apropriadas, adequadas às necessidades, preferências e base de recursos de grupos específicos de agricultores e agroecossistemas.<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup>ALTIERI, 2004, p. 34-35.

<sup>54</sup>ALTIERI, 2004. p.36.

<sup>55</sup>EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 25-26.

Para os povos tradicionais (indígenas, quilombolas e camponeses), a agroecologia não significa apenas uma forma de produção de alimentos e de relação solidária com a natureza, significa que a comunidade se torne protagonista de seu próprio desenvolvimento através do fornecimento de ferramentas metodológicas importantes para tal<sup>57</sup>.

Segundo Almeida, a agroecologia significa para esses povos um instrumento de luta, de protesto contra o sistema vigente, “de resistência e de reprodução de grupos sociais no respeito de sua diversidade”<sup>58</sup>. No entanto, afirma que para a eficácia desse instrumento, se faz necessário estabelecer alianças que ampliem seu poder de luta.

A luta agroecológica poderá provocar uma autêntica e profunda transformação no campo político (ela propõe, desde já, concretamente, uma mutação no domínio técnico-produtivo e nas práticas agrícolas através de princípios que se ligam a um pretenso “paradigma ecológico”), desde que saiba “costurar” as alianças capazes de provocar uma ampliação de seu poder de luta.<sup>59</sup>

Além disso, salienta-se a importância da agroecologia na gestão e uso eficiente dos recursos locais, incluindo recursos naturais e humanos, na conservação da diversidade vegetal e animal, na conservação da água e do solo, evitando erosão, desmatamento, assoreamento de cursos de água, lixiviação do solo. Também propicia a redução do uso de insumos externos, o que diminui a dependência e gera de fato uma sustentabilidade, levando-se em que a produção passa a ser realizada através de tecnologias apropriadas<sup>60</sup>.

Tão relevante quanto todas as questões anteriores a respeito da agroecologia, é o fato de que esta pode ser uma metodologia utilizada para garantir o fortalecimento das famílias e das comunidades em que estão inseridas. “[...] Assim, as intervenções e processos tecnológicos são complementados por programas de educação que preservam e reforçam a racionalidade camponesa, auxiliando, simultaneamente, na transição para novas tecnologias, relações com o mercado e organização social.”<sup>61</sup>

---

56 ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 26.

57 ALTIERI, 2004. p. 27.

58 ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>. p. 511.

59 ALMEIDA, 2003, p.511.

60 ALTIERI, 2004.p. 44-45.

61 ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 45.

Segundo o folder “Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida”, produzido pelo Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), a agroecologia é o seu Projeto de Agricultura, que pensa a vida de forma integral:

A agroecologia não se resume simplesmente como “alternativa ou tradicional”, como forma diferente de obter lucro ou ganhar dinheiro, pois isso, no campo, continuaria alimentando o sistema capitalista. A agroecologia se constitui em uma ferramenta estratégica de resistência das camponesas e camponeses e de proposição do nosso Projeto de Agricultura<sup>62</sup>.

Dessa maneira, o MMC considera que não basta seguir um novo modelo de produção, pois optar pelo Projeto de Agricultura Agroecológica é adotar um novo modelo de vida, de prática cotidiana, que priorize a continuidade da vida como um todo<sup>63</sup>. Enfim, a agroecologia concretiza um esforço de construção de modelos de agricultura e de sociedade onde não haja custos socioculturais, ambientais e econômicos ocultos<sup>64</sup>. Modelos estes, que valorizem a vida em todas as suas formas, que respeitem as diferentes dinâmicas naturais e reconheçam os saberes femininos. Compreender a agroecologia como um movimento que representa um estilo de vida é fundamental para avaliar a sua importância na transformação da forma de uso da natureza, para a produção de alimentos e a respeito da valorização das mulheres. Foi justamente a constatação das desigualdades e injustiça social e ambiental que revelou a necessidade de mudança nos modelos produtivos e sociais.

## 2.2 A EMERGÊNCIA DO PENSAMENTO AGROECOLÓGICO NO MUNDO

As palavras sustentabilidade e futuro estão constantemente presentes nas mídias. Essas palavras e tudo o que podem carregar em si são abordadas por cientistas, filósofos, ativistas de direitos ambientais, economistas, dentre muitos outros profissionais e veiculadas nos diversos meios de comunicação existentes. Segundo Dal Soglio e Kubo<sup>65</sup>, desde que o século XXI iniciou, está evidente a preocupação em torno da busca por uma convivência mais harmônica com o meio ambiente, mais sustentável, para que possa haver qualidade de vida para as

62 Movimento das Mulheres Camponesas MMC Brasil. Folder. **Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida.** [s.p]. Disponível em: [http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/folder\\_agroecologia.pdf](http://www.mmcbrasil.com.br/site/materiais/download/folder_agroecologia.pdf) Acesso em 30 ago. 2020

63 Movimento das Mulheres Camponesas MMC Brasil. Acesso em 30 ago. 2020.

64 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 39. Acesso em 03 set. 2020.

65 DAL SOGLIO, Fábio. KUBO, Rumi Regina (orgs). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p.11.

próximas gerações de todas as espécies que compartilham a vida no planeta Terra. Embora haja uma multiplicidade envolvendo o conceito de sustentabilidade, há uma concordância entre os teóricos utilizados nessa dissertação, no sentido de que há uma crescente necessidade de mudança não só de modelos ou paradigmas, mas de comportamento da humanidade.

A emergência de um novo modelo sempre se dá como forma de questionamento ao modelo ou modelos vigentes. Em geral, os modelos questionados tendem a ser hegemônicos e alicerçados em grandes desigualdades sociais, favorecendo o surgimento de ideias que se contrapõem e resistem a esses modelos. A agricultura denominada moderna é um desses modelos, que por sua ideologia e funcionamento, pautado nos princípios capitalistas, vem sendo questionado, favorecendo a proposição de novos modelos, dentre os quais evidencia-se a Agroecologia.

A agricultura europeia, disseminada mais tarde em suas colônias pelo mundo, passou por um processo de evolução que transitou da agricultura itinerante para os cultivos sedentários e, mais tarde, implementou as rotações de terras bienais e trienais. Embora a rotação de terras não tenha sido o único motivo da ampliação dos cultivos, ela permitiu que entre os séculos XI e XIII houvesse um incremento significativo na produção de alimentos, o que levou esse período a ser denominado de Primeira Revolução Agrícola. A partir do século XVIII, o sistema de rotação conhecido como Norfolk, eliminou o pousio de parte da lavoura e introduziu forrageiras, resolvendo o problema das ervas invasoras e a quantidade de adubação orgânica. Esse salto na produção ficou conhecido como Segunda Revolução Agrícola. A ideia passou a ser a de superar as barreiras impostas pela natureza dominando-a por meio do conhecimento.<sup>66</sup>

Esta nova etapa da agricultura coincidiu com a da consolidação do capitalismo enquanto sistema econômico, garantindo, com os ganhos de produtividade, alimentos para a mão-de-obra necessária ao setor urbano industrial que se consolidava sendo, de certa forma, uma resposta aos que não acreditavam na capacidade do setor agrícola de atender satisfatoriamente à demanda por alimentos em função da crescente pressão demográfica<sup>67</sup>.

A partir do processo conhecido como Revolução Industrial, que surge na Europa e se consolida a partir da segunda metade do século XVIII, ocorre uma ampliação da produção, com crescente consumo de matérias-primas e energia. O objetivo era produzir mais, aumentar

---

66 ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129/14493>. p. 69.

67 ASSIS, 2002, p. 70.

o consumo e conseqüentemente o lucro, características marcantes do capitalismo. Pode-se observar também nesse período, um crescimento significativo da população mundial, fator que contribuiu para o aumento do consumo, bem como para a distribuição cada vez mais desigual da riqueza, outra importante característica capitalista. No caso da agricultura, o objetivo era ampliar a produção de alimentos, através do domínio crescente da natureza, sob a justificativa de resolver um problema recorrente na Europa: a escassez de alimentos. Para isso, foram incorporadas tecnologias como produtos químicos e maquinários, que associados ao consumo de combustíveis fósseis, deram origem ao que se convencionou chamar-se Agricultura Moderna.

A crença da especialização como garantia de eficiência levou à generalização das transferências para indústrias de atividades anteriormente específicas de um agricultor, pois se estimava que isso asseguraria, pelo processo de produção em massa, a redução de custos e a conseqüente maximização dos lucros. Esse processo, conhecido como “industrialização da agricultura”, objetiva simplificar os sistemas de produção e massificar a adoção das tecnologias padronizadas, na contramão da natureza da própria agricultura, que é a de buscar a diversidade. Para tanto, empregam-se os mais diversos artifícios, que podem consistir em impingir maciçamente propaganda e até em condicionar a concessão de crédito rural à adoção dos pacotes tecnológicos do modelo de modernização da agricultura<sup>68</sup>.

A partir das descobertas de Liebig (1840, *apud* COSTA,2017), sobre a nutrição mineral das plantas, disseminaram-se amplamente os sistemas de produção fundamentados na adubação mineral, e “[...] com a revolução industrial, passam a ser incorporadas mais intensamente ao processo agrícola as tecnologias químicas e mecânicas que, associadas ao consumo de energia fóssil, vêm a se constituir no cerne da hoje denominada ‘moderna agricultura’”<sup>69</sup>. Essas mudanças culminaram na difusão dos pacotes agrícolas da Revolução Verde, pacotes estes que consideravam o meio ambiente como um fornecedor de recursos para a satisfação das necessidades da crescente população mundial, e, portanto, deveria ser dominado pelo uso da ciência e da tecnologia para atender tais necessidades.

Na realidade, a história das agriculturas mundiais sofreu uma enorme mudança a partir do século 19, com a internalização crescente de uma base tecnológica e da organização da produção que, por um lado, permite ganhos de produtividade a curto prazo e, por outro lado, desconsidera elementos essenciais que hoje formam parte da plataforma de compreensão mais ampla do conceito de sustentabilidade. Por mais paradoxal que possa parecer, esse processo sofreu enorme influência da Ciência, que

---

68 DAL SOGLIO, Fábio. KUBO, Rumi Regina (orgs). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 14.

69 COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2017, p. 23.

vem gerando conhecimento “novo” e alheio às práticas e saberes produzidos pelos próprios agricultores<sup>70</sup>.

A agroecologia surge então como alternativa a esse modelo de produção agrícola, ainda que no início não estivesse sistematizada com os princípios atuais. Desde a década de 1920 surgiram teóricos defendendo modelos alternativos de produção agrícola mais integrados à natureza. Segundo Nodari e Guerra, em 1924, Rudolf Steiner estabeleceu as bases da agricultura chamada Biodinâmica.

[...] Do ponto de vista mais geral, os biodinâmicos propunham uma abordagem mais integrada da propriedade rural, procurando vê-la e manejá-la como um organismo vivo. Essa abordagem data da década de 1920, muito antes de as ideias ecológicas serem respeitadas e adotadas, e bem antes da teoria de Gaia ser estabelecida<sup>71</sup>.

Ademais, de acordo com Costa, o termo Agroecologia surgiu nos anos 1930, formulado por ecólogos e restritamente centrado nos sistemas naturais<sup>72</sup>. As pesquisas desenvolvidas naquele momento eram aplicadas à agricultura e realizadas por agrônomos. A partir dos anos de 1950, é possível perceber uma evolução do conceito de ecossistema, o que permite uma maior compreensão de como a agroecologia pode ser aplicada à produção agrícola e, portanto, os princípios agroecológicos desenvolvidos até o momento passam a integrar o trabalho de alguns agrônomos. Gomes destaca a publicação do trabalho Ecologia e geografia ecológica de cultivos no currículo agrônômico em 1928, de K. Klages, que marcou o início da construção social da Agroecologia. Segundo Gomes, apesar do termo Agroecologia passar a ser usado a partir de 1930 pelos ecologistas, este termo perdeu força entre eles, ficando a cargo da Agronomia, a quem cabiam as questões relacionadas à agricultura.<sup>73</sup>

[...] Na década de 1950, a consolidação do conceito de ecossistema renovou o interesse pela Ecologia de cultivos. Com tal conceito” havia pela primeira vez uma estrutura básica geral para examinar a agricultura desde uma perspectiva ecológica, ainda que poucos pesquisadores a usassem desta forma” (GLIESSMAN, 2001)<sup>74</sup>.

70 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 1). p. 211-212.

71 NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso).

72 COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2017, p. 26;

73 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 1). p. 77.

74 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-

Gomes salienta que a publicação da obra *Silent Spring* (1962), de Rachel Carson, marcou o início da preocupação com os impactos causados pelo uso de agrotóxicos na agricultura de forma indiscriminada, pois demonstrou como o pesticida dicloro-difenil-tricloroetano (DDT) contaminava toda a cadeia alimentar, depositando-se nos tecidos gordurosos, inclusive do ser humano<sup>75</sup>. Então a partir da década de 1970, a Ecologia e a Agronomia passam a ter interesses comuns, pois ambas percebem a importância das contribuições de cada uma das áreas de conhecimento: os sistemas agrícolas despertam o interesse dos ecologistas como área de estudo, assim como a perspectiva ecológica passa a ser utilizada pelos agrônomos em seus estudos. Portanto, começam a surgir publicações utilizando os termos Agroecologia e agroecossistemas.<sup>76</sup>

Nas décadas de 1960 e 1970 passaram a ser estudados os sistemas naturais de cultivo e se estabelece a base metodológica e conceitual de estudos de agroecossistemas.<sup>77</sup> Os anos de 1970 foram marcantes no sentido da emergência do pensamento agroecológico, mas não somente isso: surgem uma série de movimentos de contestação do modelo de sociedade estabelecido naquele momento. Worster ressalta que o próprio surgimento da História Ambiental está estritamente ligado a questões levantadas naquele momento histórico.

Foi uma resposta às perguntas que as pessoas estavam começando a se fazer em muitas nações: Quantos seres humanos a biosfera pode suportar sem entrar em colapso sob o impacto da poluição e do consumismo? As mudanças na atmosfera, causadas pela atividade humana, levarão à uma maior incidência de câncer ou a menores colheitas de grãos, ou ao derretimento das calotas polares? Está a tecnologia tornando a vida mais perigosa, ao invés de mais segura? Tem o *Homo sapiens* quaisquer obrigações morais para com a terra e seu ciclo de vida, ou esta vida existe meramente para satisfazer aos desejos infinitamente expansivos de nossa própria espécie?<sup>78</sup>

Por sua vez, Martinez Alier defende a ideia de que o ambientalismo ocidental cresceu pelas “preocupações muito materiais decorrentes da crescente contaminação química e os

---

7383-364-5. p. 35.

75 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 1). p. 78.

76 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 36.

77 GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. *In*: COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: História, Princípios e Práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 47.

78 WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade**. Vol. V, n. 2, ago./dez. 2002. Vol. VI, n. 1, jan./jul. 2003. p. 24-25.



riscos e as incertezas suscitadas pelo uso da energia nuclear”<sup>79</sup>, por exemplo, contrariando a ideia de um pós-materialismo que considerava que quanto mais as necessidades materiais das sociedades são satisfeitas, a menor urgência em supri-las resultaria em uma maior valorização da natureza.

Segundo o Marco Referencial em Agroecologia, nos anos de 1970, o que se conhecia como Agricultura Alternativa era um leque de práticas agrícolas, sistematizadas a partir da Primeira Revolução Agrícola e que iam desde a Permacultura e a Agricultura Ecologicamente Apropriada até a Agricultura Regenerativa, a Agricultura de Baixos Insumos e a Agricultura Renovável, dentre outras práticas. A Agroecologia surge nesse período substituindo o que se conhecia como tecnologia alternativa.

A agroecologia substituiu, pouco a pouco, a noção-chave (e, reconhecidamente, um pouco fragmentada) de “tecnologia alternativa”, muito em voga no período de meados da década de 70 até o final da década de 80. Ela parece ampliar a percepção que se deve ter do agrícola, do rural e da sociedade. Mesmo sendo pensada, primeiramente, para tratar do “agro”, a agroecologia, através de uma intervenção mais localizada, tem bem presente a visão macro, ou “sistêmica”, ou até mesmo “planetária” (ver, por exemplo, as representações expressas anteriormente)<sup>80</sup>.

Para Almeida, a década de 1980 foi um período de grande oposição entre o alternativo e o moderno. Ele considera que “[...] um dos grandes equívocos da proposta de Tecnologias Alternativas (TA), que foi o de “bancar” um “modelo alternativo” sem bases epistemológicas e políticas verdadeiras, em cima apenas da crítica e da oposição, por vezes pouco consequente, ao “modelo” agrícola “moderno” vigente [...]”<sup>81</sup>.

O Marco Referencial cita Gliessman, quando este afirma que no início dos anos 80, a agroecologia havia se tornado uma importante metodologia e base conceitual para o estudo de agroecossistemas. Segundo esse autor, houve fortes influências dos estudos sobre os diferentes sistemas de cultivos e sobre os conhecimentos dos povos tradicionais em países em desenvolvimento, sendo estes sistemas reconhecidos como formas de manejo ecológico de agroecossistemas<sup>82</sup>.

79 ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 25.

80 ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>. p. 505. Acesso em: 30 set. 2020.

81 ALMEIDA, Jalcione. 2003, p.507. Acesso em 04out. 2020.

82 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 36. Acesso em: 05 out. 2020.

Como mencionado, o termo agroecologia não é recente, mas o interesse por essa área de atuação e pesquisa só ganhou força no final do século XX, pois é nesse período que se ampliam os movimentos de contestação ao modelo de desenvolvimento agrícola. Um dos grandes impulsos em relação aos movimentos de desenvolvimento sustentável foi a realização da Conferência Das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992. A partir das discussões realizadas nessa Conferência constatou-se a necessidade de a humanidade repensar as relações entre as sociedades humanas, o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. Diante dessa constatação, a Conferência redigiu um documento denominado *A Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB*, cujos objetivos são:

[...] a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado<sup>83</sup>.

Através dos objetivos fixados neste documento, percebe-se o enfoque dado à questão da utilização sustentável dos recursos naturais, mas também, em como as nações teriam acesso aos recursos genéticos e tecnológicos, sem perder a soberania sobre esses recursos. O documento afirma em seu preâmbulo o valor da diversidade biológica e dos valores ecológico, genético, em suas dimensões social, econômica, científica, educacional, cultural, recreativa e estética da diversidade biológica e de seus componentes, reconhecendo a importância desta para a manutenção da vida no planeta Terra e, portanto, afirmando que a preocupação com a conservação dessa diversidade é uma responsabilidade que pertence a toda a humanidade. Reconhece também a necessidade de investimentos para conservar a diversidade, que redundará em benefícios não apenas ambientais, mas também em benefícios sociais e econômicos. O documento reconhece ainda que:

[...] a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica são de importância absoluta para atender as necessidades de alimentação, de saúde e de outra natureza da crescente população mundial, para o que são essenciais o acesso e a repartição de recursos genéticos e tecnologia, observando, enfim, que a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica fortalecerão as relações de amizade entre os Estados e contribuirão para a paz da humanidade, [...] <sup>84</sup>.

---

83 MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A convenção sobre a Diversidade Biológica**. Brasília (DF), 2000.p. 9. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

Martinez Alier evidencia o surgimento de três correntes do ambientalismo. A primeira, denominada *culto à vida silvestre*, caracteriza-se pela defesa da natureza intocada, a preservação do que ainda restava da natureza original, baseada cientificamente na Biologia da Conservação. Esse autor salienta que a Convenção da Biodiversidade no Rio de Janeiro em 1992 foi uma vitória desta corrente. Outra importante constatação do autor é que o culto ao silvestre não ataca o crescimento econômico, mas sugere estratégias que resguardam o que resta da natureza original, ou seja, a manutenção de reservas naturais (parques naturais).<sup>85</sup> A segunda corrente é denominada por Alier de *evangelho da ecoeficiência*, e tem suas raízes no século XIX. Essa corrente se preocupa com o crescimento econômico, porém não a qualquer preço. Seus pilares são o desenvolvimento sustentável, a modernização ecológica e a utilização racional dos recursos, “um movimento de engenheiros economistas, uma religião da utilidade e da eficiência técnica desprovida da noção de sagrado”<sup>86</sup>. É possível perceber características dessas correntes nos movimentos ambientais dos séculos XX e XXI, inclusive no documento da Convenção da Biodiversidade.

Os documentos produzidos a partir da RIO 92, passaram a vigorar em dezembro de 1993 e foram um marco em termos de acordo entre nações para a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, considerando o fato de que em 2014 a Convenção já havia sido ratificada por 192 países. No Brasil, a Convenção foi ratificada pelo Decreto Federal nº 2.519 de 16 de março de 1998. A partir dessa Conferência foi dada a largada no que se refere à ampliação do debate envolvendo as questões ambientais, de redução da pobreza e da fome, e da manutenção da paz. Depois da RIO 92, foram realizadas a Conferência de Kyoto (1997), que deu origem ao Protocolo de Kyoto, a RIO +10, em Johannesburgo e a RIO +20, no Rio de Janeiro. Em ambas foram discutidos os resultados obtidos a partir da RIO 92 e traçadas novas metas. Em 2015 realizou-se o Acordo de Paris, cujo objetivo foi tratar da redução das emissões de gases de efeito estufa, pretendendo manter o aumento da temperatura do planeta abaixo de 2°C nos próximos anos. Esse Acordo foi aprovado por 195 países.

Tratando-se de contexto mundial, é no final do século XX e início do século XXI que se pode perceber que o pensamento agroecológico ganha força, partindo da preocupação com o modelo de produção e consumo e da necessidade da redução da destruição ambiental, da diminuição das desigualdades e da redução da fome. Segundo Altieri, atualmente “Há um

---

84 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **A convenção sobre a Diversidade Biológica**. Brasília (DF), 2000.p. 8. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/textoconvenoportugus.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

85 ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 24.

86 ALIER, 2007, p. 27.

interesse geral em reintegrar uma racionalidade ecológica à produção agrícola, e em fazer ajustes mais abrangentes na agricultura convencional, para torná-la ambiental, social e economicamente viável e compatível [...]”<sup>87</sup>.

Atualmente, surge uma terceira corrente caracterizada por Alier, denominada Ecologismo dos pobres ou Ecologia da Libertação. Essa corrente surge para contestar as duas primeiras, evidenciando uma tendência que surge nas sociedades contemporâneas: a necessidade de justiça social, de subsistência. Seu interesse pelo meio ambiente é material, considerando os recursos como fonte de subsistência e tendo como preocupação os humanos pobres de hoje. Não há uma preocupação com as gerações futuras ou com a preservação das espécies; sua preocupação é com a redução das desigualdades sociais. “[...] Sua ética nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos. Consideramos isso tanto como um fator positivo quanto uma debilidade.”<sup>88</sup> A agroecologia foi trilhando esses caminhos, acompanhando as transformações políticas, sociais e as mudanças de paradigmas em relação ao meio ambiente.

### 2.3 QUE VENTOS TROUXERAM A AGROECOLOGIA PARA O BRASIL?

Os problemas ambientais no Brasil não são recentes. Com a chegada dos colonizadores europeus e sua lógica mercantilista ao país, observa-se uma acentuação dos processos de desmatamento para a obtenção de pau-brasil e logo depois, para o cultivo de cana-de-açúcar, inicialmente nas áreas litorâneas e gradualmente atingindo o interior do Brasil. Os povos indígenas brasileiros mantinham um modo de vida bastante orgânico, integrado à natureza, migrando de uma área para outra quando os recursos se esgotavam, permitindo dessa forma que o espaço explorado se recuperasse ao longo de um tempo. O impacto ambiental das atividades desses povos pode ser considerado ínfimo se comparado ao que se observou a partir da colonização europeia. Segundo dados da Organização não governamental S.O.S. Mata Atlântica,<sup>89</sup> restam somente 12,4% da floresta original, bioma

---

<sup>87</sup> ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.p. 20.

<sup>88</sup> ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.p. 34.

<sup>89</sup> SOS MATA ATLÂNTICA. Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/causas/mata-atlantica>> Acesso em: 22 set, 2020.

com o qual os europeus tiveram o primeiro contato em terras brasileiras. Porém, segundo Assis e Romeiro, foi a modernização da agricultura que acelerou os processos de degradação ambiental, principalmente após a Revolução Verde.

No Brasil, apesar de agressões à natureza relacionadas ao desmatamento e a problemas de conservação dos solos provocadas pelo sistema monocultural de produção serem observadas desde o período colonial, foi a modernização da agricultura iniciada na década de 1960, e intensificada na de 1970 no bojo da "Revolução Verde", [...] <sup>90</sup>.

Não que os problemas ambientais não existissem até meados de 1960, mas, ao que transparece, não eram notados esses problemas ou suas extensões, da forma como são percebidos atualmente. No Brasil, os ventos que trouxeram o movimento agroecológico foram gerados a partir dos debates internacionais, pois até então, não havia movimentos de crítica ao modelo de agricultura moderna.

No Brasil, o movimento ecológico nasceu a partir do debate internacional, portanto, fora do contexto da agricultura. A incorporação de questões nacionais ao debate e a criação de um sentimento nacional de conservação da natureza foram produtos iniciais do movimento. A agricultura não sofria críticas mais severas desde o ponto de vista ecológico (CANUTO, 1998). Todavia, os impactos ecológicos da agricultura moderna contribuíram para modificar esse panorama, vinculando o movimento ecológico à agricultura <sup>91</sup>.

Sabe-se que o desmatamento é um dos fatores responsáveis pelos danos ambientais, incluindo a perda de biodiversidade e o aumento da emissão de gases de efeito estufa. No Brasil, dentre as principais causas do desmatamento estão a agricultura e a pecuária, atividades que estimulam a retirada de cobertura vegetal e contaminam os cursos de água, os lençóis freáticos e o solo. Segundo o Marco Referencial em Agroecologia, no Brasil:

[...] O incremento das exportações, do qual 37% são produtos oriundos da agropecuária, e suas perspectivas de crescimento, apesar da importante geração de divisas e equilíbrio da balança comercial, tem sido acompanhado de impactos sobre os ecossistemas e populações rurais. A redução das áreas naturais dos Campos Sulinos, Mata Atlântica e Cerrados, e, mais recentemente, a entrada da fronteira agropecuária na Amazônia Legal são exemplos dos riscos inerentes e da necessidade de se estabelecer novas abordagens dessa realidade. <sup>92</sup>

---

90 ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129/14493>. P. 70 Acesso em: 22 set. 2020.

91 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. Acesso em: 23 set.2020.

92 EMBRAPA,2006. p. 38.

Foi a necessidade de estabelecer essas novas abordagens da realidade que permitiu surgir no Brasil os debates em torno do modelo agroecológico, como uma alternativa para a produção de alimentos com menores danos ambientais. Em geral, os autores citados nesta pesquisa concordam que os anos de 1970 foram decisivos para o surgimento do movimento agroecológico no Brasil. Costa considera que um dos marcos mais impactantes desse período foi o rompimento do engenheiro agrônomo José Lutzenberger com uma tradicional empresa do ramo de agrotóxicos, para a qual trabalhava, e seu engajamento com o movimento ambientalista no Rio Grande do Sul, no início da década de 1970. A partir de então, Lutzenberger dedicou-se a formular críticas ao modelo agrícola cujo suporte de produção está centrado no uso de agrotóxicos<sup>93</sup>. Segundo Pereira, Lutzenberger desenvolveu uma trajetória de construção de uma ética ecológica durante 31 anos, argumentando que a humanidade deveria adotar uma postura que priorizasse a ecologia.

Como Lutzenberger foi um dos protagonistas desse movimento de resistência à devastação do ambiente, o movimento ambientalista gaúcho (atingindo projeção em âmbito nacional e internacional), considero importante identificar, através da leitura de sua obra, quais os argumentos e ideias mais relevantes por ele defendidos. É adequado verificar como ele se apropriou de ideias que circulavam nos anos 1960/70 sobre ecologia – incluindo previsões catastrofistas – para construir seu discurso ambientalista.<sup>94</sup>

Em 1976 foi publicado o Manifesto Ecológico Brasileiro, no qual Lutzenberger discutia a exploração de recursos planetários finitos pela sociedade de consumo, resultando em uma crise de energia e matérias-primas próprias da Sociedade Industrial. Pereira afirma que a intenção de Lutzenberger era a de construir um documento de impacto, de fácil compreensão para que também os leigos se apropriassem das ideias contidas no Manifesto.<sup>95</sup>

A partir dos anos 1970 começa a se desenvolver a experiência de Agricultura Ecológica, inicialmente por parte de agricultores “inovadores”. Já nos anos 80, com a realização dos históricos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAAAs), se desencadearam vários projetos de produção e a mobilização e organização de agricultores ecológicos. Os EBAAAs se constituíram em espaço de

---

93 COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão popular, 2017. p. 58.

94 PEREIRA, Elenita Malta. A ética do convívio ecossustentável: Uma biografia de José Lutzenberger. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2016. p. 17. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/140281/000990924.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 28 Jan. 2022.

95 PEREIRA, 2016, p. 145.

convergência desses produtores, das organizações de Agricultura Ecológica, de alguns pesquisadores e de algumas forças políticas (CANUTO, 1998)<sup>96</sup>.

Villar *et al*<sup>97</sup> acredita que o período entre os anos de 1960 e 1980 foi extremamente importante para uma nova tomada de consciência e para o surgimento e fortalecimento de vários movimentos de contestação, apesar da forte repressão aos movimentos sociais nesse período.

Com enorme capacidade de pressão e reivindicação, esses movimentos se tornaram cada vez mais plurais e passaram a envolver outros temas como as questões dos negros, das mulheres, dos indígenas, das crianças e do meio ambiente, o que expressa o acúmulo de forças sociais que, represadas pela ditadura, passaram a se manifestar<sup>98</sup>.

Em 1979 foi publicado pela Fundação Getúlio Vargas, um dos primeiros trabalhos com forte crítica ao uso de agrotóxicos pela agricultura em um país com características tropicais. Esse trabalho, de Adilson Dias Paschoal, associava a intensificação do uso de veneno agrícola com o aumento dos problemas com as pragas.<sup>99</sup> A partir de então, surgiram várias publicações cuja preocupação central era a forma de cultivo que proporcionasse o manejo adequado dos solos tropicais. Segundo Costa, um desses trabalhos é o da engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi, chamado Manejo Ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais.<sup>100</sup> Esses estudos continuam se configurando nos anos de 1980. Em 1981 foi introduzido no Brasil o Relatório e Recomendações sobre a Agricultura Orgânica, produzido pelo departamento de Agricultura dos Estados Unidos, Chabossou publica a obra Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose, em 1985, cujo tema central era discutir a proliferação das pragas e sua relação com o aumento do uso de agrotóxicos. Os espaços de discussão se ampliaram aos poucos, embora se restringissem, naquele momento, aos engenheiros agrônomos e à pauta das técnicas alternativas sem o uso de agrotóxicos.

Em 1981, a FAEAB, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e o Grupo de Agricultura Alternativa da AEASP, com apoio da FEAB, organizaram o *Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA)* em Curitiba, PR, que se

---

96 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 33. Acesso em 10 nov. 2020

97 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 1).p. 34.

98 GOMES, 2013, p. 34.

99 COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2017.p. 60.

100 COSTA, 2017, p. 61.

configurou como um dos marcos da história da agricultura alternativa no Brasil (EHLERS, 1999). Até aquele momento, havia poucas experiências práticas de agricultura alternativa conhecidas no País. Mesmo assim, apresentaram-se, no I EBAA, as experiências da Estância Demétria, de Botucatu, SP, em que, desde 1972, trabalhava-se com agricultura biodinâmica, e de Yoshio Tsuzuki, japonês radicado no Brasil (em Cotia, SP) e pioneiro (desde 1973) da produção orgânica (LUZZI, 2007). As discussões sobre o conceito de agricultura alternativa ficavam restritas ao conjunto de técnicas agrícolas alternativas e ao combate ao uso de agrotóxicos; não havia questionamentos aprofundados sobre os impactos sociais da modernização da estrutura agrária do País (PETERSEN; ALMEIDA, 2004)<sup>101</sup>.

Assim, a década de 1980 foi marcada pela realização de Encontros sobre Agricultura Alternativa, que objetivavam ampliar as discussões e difundir a prática pelo país. Em Campinas (SP) reuniram-se num desses encontros 40 organizações de trabalhadores rurais, em 1983, iniciando uma base que em 1988 resultaria na criação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede PTA). Essa Rede possibilitou a articulação e intercâmbio entre organizações não governamentais e socioambientais no Brasil.<sup>102</sup> Em 1984 realizou-se em Petrópolis (RJ) o II EBAA (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa), no qual foi elaborada a Carta de Petrópolis – protocolo de intenções. Nesse Encontro, além de firmar o apoio dos governos às práticas alternativas, discutiu-se a questão da dependência da agricultura nacional em relação às multinacionais, no tocante ao fornecimento de agrotóxicos e sementes. Houve ainda a proposta da criação de uma associação nacional, que não se concretizou naquele momento. O III EBAA aconteceu em 1987, em Cuiabá. Nos primeiros encontros, predominava a participação de engenheiros agrônomos e estudantes de Agronomia. O III EBAA trouxe inovações nesse sentido:

Dessa vez, além de estudantes e engenheiros-agrônomos, participaram do encontro cerca de 300 agricultores vinculados ao PTA da Fase e à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do Estado do Mato Grosso. Outra novidade foi a participação de lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o que marcou o início da aproximação entre o movimento da agricultura alternativa e os movimentos sociais do campo.<sup>103</sup>

Pode-se observar a participação de diferentes movimentos sociais ligados ao direito dos trabalhadores rurais e dos trabalhadores da indústria. Embora o foco do movimento pela agricultura alternativa fosse até então o meio ambiente, com a diversificação dos grupos sociais participantes das discussões, esse cenário iria mudar. Na década de 1980 começaram a

---

101 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 2013). p. 37.

102 GOMES, 2013, p. 37.

103 GOMES, 2013, p. 39.



surgir as primeiras feiras de comercialização de produtos orgânicos: em 1984 surge no em Nova Friburgo, (RJ) uma feira organizada por um pequeno grupo de agricultores, a Feirinha da Saúde, que organizaram a Associação de Agricultores Biológicos (ABIO)<sup>104</sup>; em 1989, a Cooperativa de Consumidores Coolmeia (criada em 1978) organizou uma feira em Porto Alegre (RS)<sup>105</sup>; em 1991 foi a vez da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), criada em 1989, organizar uma feira de produtos orgânicos em São Paulo<sup>106</sup>.

Segundo Costa, na década de 1990 ocorreu a expansão dos mercados de produtos orgânicos. Além dos pequenos produtores de agroecológicos que destinavam seus produtos para os mercados locais, nessa década havia produtores que exportavam commodities orgânicas.<sup>107</sup> Sem dúvida, a década de 1990 foi caracterizada por muitos avanços em termos ambientais e agroecológicos, impulsionados pela realização da RIO 92, no Brasil. Devido a realidade enfrentada pelos agricultores e agricultoras familiares nesse período, as discussões sobre agroecologia alcançaram muitos movimentos sociais ligados ao campo, ampliando a participação popular no debate.

Em 1995, foi criado o Comitê Nacional de Agricultura Orgânica, composta por membros representantes do governo e da sociedade civil organizada, cujo objetivo era normatizar a certificação dos produtos orgânicos no país.

O período caracterizou-se também pela ampliação das ações e das diferentes ONGs que orientam seus trabalhos segundo os pressupostos da agricultura alternativa, e aquelas que se autodenominam agroecológicas. As primeiras se centram na produção para o mercado, praticando um preço mais elevado que os dos produtos convencionais, trabalhando com empresários rurais e adotando um padrão tecnológico baseado na substituição de insumos vindos de fora da propriedade<sup>108</sup>.

As ONGs agroecológicas tomaram outro caminho. Sua estratégia foi a de trabalhar junto aos agricultores familiares fornecendo suporte para que as organizações e propriedades se tornassem mais independentes de energia externa, para que a gestão da comercialização priorizasse os mercados local e regional, para que fosse praticado um preço justo a fim de que produtores e consumidores fossem beneficiados<sup>109</sup>. Em 1999, a EMBRAPA Agrobiologia

---

104 ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES BIOLÓGICOS. **Sobre ABIO**. Disponível em: <https://abiorj.org/sobre-abio/>. Acesso em: 22 set. 2020.

105 COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão popular, 2017.p. 77.

106 ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTURA ORGÂNICA. **Institucional: Sócios Fundadores**. Disponível em: <http://aao.org.br/aao/quem-somos.php>. Acesso em: 22 set. 2020.

107 COSTA, 2017. p. 78-79.

108 COSTA, 2017. p. 79.

109 COSTA, 2017, p. 79.

realiza o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agrobiologia, reunido profissionais de diversas instituições “com ações orientadas segundo o paradigma técnico-científico da Agroecologia”<sup>110</sup>. Um ano depois, a EMBRAPA criou um Grupo de Trabalho cujo objetivo era identificar quais as demandas de pesquisa sobre agricultura orgânica no Brasil a fim de orientar as suas ações.

Nos anos 2000, o movimento agroecológico passou por um dinamismo, no sentido de multiplicidades de frentes de atuação por meio das entidades envolvidas, dos segmentos da sociedade a participar das discussões, dos espaços de discussão, da ampliação das pesquisas de viés agroecológico, bem como de visibilidade pública. Surgem nas instituições de ensino formal cursos de Agroecologia, em diferentes níveis de formação: Ensino Médio Profissionalizante, cursos de tecnologias, bacharelados, cursos de especialização, mestrado e linhas de pesquisa em programas de doutorado. O Marco Referencial em Agroecologia destaca que:

Em 2000, entidades e pessoas envolvidas nos processos anteriores realizaram consulta aos movimentos sociais do campo, organizações não- governamentais, redes e fóruns, pesquisadores e professores sobre a pertinência de se dar visibilidade pública e articular o conjunto de experiências voltadas à promoção da Agroecologia no Brasil. Diante da resposta positiva, foi realizado, em julho de 2001, no Rio de Janeiro, um seminário com pessoas atuantes na promoção da Agroecologia, integrantes de diferentes setores sociais. Seguindo um processo organizativo descentralizado, baseado em alianças e redes locais até nacionais, nasceu o ENA, [...] <sup>111</sup>.

Os objetivos do I Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em julho de 2002, eram audaciosos, pois pretendiam que a Agroecologia se firmasse como uma forma de produção alternativa ao modelo da agricultura moderna, divulgando para a sociedade os resultados dessas experiências. Também pretendiam estimular a cooperação entre os diferentes promotores da Agroecologia, no sentido de dar visibilidade à agricultura familiar, ao extrativismo e à reforma agrária, bem como formular políticas públicas que favorecessem a generalização da agroecologia, submetendo-as, na época, ao debate com os candidatos à presidência da República<sup>112</sup>. Segundo Villar (*et al*),

Em 2002, havia uma conjuntura favorável para a realização do ENA. No contexto pré-eleitoral para os poderes executivos e legislativos estaduais e nacional, os

---

110 EMBRAPA. **Marco referencial em agroecologia**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>. ISBN: 85-7383-364-5. p. 50.

111 EMBRAPA. 2006, p. 34.

112 EMBRAPA, 2006, p. 34.

debates sobre os papéis da agricultura familiar e da reforma agrária e sobre o modelo tecnológico na agricultura (polarizado pela questão dos transgênicos) mereceram grande atenção da sociedade brasileira. Além disso, a eleição de um governo federal democrático e popular, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida em outubro de 2002, reafirmava a importância da articulação de uma expressão organizada do campo agroecológico capaz de participar, de forma ativa, nos processos de elaboração e de execução de políticas públicas orientadas para a democratização do mundo rural e a promoção da sustentabilidade socioambiental<sup>113</sup>.

Observa-se nesse período um crescimento do consumo de produtos orgânicos no Brasil, transformando a imagem da agricultura familiar, rotulada como atrasada e ineficiente do ponto de vista mercadológico, administrativo e organizacional, imagem bastante difundida pela Revolução Verde para disseminar seus pacotes de modernização da produção no Terceiro Mundo.

[...] a agricultura familiar vem sendo concebida por seus valores positivos como geradora de empregos, produtora da qualidade e da diversidade alimentar, mantenedora de diversidade biológica e cultural, provedora de economias rurais rentáveis e estáveis, conservadora das paisagens e outras amenidades no campo, etc. Essa tendência de mudança na percepção coletiva explica a expressiva aprovação popular dos movimentos sociais no campo e suas lutas pela reforma agrária. [...] <sup>114</sup>.

Nesse contexto, surge, em 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), com a missão promover a articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira envolvidas com experiências em agroecologia e sua promoção. Dentre os objetivos estavam o de fortalecer a produção familiar e de construir alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural.

Entre as suas principais temáticas de atuação estão a construção do conhecimento agroecológico, notadamente nos campos da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), da Educação e da Pesquisa, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com foco prioritário nas sementes locais e nos produtos do extrativismo, a questão do protagonismo das mulheres, o abastecimento e a construção social de mercados, a soberania e segurança alimentar, a reforma agrária e os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, o acesso e a gestão das águas, a agricultura urbana e periurbana, a questão dos agrotóxicos e dos transgênicos, as normas sanitárias para produtos da agricultura familiar, o crédito para financiamento da agricultura familiar e a comunicação<sup>115</sup>.

A criação da ANA surge a partir de princípios de democratização e equidade, seja referente ao acesso aos recursos naturais, incluindo os recursos genéticos, ao desenvolvimento

113 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 1). p. 46-47.

114 GOMES, 2013, p.48.

115 ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **O que é a ANA**. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>. Acesso em: 22 set. 2020.

local sustentável, ou ainda à geração e apropriação do conhecimento dos princípios agroecológicos, promovendo equidade nas relações entre as pessoas e o meio ambiente e entre os seres humanos, incluindo as relações de gênero. Entre 2002 e 2018, a ANA realizou quatro Encontros Nacionais de Agroecologia, o último em Belo Horizonte, contando com a participação de três mil pessoas ligadas aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, articulando na organização desse evento quarenta e sete redes. Em 2004, foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), durante a realização do II Congresso Brasileiro de Agroecologia, como um braço da ANA responsável por incentivar e contribuir para o desenvolvimento de pesquisas em Agroecologia. Em 2006, a EMBRAPA reconheceu a Agroecologia como Ciência, quando lançou o Marco referencial da Agroecologia, durante a realização do V Congresso Brasileiro de Agroecologia em Belo Horizonte (MG). No ano de 2008 a Empresa lançou o projeto Transição Agroecológica: Construção Participativa do Conhecimento para a Sustentabilidade, projeto que articula vários outros envolve vários pesquisadores de vários centros da Embrapa.

A Marcha das Margaridas, movimento realizado pelas mulheres trabalhadoras rurais, em 2011 reivindicou à Presidenta Dilma Rousseff, o fortalecimento da Agroecologia como atividade da agricultura familiar. Essa reivindicação estimulou a organização de um Plano Nacional. No ano de 2013, o Jornal Estado de Minas anunciou o lançamento do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, cujo objetivo era o de estimular a agricultura sustentável entre pequenos agricultores, assentados, quilombolas e indígenas. Esse Plano foi proposto pela então presidenta Dilma Rousseff e para formulá-lo foram consultados representantes de alguns movimentos sociais relacionados aos grupos acima citados. Apesar desses representantes destacarem a importância da Reforma Agrária, essa demanda não foi contemplada neste Plano<sup>116</sup>.

Almeida faz uma reflexão sobre a Agroecologia no Brasil, destacando a multiplicidade de sujeitos, grupos e abordagens envolvidas no fazer agroecológico. Para ele, muitos desses sujeitos praticam de alguma forma os saberes agroecológicos, mas ainda não estão inseridos em um movimento social nem como integrantes, nem como representantes.

Por enquanto, a agroecologia é a expressão de iniciativas de grupos ou agentes sociais mais ou menos isolados, ainda pouco orgânicos, com resultados técnicos e sociais em diferentes amplitudes, agentes estes que poderão vir a integrar um

---

116 AGÊNCIA ESTADO. Criticada, Dilma lança plano sustentável. **Jornal Estado de Minas**, [s.i], 17 out. 2013, Política. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/10/17/interna\\_politica,460779/criticada-dilma-lanca-plano-sustentavel.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/10/17/interna_politica,460779/criticada-dilma-lanca-plano-sustentavel.shtml). Acesso em 22 set. 2020.

movimento social, mas que, atualmente, não constituem e não representam um movimento social<sup>117</sup>.

Esse autor reflete ainda sobre o alcance da proposta agroecológica no Brasil e suas limitações, reconhecendo que apesar de ter avançado muito em algumas regiões no sentido de implementar políticas públicas, ainda precisa avançar muito no sentido de influenciar mudanças mais significativas no contexto da produção agrícola brasileira.

É forçoso reconhecer que a proposta agroecológica ainda é bem minoritária e incipiente no contexto social da produção agrícola brasileira, até mesmo marginalizada, mesmo se reconhecendo que, em certas regiões, tem-se avançado consideravelmente na implementação de algumas políticas públicas (extensão e assistência técnica, pesquisa agrícola, recursos financeiros em programas específicos para a produção agroecológica, dentre outras)<sup>118</sup>.

Observa-se, portanto, que a agroecologia (antes denominada Agricultura Alternativa) passou por um intenso processo de desenvolvimento de seu referencial teórico e prático ao longo dos séculos XX e XXI, no Brasil. Apesar desses grandes passos, sabe-se que ainda há uma longa caminhada a ser realizada para que a Agroecologia seja um referencial na produção de alimentos no país. No contexto atual, mais do que nunca, os movimentos sociais têm a tarefa de resistir ao desmantelamento das leis e políticas públicas envolvendo a agricultura familiar, os povos indígenas, quilombolas e sem-terra, bem como a agroecologia.

#### 2.4 REVOLUÇÃO VERDE: O EMPURRÃO PARA O SURGIMENTO DOS MOVIMENTOS AGROECOLÓGICOS

Após a Segunda Guerra Mundial surge um pacote de medidas que ficou conhecido como Revolução Verde. Essas medidas estavam destinadas à aplicação na produção agrícola, passando a compor um rol tecnológico incorporado à agricultura moderna. Segundo Costa, esse padrão tecnológico foi desenvolvido em regiões temperadas e frias, como Estados Unidos, Europa e Japão e, posteriormente, disseminado nos países denominados de Terceiro Mundo. O autor destaca que esse modelo foi impulsionado pelo fim da Segunda Guerra, quando os empresários do setor bélico se encontraram sem um mercado consumidor,

117 ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>. p. 512. Acesso em: 23 set. 2020.

118 ALMEIDA, 2003, Acesso em: 23 set. 2020.

direcionando sua produção tecnológica para a fabricação de fertilizantes químicos, agrotóxicos e maquinários.<sup>119</sup>

Para Picado Umaña, o termo Revolução Verde é muito abrangente, pois pode significar tanto um processo ocorrido no Sudeste Asiático, como um amplo processo fundamentado nas mudanças tecnológicas no Terceiro Mundo pós II Guerra Mundial. Também pode ser usado para referir-se a uma melhoria técnica no processo de produção agrícola de grãos, ou ainda, a uma estratégia de contenção do comunismo nos países pobres. Pode-se perceber a abrangência e complexidade desse conceito, que nos países subdesenvolvidos apresentou-se como um plano de salvação para a problemática da fome.

[...] Nos marcos dessa concepção, a pesquisa e o desenvolvimento dos modernos sistemas de produção foram orientados para a incorporação de pacotes tecnológicos, tidos como de aplicação universal, destinados a maximizar o rendimento dos cultivos em situações ecológicas profundamente distintas<sup>120</sup>.

Sob o pretexto da redução da fome, essas medidas chegam ao Terceiro Mundo com extrema velocidade e alcance, absorvidas pelos produtores como uma espécie de milagre da produção. Como Costa destaca, num primeiro momento a produção cresceu recuperando os prejuízos causados pela guerra, para em um segundo momento realizar uma imensa expansão. Entretanto, esse autor observa que:

O custo-benefício da revolução verde nos trópicos tem sido altamente negativo se relevados todos seus rebatimentos e impactos – econômicos, sociais e ambientais; afora de se constituir em uma atividade perdulária sob a ótica energética, dada sua elevada dependência de energia externa, basicamente energia fóssil e agroquímicos.

Essa dependência não se dá apenas no suprimento energético. Ela significa uma dependência de produtos altamente tecnológicos, como sementes, insumos, agrotóxicos e maquinários, desenvolvidos nos países centrais que contam com a estrutura, com o capital e com pesquisadores necessários para que a produção seja cada vez mais exitosa. No entanto, os autores aqui referenciados concordam que a distribuição e acesso a esses recursos privilegiaram aqueles que já possuíam uma estrutura e o capital necessário para adquirir esses pacotes tecnológicos. Aqueles que não possuíam as condições para adquirir essa tecnologia,

---

119 COSTA, M.B.B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2017.p. 31.

120 ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129/14493>. P. 70 Acesso em 25 set. 2020.

acabavam excluídos do mercado capitalista por falta de condições de competir com o preço dos produtos comercializados por latifúndios monocultores.

Os benefícios dessas medidas – geralmente chamadas de Revolução Verde – foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, que controlam o capital e as terras férteis, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos. A Revolução Verde também contribuiu para disseminar problemas ambientais[...].<sup>121</sup>

Costa exemplifica bem essa questão: os Centros Internacionais de Germoplasma passaram a induzir o melhoramento genético em âmbito mundial sob o pretexto de superar o problema da falta de alimentos nos países subdesenvolvidos. No entanto, seu maior objetivo era o de criar um mercado para o consumo de germoplasma, insumos e maquinário produzido pelas transnacionais.<sup>122</sup>

Esses pacotes tecnológicos alcançaram o Oeste Catarinense, que até então estruturava-se sobre uma pequena produção mercantil, que servia para a subsistência da população e vendia o excedente no mercado extrarregional. Através da comercialização dos excedentes, alguns pequenos agricultores acumularam capital<sup>123</sup>, o que lhes proporcionou a estrutura necessária para adentrar na nova lógica de produção trazida pelos difusores da Revolução Verde: a produção passou a servir a indústria, e para tanto, necessitava de maior produção, de uso de fertilizantes e agrotóxicos, de maquinário e de sementes produzidas pelas grandes empresas transnacionais.

Tal processo desencadeou na região a concentração de riquezas seja transformando pequenas iniciativas em empreendimentos agroindustriais (notadamente concentradas no abate e no processamento de animais), ou integrando parcela da população à cadeia produtiva formada pelos empresários, ou ainda, houve a proletarianização ou emigração para as cidades maiores, sobretudo Chapecó, na região, para desenvolver trabalhos no setor de comércio e de serviços.<sup>124</sup>

O Oeste Catarinense integrou-se gradativamente a outros mercados consumidores, provocando a evolução dos abatedouros locais para frigoríficos e depois para as agroindústrias. Segundo Oliveira Filho, Guilard e Schlickmann,, os pequenos produtores

<sup>121</sup>ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.p. 19.

<sup>122</sup>COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2017.

<sup>123</sup> OLIVEIRA FILHO, Altair Aparecido de. GUILARDI, Livia. SCHLICKMANN, Paulo Henrique. As implicações da centralidade de Chapecó no Oeste Catarinense: processo histórico e desenvolvimento econômico. *In: Cadernos Geográficos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. n° 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014. p.17.

<sup>124</sup> OLIVEIRA FILHO, 2014, p. 17.

transformaram-se cada vez mais dependentes da indústria, passando de fornecedores a integrados, recebendo orientações diretas dos técnicos e agrônomos ligados à essas agroindústrias.<sup>125</sup> Todo esse sistema, só era vantajoso para aqueles produtores capitalizados, pois os demais iam aos poucos ficando pelo caminho, devido à falta de condições financeiras para arcar com todas as exigências das agroindústrias que ditavam todo o tom da produção e alteravam a todo momento as relações com os produtores, transferindo para os mesmos a maior parte da responsabilidade.

Nos anos 1960 e 1970, a abundância de recursos externos facilmente captados pelo Estado brasileiro para financiar o processo de industrialização, que ainda não estava completo, impactou fortemente o espaço rural. As agroindústrias foram especialmente beneficiadas por esta oferta de crédito, o “carro chefe” da política agrícola brasileira neste período, que coincidiu com o regime ditatorial. O complexo agroindustrial que se formou no Oeste Catarinense representa um modelo de desenvolvimento que privilegia a sempre maior interdependência dos diferentes setores econômicos no sentido de formar um encadeamento completo. [...] <sup>126</sup>

Altieri enfatiza que os agricultores mais pobres e sem recursos foram extremamente prejudicados por essas medidas, pois não tiveram a oportunidade de fortalecer suas propriedades e sua produção, encontrando cada vez mais dificuldades para produzir. Esse autor destaca que se esperava que os agricultores com propriedades bem estabelecidas fossem uma vitrine para difundir o modelo da Revolução Verde, como se esta fosse a única possibilidade para o progresso na produção. “[...] é que ela concentrou seus esforços nos agricultores mais bem providos de recursos, no topo do gradiente, esperando que os “agricultores progressistas ou avançados” servissem como exemplo a outros, em um processo difusionista de transferência de tecnologias. [...]”<sup>127</sup> Ou seja, a ideia de um desenvolvimento mais próximo do sustentável estava longe de ser alcançada por um modelo altamente desenvolvimentista, e segundo Altieri, foi o responsável pela crise agrícola e problemas ambientais que a maior parte do Terceiro Mundo vive hoje.

A crise agrícola-ecológica existente, hoje, na maior parte do Terceiro Mundo, resultado fracasso do paradigma dominante de desenvolvimento. As estratégias de desenvolvimento convencionais revelaram-se fundamentalmente limitadas em sua capacidade de promover um desenvolvimento equânime e sustentável. Não foram

<sup>125</sup> OLIVEIRA FILHO, 2014, p. 19.

<sup>126</sup> CUNHA, Luis Felipe. NIEDERLE, Sidnei Luiz. PEREIRA, Stella Maris Veiga. Agricultura familiar e complexo agroindustrial: autonomia e conflito no processo de territorialização do Oeste Catarinense. IN: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. p. 72.

<sup>127</sup> ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p.42.



capazes nem de atingir os mais pobres, nem de resolver o problema da fome, da desnutrição ou as questões ambientais. [...]”<sup>128</sup>

Na região Oeste de Santa Catarina, incluindo Chapecó, o cultivo de alimentos destinados à subsistência foi sendo substituído pelos cultivos de soja e milho, destinados à exportação e, no caso da nossa realidade local, à produção de ração para suínos e aves. O *Agro-Jornal* (1976 *apud* GERHARDT, 2016, p. 171) expõe um contexto para a década de 1970 que possui estreita relação com a realidade do Oeste Catarinense:

A Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) e sua extensão rural tiveram um papel importante na introdução da soja e na modernização, pois acompanhavam muitos agricultores durante a implantação e na aprendizagem para uso do “pacote tecnológico”. O programa denominava-se Crédito Rural Educativo, e era financiado, principalmente, pelo Banco do Brasil (*AGRO-JORNAL*, mar. 1976, p. 19; abr. 1976; jun. 1976).<sup>129</sup>

Do ponto de vista ecológico, somam-se grandes prejuízos que vão desde a contaminação do solo e seu esgotamento, a poluição da água superficial e subterrânea, até a propagação de pragas que se tornam cada vez mais resistentes aos venenos. Também é relevante o fato de que os monocultivos necessitam de áreas cada vez maiores para o plantio, fator responsável em parte pelo desmatamento, além de provocarem o esgotamento dos nutrientes do solo. Costa afirma que “[...] sistemas produtivos especializados com monocultura não apresentam uma estrutura integrada entre seus componentes [...] muitos cultivos são conduzidos em condições marginais, demandando um maior uso de agroquímicos, energia não renovável que causa grande impacto ambiental.”<sup>130</sup>

Ao mesmo tempo em que a revolução verde aumentou a produtividade e, conseqüentemente, a produção, não eliminou o grande problema da fome que assola o mundo. Além disso, trouxe como consequência a perda da biodiversidade, o crescimento da dependência em relação ao capital internacional – especialmente as indústrias de insumos e sementes –, a degradação ambiental decorrente da utilização de agrotóxicos em larga escala, a exclusão dos pequenos produtores e da agricultura tradicional.<sup>131</sup>

---

128 ALTIERI, 2014, p. 19.

129 GERHARDT, Marcos. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. *In: História: Debates e Tendências* – v. 16, n. 1, jan./jun. 2016, p. 166-180. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6264> Acesso em: 07 nov. 2021. p. 171.

130 COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2017.

131 BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o movimento das mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2021. 253f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. p. 90.

Os impactos econômico, ecológico e social tornaram-se um impulso para que emergissem movimentos de contestação ao modelo de produção agrícola sustentado pela Revolução Verde. Diferentes grupos sociais passaram a contestar esse modelo excludente e

Os agentes e grupos sociais que questionam, em diferentes níveis, o padrão de desenvolvimento agrícola e rural implementado a partir dos ideários da Revolução Verde começaram a se constituir na metade da década de 70. A luta pela terra, a resistência que opõe os pequenos agricultores familiares à construção de barragens hidrelétricas que os ameaçam de expropriação, as tentativas de implantação de novos assentamentos rurais em áreas conquistadas através da luta pela reforma agrária, as críticas e reivindicações concernentes às políticas agrícolas do Estado, a experimentação mais ou menos sistemática e organizada de “novas” tecnologias mais adaptadas às necessidades e à situação da pequena agricultura de caráter familiar, as reivindicações de maior cuidado com os recursos naturais não renováveis, enfim, a luta ecologista e ambientalista são algumas das orientações que embasam e ainda guiam o atual movimento de contestação (Almeida, 1989, 1995, 1998; Almeida; Navarro, 1997).<sup>132</sup>

Os impactos negativos da Revolução Verde foram o empurrão que os movimentos sociais receberam para lutar por condições de acesso à terra, condições mais solidárias de produção e valorização dos pequenos agricultores. A desigualdade já existente no campo é agravada por meio da concentração de terras nas mãos de grandes produtores, do êxodo rural, do enfraquecimento ou desmantelamento das pequenas propriedades familiares, dentre outros impactos que ocorreram no Oeste de Santa Catarina. Foi de fundamental importância a atuação dos movimentos sociais não apenas como movimentos de resistência a esses pacotes e ao modo de produção que convencionou-se chamar de Agricultura Moderna, mas também no que se refere à organização de formas de desenvolver a pequena agricultura familiar e retomar antigas formas de produção sustentáveis, solidárias (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, Movimento das Mulheres Campesinas, Movimento dos Pequenos Agricultores, dentre outros. Surgem nesse contexto as Associações de Municípios, Associações de Pequenos Agricultores, Cooperativas de Assentamentos de Reforma Agrária.<sup>133</sup> Em 2001 é criada a FETRAF – SUL da Região Sul do Brasil (Federação da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil), com sede em Chapecó, cujo objetivo era promover o desenvolvimento sustentável, solidário e comunitário, através da articulação e representatividade da Agricultura Familiar,

132 ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>. p. 501. Acesso em 10 mai. 2021.

133 MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvio Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. In: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014. p.45.

bem como da construção de um espaço de discussão e criação de projetos sociais e de produção alternativa.<sup>134</sup>

Os ventos que trouxeram a agroecologia para o Brasil demonstram a percepção da existência de novas formas de produzir alimentos, de comercializá-los e de lutar por dignidade e direitos para os agricultores. Para chegar até aqui foi percorrido um longo caminho feito de organização, de pesquisa, de movimentos, de resistência. Foi feito de debates de um assunto que não se esgota e que, de tempos em tempos traz novas demandas, ainda que muitas das discussões antigas se façam presentes. Esse caminho continua a ser percorrido por muitas pessoas, de muitos segmentos da sociedade.

---

134 MOCHIUTT, 2014, p. 46.

## CAPÍTULO 2

### 3 QUEM SÃO OS AGRICULTORES DO OESTE CATARINENSE: AGRICULTURA FAMILIAR E A AGROECOLOGIA

#### 3.1 GÊNESE DO MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NA REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA

O que chamamos de região Oeste de Santa Catarina compreende um território que abrange desde o município de Joaçaba, até a microrregião de São Miguel do Oeste, contemplando uma área de 27.218Km<sup>2</sup>, localizada entre o rio Irani, o rio Uruguai e seus afluentes.<sup>135</sup> Segundo Forchesatto, quando da fundação dos primeiros municípios no Oeste de Santa Catarina, viviam na região povos indígenas, principalmente os Kaingang e os grupos de caboclos,<sup>136</sup> estes últimos resultantes do processo de miscigenação dos indígenas com trabalhadores escravizados que fugiram do Paraná e do Rio Grande do Sul e se estabeleceram na região. “[...] da miscigenação desses grupos, o brasileiro, como se denominavam os habitantes da região – esses sujeitos também se tornaram conhecidos como “caboclos”, denominação indicada a partir da chegada dos imigrantes italianos e alemães, a qual dispensava um olhar depreciativo sobre esse grupo étnico. [...]”<sup>137</sup>

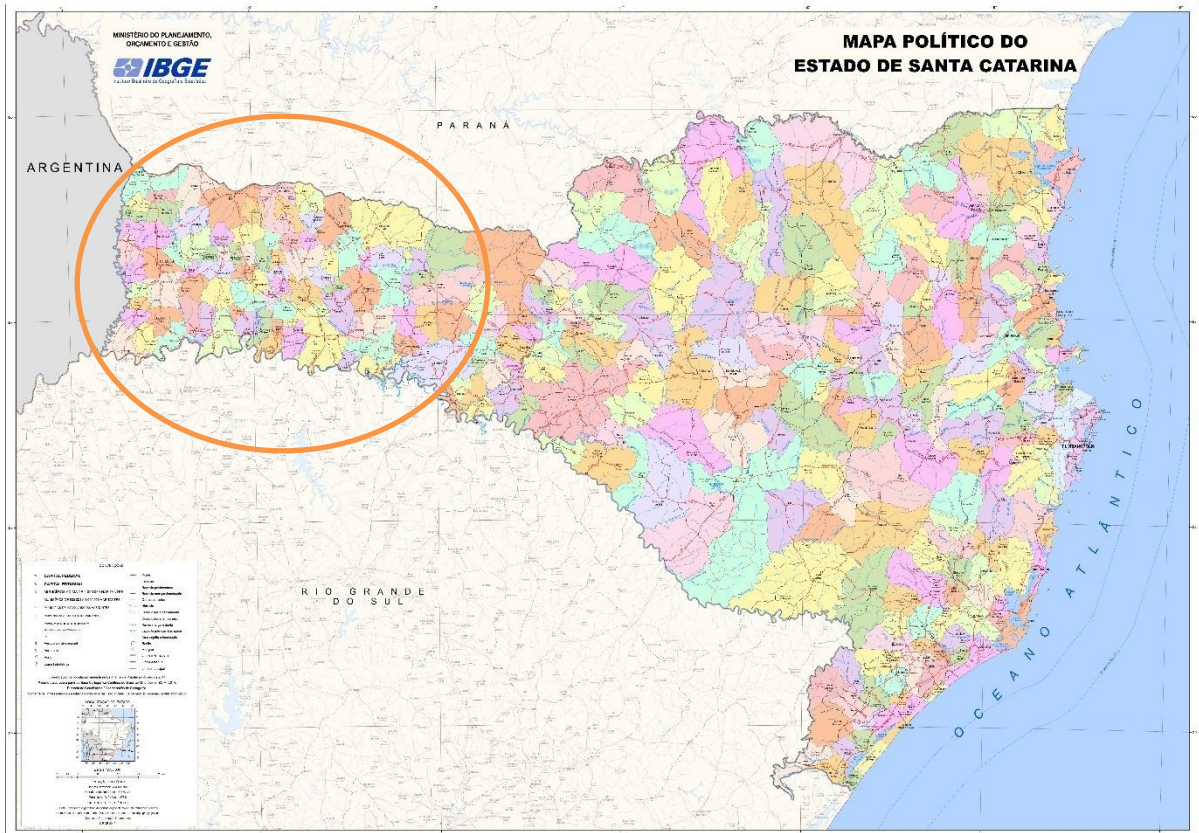
---

135 MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvio Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. In: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014., p. 36.

136 MORETTO, SAMIRA; SILVA, C. M. ; VALENTINI, D. J. ? Árvore é quase bicho, e bicho é quase gente?: Os caboclos da América Subtropical e um *Buen Vivir* alternativo. **Boletim Historiar**, v. 07, p. 57, 2020.

137 FORCHESATTO, Raquel. **Feiras da reforma agrária: concepção sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. p. 27.

Figura 1: Mapa da região Oeste de Santa Catarina.



FONTE: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2015. Adaptação nossa.

Rosseto<sup>138</sup> destaca que a colonização da região Oeste pelos imigrantes europeus ocorreu após o término da Guerra do Contestado, em 1916. Isso se deve ao fato de que, embora não estivesse no centro do conflito da Guerra do Contestado, também fazia parte da região em disputa entre Paraná e Santa Catarina e só passou a ser ocupada por imigrantes gaúchos após o fim do conflito. O processo de ocupação ocorreu através da expulsão de muitos indígenas e caboclos, desocupando as terras para que estas fossem administradas e vendidas pelas colonizadoras.

Os colonos sul-rio-grandenses eram descendentes de europeus que viram na migração a possibilidade de permanecer agricultores pela ampliação da fronteira agrícola, já escassa na colônia velha. Os preços das terras no oeste catarinense eram atrativos quando comparados ao estado vizinho. Não eram desconhecidos dos compradores os desafios de iniciar a atividade agrícola em região de mata e praticamente desprovida de infraestrutura. Fazia parte do negócio dedicar dias de trabalho à abertura de estradas e à construção de pontes com os próprios braços, na

138 ROSSETO, Santo. Síntese histórica da região oeste. **Cadernos do CEOM** - Ano 18, n. 23 - CEOM: 20 anos de memórias e histórias no oeste de Santa Catarina. 1989. p. 259.

ausência de maquinário. A construção de casas e de galpões e a abertura das lavouras eram ônus que recaíam sobre os recém-chegados.<sup>139</sup>

Os colonos estabelecidos dedicam-se inicialmente a construir a infraestrutura necessária, limpando os terrenos, construindo as benfeitorias, plantando as roças. Os braços utilizados eram dos membros das famílias, que eram numerosas e, portanto, forneciam mão-de-obra, considerando “[...] a inviabilidade econômica de contratá-la, quando disponível”. [...]”<sup>140</sup> Conforme nos mostra Winckler (et al),<sup>141</sup> quando a demanda de trabalho era muito grande, a família contratava a ajuda de terceiro. Em geral, os membros da família trabalham para produzir alimentos para seu próprio consumo e comercializam o excedente. Muitas dessas famílias foram se integrando à atividade da agroindústria, a partir da década de 1950, produzindo suínos, aves, tabaco e leite, produzindo assim as matérias primas necessárias para a produção industrial. Essas atividades geraram imensas transformações sociais, econômicas e ambientais no Oeste de Santa Catarina, ao longo de mais de cem anos de história, resultando em importantes transformações ambientais.

Não tardaram a instalar-se na região frigoríficos de processamento de suínos com capacidade para abater toda a produção existente e para escoá-la a centros distantes, como São Paulo. As câmaras frigoríficas e o transporte aéreo favoreceram esses deslocamentos. Toda a matéria-prima disponível era utilizada, e a demanda só crescia. Como medida para assegurar a quantidade e a regularidade da oferta, introduziu-se o sistema de integração, no qual a agroindústria fornece os animais e os insumos e o agricultor entra com a infraestrutura para abrigá-los e com o trabalho no cuidado para criação e engorda. No final, a produção é entregue ao frigorífico com o qual se estabelece um contrato de exclusividade.<sup>142</sup>

É importante destacar que essa forma de organização produtiva e econômica, na qual as famílias de agricultores produziam para movimentar a indústria, tornou-os extremamente dependentes do direcionamento das agroindústrias, que ditavam o tom da produção no campo, e ao mesmo tempo que gerou desenvolvimento econômico, também resultou em graves problemas socioeconômicos e ambientais. Essa agroindústria determinava “[...] as formas de cultivo, influenciou o aumento das áreas de produção, introduziu novas sementes e espécies de animais, assim como iniciou um grande impacto ambiental. [...]”<sup>143</sup>

139 WINCKLER, Silvana. RENK, Arlene. MUNARINI, Ana Elsa. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense** Vol. 15, N. 1/2 (2018). p. 19.

140 WINCKLER, 2018, p. 23.

141 WINCKLER, 2018, p. 23.

142 WINCKLER, 2018, p. 20.

143 SILVA, Claiton Marcio. BRANDT, Marlon. MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: Uma História Ambiental de Chapecó. In: Carbonera, Miriam. Et.al. **Chapecó 100 anos: Histórias Plurais**. Chapecó,

A região Oeste de Santa Catarina desenvolveu uma tradição agrícola, baseada na pequena propriedade e desenvolvida por pequenos agricultores. A partir das imposições do pacote da Revolução Verde e da integração com a agroindústria, os minifúndios sentiram os efeitos da chamada Modernização da Agricultura e suas consequências.

[...] Os investimentos para esse modelo produtivo são altos; necessitava-se, pois, que os produtores possuíssem estabilidade e reservas para caso houvesse problemas com clima, pragas, entre outros fatores. Na realidade das famílias camponesas, para acessar tais produtos inovadores para a agricultura, foi necessária a realização de empréstimos e financiamentos nos bancos, o que, com o passar dos anos, inviabilizava a produção, pois as famílias estavam cada vez mais endividadas e não conseguiam pagar as contas e adquirir mais produtos para continuar competindo no mercado com a sua produção. [...]<sup>144</sup>

A partir da década de 1990, essas inovações foram responsáveis por um grande aumento da produção agropecuária, contando com a implementação pecuária extensiva, de lavouras transgênicas, uso de fertilizantes e de agrotóxicos nas lavouras de monoculturas, cujas sementes eram produzidas em laboratórios e adquiridas de transnacionais. O preço da implementação dessas medidas foi alto do ponto de vista ambiental, considerando que os recursos naturais como água, florestas, ar e solo foram duramente afetados por essas práticas.

É importante destacar neste momento que além da perda da cultura e dos modos de produção tradicionais, a questão ambiental foi intensamente abalada nesta região. Com o título de maior produtor de suínos do Brasil também veio o triste quadro da poluição do solo e dos recursos hídricos pelos dejetos suínos. As limitações estruturais e técnicas para estocagem e transformação desse material, tanto pelos agricultores quanto pelas agroindústrias, representaram uma alta carga orgânica nos rios e no solo, afetando também as águas subterrâneas [...].<sup>145</sup>

Crises ambientais, sociais e econômicas se desencadearam nos anos de 1990. No Oeste de Santa Catarina, não foi diferente. da incidência de mosquitos borrachudos na região<sup>146</sup>. No campo social e econômico, por outro lado, Miochutti *et al* citam Testa para explicar dado contexto da região Oeste: marcado pela grande exclusão de suinocultores integrados que em

---

Argos, 2017, p. 203.

144 FORCHESATTO, Raquel. **Feiras da reforma agrária: concepção sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018, p. 36.

145 MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvio Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. *In: Cadernos Geográficos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014, p. 44.

146 DENARDIN, Valdir F.; SULZBACH, Mayra T. Os Possíveis Caminhos da Sustentabilidade para a Agropecuária da Região Oeste de Santa Catarina. **Revista Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 3, n. 6, jul./dez.,2005, p. 106.

“1980 eram 67 mil, diminuindo para 30 mil em 1990 e 20 mil em 1995, sendo hoje o número ainda menor.”<sup>147</sup> Muitos suinocultores não conseguiram aderir as novas tecnologias, e, portanto, não deram conta de ampliar a produção para manterem-se integrados. Outro fator importante foi a dificuldade em obter financiamentos, bem como de assumir os custos transferidos pelas agroindústrias para os integrados. Segundo Cancelier (2005 *apud* MATTOS, 2019, p.37)<sup>148</sup>, a partir da década de 1990 ocorreram ações e incentivos agrícolas no Oeste de Santa Catarina, cujas ações foram no sentido de abastecer os municípios de alimentos através da agricultura familiar. Também houve incentivos na criação de açudagem, produção de hortifrutigranjeiros e agroecológicos.

Considerando esses impactos, surgem movimentos de resistência ao agronegócio a partir das primeiras décadas do século XXI. Esses movimentos objetivam resistir através da estruturação da agricultura familiar através da produção de alimentos de maneira orgânica ou agroecológica e voltada ao abastecimento do mercado regional. Os movimentos mundiais em prol da sustentabilidade e do meio ambiente, como a Rio 92 e as subsequentes convenções, colocam em discussão a necessidade de um desenvolvimento econômico que considere o meio ambiente como patrimônio da humanidade e, portanto, seja sustentável. Segundo Winckler (et al),

“Destacam-se como agentes desse processo o Movimento de Mulheres Camponesas, o Movimento de Pequenos Agricultores e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que têm como horizonte uma alternativa à agricultura convencional e à integração com a agroindústria, pela venda direta ao consumidor.”<sup>149</sup>

Nota-se que a gênese da agroecologia na região Oeste de Santa Catarina está estreitamente ligada à organização dos movimentos sociais surgidos na região. Conforme Mattos explica, que essas mudanças no cenário econômico, social e cultural, fomentam “novas reivindicações dos movimentos sociais, direitos feministas, antirracismo, meio ambiente, entre outros.” Ele destaca que os movimentos sociais trabalham no sentido de se

---

147 MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvio Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. *In: Cadernos Geográficos*. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014, p. 44.

148 MATTOS, Cleomar de. **Movimentos Sociais e Agroecologia no Oeste de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2019, p. 37.

149 WINCKLER, Silvana. RENK, Arlene. MUNARINI, Ana Elsa. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense** Vol. 15, N. 1/2 (2018). p. 23.



adequar “a necessidade de reivindicações na base social, modificando as esferas e necessidades perante o abuso, acompanhando o tempo e espaço inseridos.”<sup>150</sup>

### 3.2 O DESPERTAR DA POPULAÇÃO BRASILEIRA PARA O CONSUMO SUSTENTÁVEL

Donald Worster, ao contextualizar o surgimento da História Ambiental, relaciona a necessidade de o conhecimento histórico voltar suas análises para os impactos ambientais a partir da emergência de conferências mundiais, cujas preocupações estavam centradas na grave situação ambiental do planeta. Ele avalia o surgimento dessas conferências a partir de questões que as sociedades em várias partes do mundo passam a levantar, questões estas que surgem a partir de evidências do desgaste da biosfera. Worster menciona algumas dessas preocupações, todas relacionadas aos desgastes ambientais e à responsabilidade dos seres humanos sobre esses danos.

O campo da história ambiental começou a tomar forma nos anos 70, quando houve diversas conferências sobre a grave situação global e os movimentos ambientais cresceram, popularizando-se. Foi uma resposta às perguntas que as pessoas estavam começando a se fazer em muitas nações: Quantos seres humanos a biosfera pode suportar sem entrar em colapso sob o impacto da poluição e do consumismo? As mudanças na atmosfera, causadas pela atividade humana, levarão à uma maior incidência de câncer ou a menores colheitas de grãos, ou ao derretimento das calotas polares? Está a tecnologia tornando a vida mais perigosa, ao invés de mais segura? Tem o Homo sapiens quaisquer obrigações morais para com a terra e seu ciclo de vida, ou esta vida existe meramente para satisfazer aos desejos infinitamente expansivos de nossa própria espécie?<sup>151</sup>

Worster demonstra as inquietações que acabaram por organizar e movimentar segmentos da sociedade preocupados com os impactos gerados pelas atividades humanas no meio ambiente terrestre. A partir das consequências da implantação das tecnologias para a modernização da agricultura por meio da Revolução Verde, surgem mundialmente movimentos de contestação deste modelo produtivo, bem como proposições de formas alternativas de produzir alimentos. “Os agentes e grupos sociais que questionam, em

150 MATTOS, Cleomar de. **Movimentos Sociais e Agroecologia no Oeste de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2019. p. 21.

151 WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade** - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003. p. 23-24.

diferentes níveis, o padrão de desenvolvimento agrícola e rural implementado a partir dos ideários da Revolução Verde começaram a se constituir na metade da década de 70.”<sup>152</sup> Isso se deve ao fato de que as crises ambientais já existentes acabam sendo agravadas pelo efeito do uso intensivo do solo, uso de agrotóxicos, fertilizantes, sementes transgênicas, dentre outros. Além disso, surgiram novas crises, no que diz respeito ao controle de pragas, à qualidade da água, do ar e de todos os impactos causados sobre o meio ambiente e sobre a vida humana.

As indagações de Worster e outras tantas perguntas tornaram-se fundamentais para que boa parte da sociedade passasse a lutar pela causa ambiental, dentre outras, postura essa que permitiu alguns passos importantes no que diz respeito à sustentabilidade e agroecologia. Gohn (2001 *apud* GOMES E ASSIS, 2013, p. 39) ressalta que a partir da década de 1980, emerge no Brasil uma nova postura da sociedade civil, com relação aos direitos sociais, democracia, meio ambiente, devido à redemocratização do País, ainda que de forma lenta e restrita a alguns segmentos da sociedade.<sup>153</sup> Neste período, foram criadas instituições e associações ligadas ao desenvolvimento sustentável e agroecologia dentre elas o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) da Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educação. O objetivo de “pesquisar tecnologias alternativas e difundi-las entre produtores familiares.”<sup>154</sup>

A primeira instituição criada para a gestão ambiental no Brasil foi a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) criada em 1973, obedecendo às demandas da Conferência de Estocolmo (1972). A ideia principal era proteger o meio ambiente, desde que não houvesse prejuízos para o desenvolvimento econômico, considerando o uso racional de recursos naturais. A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Nº 6938) foi estabelecida a partir do ano de 1981. Ela criou o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). A partir de então, ampliou-se a estrutura de gestão ambiental no Brasil, cujo objetivo era articular a participação das esferas municipais, estaduais e federais para a efetivação das políticas de proteção do meio ambiente. Porém, segundo Silveira, problemas estruturais e os baixos orçamentos impediram a efetivação das políticas traçadas.

---

152 ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado.**

**Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em:

<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>. p. 501. Acesso em: 10 dez 2020.

153 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais.** Brasília, DF: Embrapa, 2013. 245 p. (Coleção Transição Agroecológica, 1). p. 39

154 GOMES, 2013, p. 42.

[...] No entanto, na medida em que esta institucionalização avançou em termos formais, com a criação de mais instituições, alguns problemas estruturais comprometeram o funcionamento destas. O baixo orçamento da Sema desde o início de suas atividades, mesmo como órgão central e executivo do Sisnama após criada a Política Nacional do Meio Ambiente, era um problema frequentemente relatado pelos funcionários. Além disso, no decreto que criou a Sema não foi designado à mesma a competência de fiscalizar ou estabelecer critérios de penalidade a infrações cometidas contra as normas ambientais propostas pela própria secretaria, o que enfraquecia sua capacidade de intervenção direta em atividades poluidoras. [...] <sup>155</sup>

Após a extinção da SEMA foi fundado, em 1989, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em resposta às pressões dos movimentos sociais e ambientais e à promulgação da Constituição Federal de 1988. A Carta Magna brasileira de 1988 define o direito de todos os cidadãos a um meio ambiente de qualidade, bem como estipula as competências do poder público e dos usuários dos recursos ambientais. “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” <sup>156</sup>

Os movimentos sociais tardam um pouco para se inserirem nas discussões sobre meio ambiente e agroecologia. Foi a partir da década de 1990 que esse debate ganhou força em movimentos como a Via Campesina e o MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra).

*A luta pela terra, a resistência que opõe os pequenos agricultores familiares à construção de barragens hidrelétricas que os ameaçam de expropriação, as tentativas de implantação de novos assentamentos rurais em áreas conquistadas através da luta pela reforma agrária, as críticas e reivindicações concernentes às políticas agrícolas do Estado, a experimentação mais ou menos sistemática e organizada de “novas” tecnologias mais adaptadas às necessidades e à situação da pequena agricultura de caráter familiar, as reivindicações de maior cuidado com os recursos naturais não renováveis, enfim, a luta ecologista e ambientalista [...]. E é no interior desse grande movimento de contestação que subexistem e buscam se afirmar os agentes sociais e as ações coletivas que são objeto deste estudo.* <sup>157</sup>

A Rio-92 proporcionou uma ampliação dos debates em torno da necessidade de preservação e conservação do meio ambiente, proporcionando a participação de diversos segmentos e movimentos ligados à sustentabilidade, proteção ambiental e agroecologia.

---

<sup>155</sup> SILVEIRA, Jéssica Garcia da. A Rio-92, os Movimentos Ecologistas e a Política Nacional do Meio Ambiente: uma reflexão sobre a construção das políticas ambientais brasileiras na década de 1990. **Revista Hydra**. Volume 5, número 9. abril de 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/11427> Acesso em 06 Dez. 2021. p. 14-15.

<sup>156</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 06 Dez. 2021.

<sup>157</sup> ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>. p. 501.

Segundo Silveira<sup>158</sup> apesar das críticas relacionadas com a divisão dessa conferência em dois momentos, um que reuniu os chefes de Estado para assinar acordos políticos e outro que reuniu as entidades ambientais e movimentos sociais, é indiscutível a importância da ampliação dos espaços de debates e, principalmente, da aproximação entre os movimentos ambientais e sociais e a sociedade em geral. A partir da Rio-92 é elaborado um documento que busca traçar princípios para a relação entre sociedade e meio ambiente, intitulado A Convenção da Diversidade Biológica (2000), cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992.

Pode-se observar em seu preâmbulo a necessidade de reconhecer o valor da “diversidade biológica e dos valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético da diversidade biológica e de seus componentes; [...]”<sup>159</sup> Porém, esse documento não apenas reconhece o valor dessas esferas da vida no planeta, como também a necessidade de que a informação e o conhecimento sobre a diversidade biológica e os riscos de extinção de espécies e recursos alcance as pessoas. Segundo a Convenção, é fundamental desenvolver pesquisa, capacitação científica, técnica e institucional, que fornecendo acesso aos conhecimentos necessários para o planejamento e implementação de medidas adequadas, que reduzam a perda da diversidade biológica.

A Convenção também destaca “a exigência fundamental” de que se conserve a diversidade biológica *in situ*, mantendo e recuperando populações de espécies no seu meio natural, mas também utilizando-se de medidas *ex situ*, sempre realizadas no país de origem das espécies. Essas medidas são essenciais para a conservação e recuperação de espécies em perigo de extinção, para o armazenamento de sementes crioulas para que as comunidades tradicionais possam continuar produzindo e aplicando seus conhecimentos ancestrais na produção.

Reconhecendo a estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes, [...]”<sup>160</sup>

---

158 SILVEIRA, Jéssica Garcia da. A Rio-92, os Movimentos Ecologistas e a Política Nacional do Meio Ambiente: uma reflexão sobre a construção das políticas ambientais brasileiras na década de 1990. **Revista Hydra**. Volume 5, número 9. abril de 2021. Disponível em:

<https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/11427> Acesso em 06 Dez. 2021. p. 10.

159 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A convenção sobre diversidade biológica–cdb. **Cópia do Decreto Legislativo**, n. 2, 2000, 30 p. Disponível em:

[https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/cdbport\\_72.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf).

Acesso em: 07 set. 2020. p. 7.

Embora o documento da Convenção para a Diversidade Biológica não seja específico quanto à produção de alimentos, destaca a necessidade da preservação dos recursos naturais, da manutenção da vida e da recuperação de áreas degradadas. Nesse sentido, os movimentos sociais e ambientais seguem a lógica nacional na região Oeste de Santa Catarina, reivindicando que a produção de alimentos seja solidária com o meio ambiente, com as comunidades tradicionais, com a vida como um todo, e como consequência, se dissemina a lógica de produção agroecológica. Isso se dá devido à exclusão dos agricultores familiares dos sistemas implantados para a prática da suinocultura no Oeste, que passam a buscar alternativas de produção, dentre elas, a produção agroecológica.

### 3.3 PRODUZIR E COMERCIALIZAR AGROECOLÓGICOS

Por tratar-se de um conjunto de práticas que buscam produzir alimentos de maneira sustentável e solidária, é comum observar práticas agroecológicas entre povos indígenas e populações caboclas. Os caboclos do Oeste de Santa Catarina extraíam alimentos como o pinhão e a erva-mate da floresta, criavam porcos soltos e cultivavam pequenas roças na mata, buscando a subsistência de suas famílias. Os vizinhos produziam de forma coletiva, cooperando uns com os outros para plantar, colher e criar os animais.

A extração da erva-mate era uma atividade com baixo impacto ambiental, pois eram respeitados os ciclos das árvores, conservando assim a mata que dá origem a planta. Ela era tanto utilizada para o consumo próprio, como vendida para os ervateiros e intermediários, com objetivo de poder adquirir itens que lhes assegurassem a subsistência.<sup>161</sup>

---

160 BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. A convenção sobre diversidade biológica-cdb. **Cópia do Decreto Legislativo**, n. 2, 2000, 30 p. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/cdbport\\_72.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf). Acesso em: 07 set. 2020, p. 8.

161 MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvio Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. In: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. n° 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014, p. 38.

Entre os povos indígenas, o conhecimento dos ciclos da natureza deu origem a técnicas para o uso dos recursos naturais de maneira ecológica, respeitosa com o meio ambiente e coletiva, e assim como as populações caboclas, buscando a subsistência a partir de seu modo de vida. As atividades desenvolvidas para a subsistência das comunidades indígenas e caboclas, como menciona Mochiutti (*et al*) referindo-se à extração e comercialização de erva-mate, eram em geral, de pouco impacto ambiental.

Com a chegada dos colonizadores europeus essa lógica de produção se inverte. Não estava mais apoiada em uma relação de baixo impacto ambiental com a terra e os recursos, mas sob a ótica de produção capitalista, com uso intensivo dos recursos, com mão de obra familiar e com ideais de progresso. Embora não haja uma uniformidade no padrão de produção desses agricultores, em geral, envolvia a limpeza dos terrenos para implantação das roças e criação de porcos cercados. Essas pequenas propriedades familiares, ao longo do tempo, tornaram-se fundamentais para o fornecimento de matéria-prima e mão-de-obra para as agroindústrias que se instalaram no Oeste de Santa Catarina.

Muitos destes colonos incorporaram em seus modos de vida e de produção, elementos que eram inerentes aos indígenas e aos caboclos. É importante salientar que apesar dos camponeses autóctones terem sido em sua maioria expulsos de suas terras quando do processo de colonização, houve certa resistência e uma permanência que garantiu que estas diferentes formas de campesinato coexistissem nesta região.<sup>162</sup>

Aqueles que permaneceram no campo quando da transferência dos camponeses para o trabalho nas indústrias, precisaram buscar novas alternativas para resistir e permanecer no campo através da “organização da agricultura de base familiar ou camponesa, seja através dos movimentos sociais ou pela criação de associações e cooperativas, as quais fortalecem a sua atuação nesta região.”<sup>163</sup> Segundo Mochiutti (*et al*), os agricultores familiares investem em alternativas como a produção de fumo, de leite e derivados, e produtos artesanais com carne suína. Aqueles que desenvolveram uma certa estrutura e acumularam algum capital, criaram pequenas agroindústrias familiares. Em sua maioria, estes pequenos agricultores com alguma capacidade de capital e organização estão organizados em pequenas agroindústrias familiares., enquanto outros, optaram por deixar o campo. E esse contexto que favorece que os movimentos sociais no campo ganhem força, “como o Movimento dos Trabalhadores Sem

---

162 MOCHIUTTI, 2006. 2014, p. 39.

163 MOCHIUTTI, 2006, 2014, p. 37.

Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), e se fortalece a Central Única dos Trabalhadores (CUT).”<sup>164</sup>

Considera-se “agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural”, que não possua propriedade maior do que quatro módulos fiscais, utilizando “predominantemente mão-de-obra da própria família” e cuja renda familiar resulte predominantemente de atividades econômicas desenvolvidas no próprio estabelecimento e que este seja administrado com sua família. Mochiutti destaca que a partir da década de 1990 a agricultura familiar deixou de ser coadjuvante e assume sua importância na agricultura nacional.<sup>165</sup> Esse protagonismo é demasiado importante, pois envolve o abastecimento do mercado interno de alimentos e a segurança alimentar dos brasileiros. Nesse sentido, a agroecologia traduz-se em uma importante alternativa de sobrevivência e possibilidade de produzir e comercializar para os agricultores familiares.

A construção do discurso acerca do valor do trabalho do agricultor sempre esteve em meio à metamorfose da agricultura colonial em agricultura familiar e por último, à proporção do que se considera hoje, no desenvolvimento da agroecologia.

Esse processo de passagem de agricultura colonial para agricultura familiar dentro da qual também se desenvolve a agroecologia, pode estar se concretizando mesmo dentro de uma história recente, entre as quatro últimas gerações até a época atual, portanto, passando por uma grande transformação nos últimos tempos.

Um dos fatores que se aliaram no desenvolvimento desse processo, mais especificamente desde 1975, de acordo com dados informados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI<sup>166</sup>, foi o Governo do Estado de Santa Catarina ter assumido a responsabilidade sobre a pesquisa agropecuária no estado, desde essa ocasião. Há de se reconhecer que dentre os objetivos da pesquisa agropecuária desenvolvida pela Empresa, mantém-se desde então, a preocupação com além de aumentar a produtividade, o gerenciamento e a preservação dos recursos ambientais. Isso, ainda segundo a EPAGRI, vem sendo construído com a diminuição do uso de insumos, com a humanização da mão de obra e com a preservação dos recursos naturais, que são os principais objetivos das

---

164 MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvio Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. In: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014, p. 45.

165 MOCHIUTTI, 2014, p. 69.

166 EPAGRI. **Epagri** – 40 anos de Pesquisa Agropecuária em Santa Catarina. 1a. ed. Florianópolis: Epagri, 2016, p. 4. Disponível em: <[https://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_epagri/EPAGRI\\_40-anos-de-pesquisa-agropecuaria.pdf](https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_epagri/EPAGRI_40-anos-de-pesquisa-agropecuaria.pdf)> Acesso em 14 nov. 2021.

pesquisas por ela realizadas, a fim de tornar a agropecuária uma atividade lucrativa e sustentável.

A trajetória histórica que resultou no desenvolvimento da agricultura familiar em Santa Catarina, perpassa pelo oeste catarinense:

O Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf) foi criado em 1983 e está localizado em Chapecó, Santa Catarina. Antes disso, no entanto, a unidade passou por diversas etapas. Inicialmente denominado Posto Agropecuário de Chapecó, foi criado pelo Ministério da Agricultura em 1948 para apoiar as primeiras iniciativas do setor agropecuário no Oeste Catarinense. Em 1968, com a expansão do setor, o crescimento das cooperativas e o surgimento das primeiras agroindústrias, o Posto Agropecuário foi elevado à condição de Estação Experimental. Em 1983, numa iniciativa inédita no Brasil, a Estação Experimental de Chapecó foi transformada em Centro de Pesquisa para Pequenas Propriedades (CPPP), com o objetivo de gerar e adaptar tecnologias voltadas às condições edafoclimáticas e socioeconômicas dos pequenos agricultores da região. Em 2002, finalmente o CPPP passou a denominar-se Centro de Pesquisa para Agricultura Familiar (Epagri/Cepaf). (EPAGRI, 2016, p. 114).

Segundo dados do IBGE, edição de 2017, publicado no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aponta que 77% dos estabelecimentos agropecuários foram classificados nesta pesquisa, como agricultura familiar. Em relação à extensão de área, a agricultura familiar representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros em 2017, empregando mais de 10 milhões de pessoas, “[...] o que representa 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária em 30 de setembro do ano passado. A agricultura familiar também foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários. [...]”<sup>167</sup>

Na região Oeste de Santa Catarina, a agroecologia se constitui como um projeto de produção agrícola alternativo à agricultura considerada moderna. Ao contrário do modelo convencional, a produção de alimentos agroecológicos, sem correções e adubos químicos, sem o uso de sementes desenvolvidas em laboratórios, tem ampliado o consumo desses alimentos. Winckler *et al* concluiu, de acordo com SCRURAL (2019, *apud* WINCKLER *et al*, 2018, p. 26), “Assim como em outras regiões do estado de Santa Catarina, que ocupa o quarto lugar no País em produção orgânica, a demanda por produtos sem venenos vem crescendo no Oeste”<sup>168</sup>

167 BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **Agricultura Familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, mostra censo agropecuário**. Publicado em 25/10/2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/agricultura-familiar-emprega-mais-de-10-milhoes-de-pessoas-mostra-censo-agropecuario> Acesso em: 12 dez. 2021.

168 WINCKLER, Silvana. RENK, Arlene. MUNARINI. Ana Elsa. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense** Vol. 15, N. 1/2 (2018). p. 26.



Esses camponeses e pequenos agricultores organizados mantêm vivo em seu horizonte a utopia de uma sociedade construída sobre relações não capitalistas, uma sociedade onde os homens não mantêm relações de exploração, mas de cooperação entre si e com a terra. Somente em um mundo pautado por esses princípios será possível a tão propalada e questionável sustentabilidade, somente em um mundo onde caibam muitos mundos, haverá respeito à biodiversidade.<sup>169</sup>

Instituições como a APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) estão engajadas na promoção do desenvolvimento dos pequenos agricultores do Oeste. Seu objetivo é estimular o Desenvolvimento Sustentável e Solidário, “com base na cooperação das unidades de produção familiar, para adoção de programas baseados na agroecologia, na geração de trabalho e renda, na solidariedade e na sustentabilidade. Estas iniciativas servem de suporte para implantar políticas públicas.”<sup>170</sup> Movimentos Sociais como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) cooperaram igualmente para a transição do modelo convencional de produção agrícola para o modelo agroecológico. Considera-se que tanto as associações como a APACO, quanto os Movimentos Sociais colaboraram para o fortalecimento da produção agroecológica de alimentos, construindo a identidade do pequeno agricultor, assessorando no processo de transição agroecológica, auxiliando no que diz respeito à organização e comercialização da produção e, da mesma forma, com os trâmites para a obtenção das certificações.

Essas Instituições, Associações e Movimentos Sociais procuram fornecer o suporte para que os agricultores familiares possam realizar o processo de Transição Agroecológica. Esse processo significa que essas famílias optarão por novas estratégias de produção, substituindo gradualmente a produção dita moderna, por cultivos agroecológicos. “[...] a Agroecologia é parte constitutiva do conceito de Transição Agroecológica, entendida como um processo gradual de mudança através do tempo que visa ao desenho e à construção de agroecossistemas complexos, com maior sustentabilidade e, portanto, com mais probabilidade de reprodução através do tempo.”<sup>171</sup>

A Transição Agroecológica resulta em um processo dinâmico, que em muitos casos trabalha com a coexistência de cultivos diferentes em sua forma de produção. Cada realidade

169 MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvia Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. In: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014. p. 55.

170 Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense. **Quem Somos?** Disponível em: <http://www.apaco.org.br/nossa-hist%C3%B3ria> Acesso em: 15 Dez. 2021.

171 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. 2013. (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Coleção Transição Agroecológica, vol. 1. Brasília: Embrapa, 2013. p. 163.

e suas condições socioeconômicas, culturais e ambientais determinará o ritmo do processo de Transição. “[...] o real objetivo é trabalhar pela construção social e pela aplicação prática de uma base sólida de conhecimentos, saberes, princípios, conceitos e metodologias que permitam almejar uma agricultura mais sustentável em caráter universal.”<sup>172</sup> Para tanto, se faz necessário reconhecer que cada comunidade tem suas especificidades socioambientais e econômicas que devem ser consideradas e respeitadas para garantir que a Transição Agroecológica possa colaborar na construção da ética, do respeito da solidariedade:

Busca-se, isso sim, construir um conjunto de novos processos ecológicos, sociais e econômicos pautados por estratégias que reconheçam a importância fundamental das dimensões culturais e políticas de cada comunidade e que permitam tratar com ética, respeito e solidariedade as gerações atuais e futuras no que se refere à preservação e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade ecológica e sociocultural. [...]<sup>173</sup>

Assim como Gomes e Assis, Bevilaqua Marin considera que a Transição Agroecológica necessita contemplar as dimensões econômicas, sociais e ambientais e por isso, requer organização e articulação entre os agricultores e as instituições.<sup>174</sup> Não se trata de um processo simples, uma vez que busca a adoção de novas estratégias não apenas de produção, mas de novas e diferentes formas de uso da terra, novas estratégias de comercialização, buscando o manutenção de suas famílias. Esse processo de mudança objetiva a construção de agroecossistemas com maior sustentabilidade e maior probabilidade de produção e renda para os agricultores.

[...] a transição agroecológica é compreendida como um processo gradual e contínuo de mudanças nas formas de manejo dos agroecossistemas utilizados pelos agricultores. A transição agroecológica não pode ser uma imposição, mas um processo de construção de novas formas de fazer a agricultura, com a utilização de princípios, métodos e tecnologias de base agroecológica, que favorece a preservação do meio ambiente, reduz os custos de produção, aumenta renda dos agricultores e oferece produtos com qualidade nutricional e sem resíduos de produtos químicos para o consumo da sociedade. [...]<sup>175</sup>

A Transição Agroecológica pode permitir que os agricultores familiares possam sustentar suas famílias mesmo que possuam um pequeno pedaço de terra, produzindo

---

172 GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. 2013. (ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Coleção Transição Agroecológica, vol. 1. Brasília: Embrapa, 2013. p. 164.

173 GOMES, 2013. p. 149.

174 BEVILAQUA MARIN, J. O. Agricultores familiares e os desafios da transição agroecológica. **Revista UFG**, Goiânia, v. 11, n. 7, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48253>. Acesso em: 20 abr. 2022. p. 45.

175 BEVILAQUA MARIN, J. O. Agricultores familiares e os desafios da transição agroecológica. **Revista UFG**, Goiânia, v. 11, n. 7, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48253>. Acesso em: 20 abr. 2022. p. 40.

estrategicamente, o suficiente para comercializar, e desfrutando de um controle sobre quando, onde e por quanto venderão seus produtos. São esses pequenos agricultores que mantêm a mesa dos brasileiros servida, quer com alimentos agroecológicos ou com alimentos produzidos de forma convencional. Embora nem todos os pequenos agricultores sejam produtores agroecológicos, percebe-se um engajamento cada vez maior nessa forma de produção agrícola e na comercialização alimentos produzidos sob a lógica da sustentabilidade.

## CAPÍTULO 3

### **4 UM ESTUDO DE CASO: FAMÍLIAS COM PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA NO OESTE DE SANTA CATARINA**

Para a compreensão da estrutura e da dinâmica da agroecologia no Oeste de Santa Catarina, é fundamental conhecer sua prática inserida na agricultura familiar nas pequenas propriedades. É importante a análise sobre como é praticada inclusive para a confirmação a respeito dos conhecimentos teóricos implicados em seu desenvolvimento. É notável que, muito do que se construiu a partir do conhecimento teórico que mantêm este funcionamento, está amplamente embasado nos procedimentos dos povos chamados tradicionais, indígenas, quilombolas e caboclos, além de engenheiros agrônomos, ecologistas, ambientalistas, pequenos agricultores, dentre outros.

#### **4.1 FAMÍLIA PRODUTORA DE MORANGOS AGROECOLÓGICOS: MORANGOS RUBENICH**

A família Rubenich produz morangos agroecológicos em uma pequena propriedade de dois hectares, localizada no município de Guatambú, cidade próxima de Chapecó, no Oeste de Santa Catarina. Esta família é constituída por quatro pessoas, sendo um casal, Ilton (50 anos), Solange (52 anos) e os filhos João Victor (24 anos) e Pietra (9 anos). Solange é bióloga por formação e aposentou-se como professora de Ciências da Educação Básica na Rede Pública de Ensino. Ilton trabalhou como vigilante em empresas até iniciar o trabalho como agricultor nas terras da família, que a princípio foi adquirida para ser um espaço de lazer, uma chácara, destinada a configurar-se como um local sossegado a ser usufruído especialmente após a aposentadoria do casal de proprietários. Entretanto, o contato e a percepção das possibilidades de sucesso denotadas sobre a pequena propriedade, ao observar o desempenho de pequenos produtores lindeiros, não só levaram Ilton a deixar o emprego como vigilante, como levaram-no, com toda sua família, a buscar a produção agrícola como alternativa de para a família.

Tanto Ilton com Solange têm em seu passado uma relação com a produção agrícola, com a terra, com a lida do campo. Ambos são filhos de pequenos agricultores familiares, que migraram para a meio urbano em busca de oportunidade de estudo e de trabalho. Apesar de seus antepassados terem trabalhado na perspectiva da agricultura moderna, reacendeu na família, num claro movimento contrário até mesmo ao êxodo rural provocado pela tal, algo que sempre foi muito considerado pelos próprios antepassados de Ilton, ou seja, o valor da terra e de tudo que ela pode proporcionar, e que, somando-se ao que puderam observar sobre o modo de vida e de produção dos vizinhos, se constituiu na primeira conjuntura a lhes impulsionar a dedicarem-se como pequenos produtores e posteriormente a encontrarem na agroecologia de morangos o seu quinhão.

Depois de vindos aqui, o marido exausto de trabalhar como empregado de empresa, sempre pensou na possibilidade de fazer algo com o espaço. Começamos a ter novas amizades, pois o povo daqui é lida com questões da agricultura, precisamente agricultura familiar. Fomos convidados a participar de reuniões e aquilo nos encantava. Não cultivávamos nada, mas fazíamos parte de reuniões e conhecimento.<sup>176</sup>

Na ocasião, trabalham na produção de morangos 5 pessoas, sendo que destes 3 são colaboradores, com idades entre 37 e 43 anos. Quem respondeu o questionário foi Solange, com quem foram realizados todos os contatos para o estudo de caso. Além de sua disponibilidade e presteza para tanto, evidenciou-se como também era ela quem chamava a responsabilidade sobre a parte do trabalho relacionada ao contato com os consumidores, com as relações públicas, e ademais da divulgação e comercialização do produto.

O trabalho com morangos, a exemplo de muitas culturas agroecológicas, é periódico, intenso e permanentemente extenuante. De acordo com o relato da produtora, a partir do ano de 2021, apenas ela e seu esposo mantiveram-se na propriedade integralmente dedicados à produção, pois o filho mais velho do casal optou por um trabalho assalariado, desmotivado por uma queda na produção afetada por fungos e pelo calor intenso de 2020 para 2021, bem como por avarias causadas por vendaval que incidiu sobre a localidade da propriedade. Solange relatou que foi extremamente difícil para o filho lidar com as perdas, porém, no início de 2022, com o ânimo redobrado, seu interesse voltou-se novamente para o trabalho com a agricultura com a família, o que conseqüentemente determinou seu retorno para a pequena propriedade.

---

176 RUBENICH, Solange. Conversa por aplicativo *WhatsApp*, em 06/01/2021. Chapecó. **Respostas do questionário elaboradas por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade**. 1 mensagem eletrônica. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

Este estudo de caso da família Rubenich vai ao encontro da percepção de que há questões relacionadas à agricultura familiar com as quais os jovens precisam conviver. Winckler (*et al*) menciona o desejo dos jovens de ter seu próprio dinheiro, de ter os fins de semana livres, de poder sair de férias. No caso do jovem João Victor, pesa ainda a questão das intempéries que resultam na redução da produção e, portanto, da renda. Muitos acabam saindo do campo e não voltam mais. Outros, como no caso deste jovem, retornam para o trabalho familiar quando as condições melhoram. De algum modo parece estar se renovando o conceito de valor da terra e do profissional que nela labuta, capaz de motivar um jovem a buscar recursos para retornar à pequena propriedade e continuar investindo na produção à qual a família tem se dedicado.

O reduzido número de filhos por casal e o desinteresse destes pela continuidade na atividade de agricultor põem em risco a reprodução social no campo. O caixa único sob o mando paterno gera descontentamentos entre os membros da família, especialmente entre os jovens, que gostariam de ver seu trabalho remunerado, gozar de finais de semana livres e de férias anuais, como qualquer trabalhador da cidade. Muitos saem de casa para estudar e/ ou trabalhar e não retornam. Alguns estudam e se preparam para assumir o negócio familiar e visam novas possibilidades para o agro.<sup>177</sup>

Figura 2 – Foto da propriedade produtora de morangos pertencente à família A.



Fonte: Instagram Morangos Rubenich. Disponível em:  
[https://www.instagram.com/morangos\\_rubenich/](https://www.instagram.com/morangos_rubenich/). Acesso em: 31/01/2022.

---

177 WINCKLER, Silvana. RENK, Arlene. MUNARINI, Ana Elsa. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense** Vol. 15, N. 1/2 (2018). p. 23-24.

De acordo com o depoimento da produtora, a família nunca havia pensado em produzir para comercialização. O que pretendiam era ter um lugar para viver no campo, produzindo apenas para a subsistência familiar. O contato com os demais agricultores do entorno, a forma como lidavam com a terra e produziam foi despertando o interesse do casal, que começou a participar de reuniões, a princípio para aprenderem mais sobre cultivo de alimentos. Essas reuniões eram organizadas pelo professor agrônomo da Unochapeco, Luiz Borsuki, e pelo professor Geraldo Coelho, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tudo começou com uma pequena horta destinada ao consumo familiar e conforme aprendiam nas reuniões e com os vizinhos, colocavam em prática no cultivo de hortaliças. “Logo, a possibilidade de aumentar, sempre motivados pelo professor agrônomo da Unochapeco, Luiz Borsuki, e por Geraldo Coelho, da UFFS Guatambu. Então algo a mais tinha que ser feito, pois o marido Ilton havia pedido as contas na empresa.”<sup>178</sup> A partir daí, começava a trilhar um caminho rumo à produção agroecológica.

Com o pai sem emprego assalariado, a família começou a buscar alternativas para ampliar sua renda e estavam de acordo que não seria possível produzir hortaliças para comercialização, uma vez que a propriedade não contava com espaço suficiente para os cultivos, de forma a produzir a quantidade necessária e gerar a renda familiar satisfatória. Estimulados então, pelos agrônomos, optaram por um cultivo que poderia ser realizado com o espaço que dispunham, e que, segundo os engenheiros, poderia resultar em um retorno financeiro com a amplitude que necessitavam. “O início foi indo a vários locais para ver. Porém sempre esbarrávamos nas condições financeiras, para quem vender, onde vender. Assim cada colega, cada amigo, fazia postagem via redes sociais. Nosso início e até hoje, Facebook, Instagram promovem 90% das nossas vendas.”<sup>179</sup> Assim, iniciaram em 2015 a primeira estufa na qual plantaram 2.500 mudas de morango. Atualmente, contam com um total de 20.000 pés de morango.

---

178RUBENICH, Solange. Conversa por aplicativo WhatsApp, em 06/01/2021. Chapecó. **Respostas do questionário elaboradas por Janai Jucéia de Oliveira Trindade.** 1 mensagem eletrônica. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

179 RUBENICH, Solange, 2021. 1 mensagem eletrônica.



Figura 3 – Cultivo de morango em estufa – Morangos Rubenich



Fonte: Instagram Morangos Rubenich. Disponível em:  
[https://www.instagram.com/morangos\\_rubenich/](https://www.instagram.com/morangos_rubenich/). Acesso em: 31/01/2022.

A falta de experiência da família gerou percalços. Apesar de serem oriundos de famílias de agricultores, das práticas que ainda tinham lembrança nenhuma estava relacionada à agroecologia. Para superar os obstáculos, foram solicitando ajuda de pessoas que já trabalhavam com produção agroecológica, visitando propriedades e aprendendo, segundo a produtora, a passos lentos, com os erros e acertos. Foi necessário compreender toda a dinâmica de produção do morango: “É o morango sensível e muito fácil a doença. O clima, O solo, o sol, a chuva, o inseto, as abelhas, enfim um conjunto de condições e um conhecimento imaturo em nós.”<sup>180</sup>

A maior parte do conhecimento fica em torno dos nossos agrônomos. Muitos técnicos, exercem sua profissão seguindo uma agropecuária, focados na venda de produtos convencionais infelizmente. Neste ano tivemos um agrônomo de Porto Alegre, a 25 anos trabalhando com a agroecologia. Conhecimento admirável, porém o custo para cada agricultor fica alto demais. Temos um grupo de morangueiros, porém nem todos aceitaram pagar um valor X e ter a sua assessoria. Assim vamos trocando informações através de experiências próprias, cursos Epagri, leituras...<sup>181</sup>

180 RUBENICH, Solange. Conversa por aplicativo *WhatsApp*, em 06/01/2021. Chapecó. **Respostas do questionário elaboradas por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade**. 1 mensagem eletrônica. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

181 RUBENICH, 2021. 1 mensagem eletrônica.



Segundo Solange, o apoio técnico é fundamental, mas ela afirma que também nesse quesito encontraram um empecilho, na dificuldade em encontrar profissionais que trabalhem com a prática agroecológica, pois a maioria dos técnicos considera essa prática pouco produtiva e acabam direcionando os agricultores para as práticas convencionais de produção de alimentos. Então, em sua opinião, conta muito a decisão e experiência do agricultor no sentido de manter-se firme na produção agroecológica.

Essa família investiu na produção agroecológica, segundo suas próprias palavras, porque ficaram encantados com o que aprendiam nas reuniões das quais participavam. Ressalte-se aqui a importância da difusão e apropriação do conhecimento que conduz às novas práticas, sem as quais não teriam persistido em seu propósito.

Ao serem questionados a respeito do que é agroecologia, demonstram a compreensão de que essa forma de produção não significa apenas um modo diferenciado de se obter alimentos, mas uma nova perspectiva e atitude diante de todas as esferas que envolvem a vida, sejam naturais, sociais, econômicas, culturais. “É saúde, é vida, é trabalho prazeroso. É transformar um alimento em vida. É uma mistura de sentimentos que envolve todo o conjunto que cultiva.”<sup>182</sup>

Indagada a respeito do que mudou na vida da família ao iniciar a produção agroecológica, a produtora responde que eles são mais felizes trabalhando com a produção de morangos e conheceram muitas pessoas que como eles trabalham com agroecológicos, mas também muitos consumidores, pessoas para quem o produto deles é recomendado. Isso lhes dá satisfação, felicidade. Também relata que no momento são conhecidos como produtores de morangos livres de agrotóxicos, como um sobrenome que se tornou referência de um alimento de qualidade. Destaca ainda a relação com o meio ambiente gerada a partir do seu trabalho respeitando a natureza, aprendendo a esperar o tempo dela, observar seus processos.

Para eles, produzir agroecológicos no Oeste de Santa Catarina é um desafio possível. A produtora, ao responder essa questão, referiu-se ao que conhece a respeito da região próxima de Chapecó (Cordilheira Alta, Xaxim e Guatambu), relatando que observa uma mudança de hábitos alimentares, pois as pessoas estão buscando uma alimentação mais saudável, que seja produzida sem o uso de agrotóxicos. “Muitas mães introduzem aos seus

---

182 RUBENICH, Solange. Conversa por aplicativo *WhatsApp*, em 06/01/2021. Chapecó. **Respostas do questionário elaboradas por Janáí Jucéia de Oliveira Trindade**. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

bebês desde cedo. É gratificante demais. Há uma valorização muito grande, mesmo que as vezes não entendem o porquê uma semana a fruta está mais doce, mais azeda...”<sup>183</sup> Suas expectativas são de ampliar a produção, uma vez que não conseguem atender a demanda, mas há muitos entraves que deverão ser enfrentados para continuar levando esse projeto adiante. Um passo muito importante, por exemplo, é conseguir a certificação dos morangos como alimento orgânico. Ainda que não seja seu principal objetivo, pois estão primeiramente concentrados no necessário aumento da produtividade, a produtora destaca que a certificação deve ser uma consequência do processo de produção e precisa ser obtida.

Olha expectativas de aumentar. Pois nunca temos frutas suficiente. Porém a idade pega, problemas de coluna, um sonho lindo, rentável, apaixonante, mas que muitas vezes, nos toma o desânimo frente ao clima, doenças no fruto, e um acúmulo de trabalho diário. Pouca valorização por parte de governo e caminho incerto. O sonho de chegar onde estamos foi maravilhoso. Vontade de expandir para outras frutas/mix, porém a mão de obra nos desacelera. Um forte abraço de quem viveu em uma sala de aula e encontrou num outro modo de vida não a sobrevivência insana de renda, mas de VIDA!

É possível perceber, tanto a partir do questionário, como a partir da comunicação via *WhatsApp*, que a produtora demonstra satisfação com o que faz, principalmente pelos benefícios ambientais, para a saúde e pelas relações socioeconômicas geradas. Uma das características que ela cita com muito orgulho é o fato de que seu produto é vendido diretamente ao consumidor final, produto entregue no conforto da sua casa, sem exploração financeira. O último trecho da citação acima expressa essa ideia ao declarar que esta família encontrou uma forma de vida e com uma geração de renda compatível e adequada, e não movida por lucros sem medida, apesar de todas as dificuldades, limitações e desafios.

#### 4.2 FAMÍLIA PRODUTORA DE HORTALIÇAS E LEGUMES AGROECOLÓGICOS

A família formada pelos produtores Dara Gabriela de Oliveira e Marcos Antônio de Lima possui uma pequena propriedade (72 mil m<sup>2</sup>), chamada de Sítio Boas Raízes, no município de Chapecó, na localidade de Barra do Rio dos Índios, onde produz legumes e hortaliças de forma agroecológica. Essa família é formada apenas por um casal jovem, ela

<sup>183</sup> RUBENICH, Solange. Conversa por aplicativo *WhatsApp*, em 06/01/2021. Chapecó. Respostas do questionário elaboradas por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade. 1 mensagem eletrônica. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

com idade de 25 anos e ele com 29 anos e somente os dois trabalham na produção dos alimentos. Como no estudo de caso da família Rubenich, o questionário foi respondido pela produtora, que ficou responsável pelo contato e tirou dúvidas referentes ao questionário, cujo envio foi feito por meio do *WhatsApp*. O perfil de família do Sítio Boas Raízes não é o convencional observado na estrutura da agricultura familiar, mas evidencia uma adesão cada vez maior dos jovens no que se refere à prática agroecológica.

Mesmo diante da falta de conhecimentos, muitos jovens demonstram interesse em conhecer as funcionalidades e possivelmente, implantar as práticas agroecológicas em suas propriedades. Tal aquisição de conhecimentos e mudanças de atitudes serviriam de instrumentos para inverter a lógica de que o meio ambiente é um espaço que está disposto apenas para oferecer seus recursos às pessoas.<sup>184</sup>

A decisão pela produção agroecológica se deu devido à percepção de como era a alimentação da família, em sua maioria, alimentos produzidos de forma convencional. A produtora relata que se mudou para o sítio da família do Marcos no ano de 2018 e começou a amadurecer a ideia de deixar seu emprego e empreender uma produção agroecológica, pois os dois acreditavam ser esta a maneira correta de produzir alimentos e ao mesmo tempo preservar os recursos naturais.

Quando iniciaram seu projeto no ano de 2020, não contavam com nenhuma experiência em agroecologia. Marcos trabalhava na oficina da família e a produtora trabalhava na Associação Chapecoense de futebol como auxiliar administrativo, onde permaneceu por 5 anos. No início, produziam hortaliças e ervas medicinais e aromáticas, com os quais deram os primeiros passos na aprendizagem de como produzir alimentos agroecológicos.

Dara ressalta ainda estar em processo de aprendizagem em relação à produção de alimentos de forma agroecológica. Neste caso, os produtores buscaram conhecimento através da leitura de livros que tratam de cultivos e prática agroecológica, bem como através de vídeos do YouTube que tratam da temática. Relata ainda, a oportunidade de aprendizagem com agricultores mais experientes, que já produzem agroecologicamente e já venceram as dificuldades da etapa de transição ou implantação da produção. O início foi difícil, principalmente devido à falta de experiência, principalmente porque a produtora teve que lidar

---

184 DA SILVA, R. N.; NUNES, M. E. de A. A.; ANDRADE, H. M. L. da S. Percepção de jovens agricultores sobre práticas agroecológicas na produção agrícola. *Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability*, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. DOI: 10.52719/bjas.v1i2.2874. Disponível em: <http://200.17.137.114/index.php/BJAS/article/view/2874>. Acesso em: 12 jan. 2022.

com as peculiaridades de viver no campo, considerando as dinâmicas e ritmos diferentes entre o espaço rural e o espaço urbano. Ela relata que as diferenças entre a vida na cidade e no campo são muitas e no primeiro momento foi a produtora quem necessitou de um período de adaptação, de mudança de ritmo, de observar a dinâmica da natureza.

Os produtores do Sítio Boas Raízes iniciaram a produção com o pouco conhecimento que tinham e foram buscando apoio naqueles que já produziam a mais tempo e que podiam compartilhar conhecimentos com eles. Em relação ao apoio técnico, contam apenas com o auxílio da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina). A produtora chegou a participar de 2 encontros com o grupo Herança Viva, um grupo de apoio para produtores de alimentos orgânicos, no entanto, não conseguiram dar continuidade devido à pandemia que obrigou o grupo a cancelar os encontros presenciais.

Questionada a respeito de como eles percebem a produção de alimentos agroecológicos na região Oeste de Santa Catarina, a produtora percebe um aumento tanto na produção quanto no consumo desses alimentos, uma preocupação com a saúde que ela acredita que tenha aumentado durante a pandemia de Covid 19. Mesmo considerando que a região onde estão é boa para produzir agroecológicos, reconhece que ainda não há incentivos governamentais suficientes para os agricultores familiares que produzem de forma orgânica.

Percebemos nesse último ano que a procura por produtos agroecológicos/ orgânicos aumentou, acreditamos que seja em função da pandemia e da preocupação em relação a saúde. Estamos em uma região considerada boa, para se produzir alimentos agroecológicos, pois estamos em uma área rodeada de mata e longe de produtores convencionais. Em relação a apoios por parte do governo ou município ainda tem muito a ser feito, vejo que o incentivo ainda é pequeno para o agricultor familiar que opta pela agricultura orgânica.<sup>185</sup>

É importante destacar como essa produtora expressa a visão que eles desenvolveram a respeito do conceito de agroecologia: “Para nós agroecologia é trabalhar a favor da natureza e regenerar o ambiente no qual a produção está inserida, preservando os seus recursos naturais”.<sup>186</sup> A forma como conceitua e sua prática cotidiana desta família, demonstra sua percepção a respeito das relações que eles estabelecem com o meio ambiente, consigo mesmos, e com as pessoas. Ao ser questionada sobre o que de fato se transformou no momento em que passaram a produzir de forma agroecológica, ela destaca “que

---

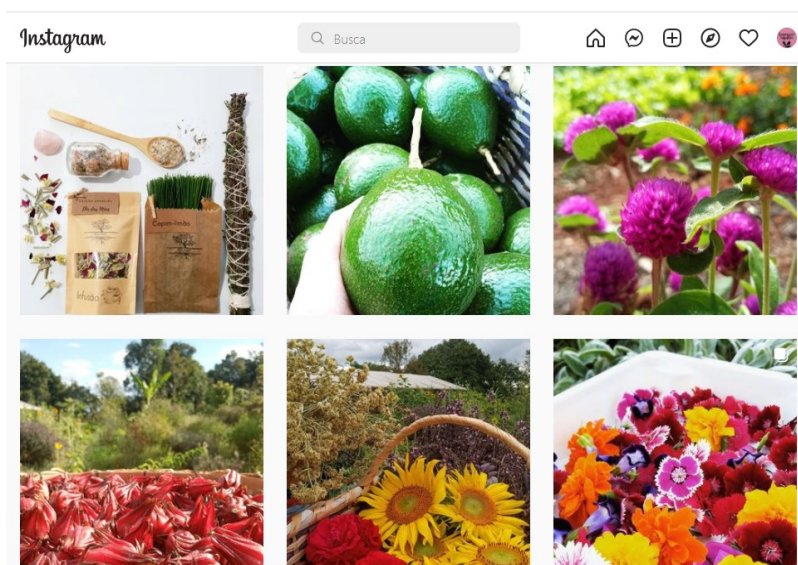
185 OLIVEIRA, Dara G. **Respostas do questionário elaborado por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade.** Destinatário: Janaí Trindade [S./], 13 jan. 2021. 1 mensagem eletrônica. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

186 OLIVEIRA, 2021. 1 mensagem eletrônica.

principalmente passamos a valorizar ainda mais o trabalho do agricultor a partir do momento que começamos a plantar nosso alimento, pois sabemos todo o trabalho e tempo que são necessários.”<sup>187</sup> Percebe-se que eles acreditam que produzir alimentos dessa forma, é fazer a melhor escolha, é produzir de maneira que a natureza seja cuidada, protegida, restaurada. “Uma agricultura que produz respeitando e regenerando a natureza, sem a utilização de sementes transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos que poluem e destroem a natureza.”<sup>188</sup>

Atualmente, o Sítio Boas Raízes produz legumes, hortaliças, ervas medicinais, bem como transformam o que produzem em Blends (compostos) de Ervas e em produtos para Autocuidado. Os alimentos, ervas e produtos de cuidados pessoais são entregues direto ao consumidor, em sua casa, através do sistema de delivery, e assim eles estabelecem relação com os consumidores, conhecem novas pessoas que começam a consumir seus produtos e acabam divulgando para outros. A divulgação também é feita através de posts nas redes sociais através de cartazes com os produtos e seus respectivos valores, como podemos observar na figura 4.

Figura 4 – Alguns dos produtos comercializados pelo Sítio Boas Raízes



Fonte: Instagram Sítio Boas Raízes. Disponível em:  
<https://www.instagram.com/sitioboasraizes/>. Acesso em: 31/01/2022.

187 OLIVEIRA, Dara G. **Respostas do questionário elaborado por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade.** Destinatário: Janaí Trindade [S./], 13 jan. 2021. 1 mensagem eletrônica. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

188 OLIVERIA, 2021. 1 mensagem eletrônica.

Em termos de projetos futuros, os produtores do Sítio Boas Raízes têm expectativas de ampliar a produção, incluindo novos itens para melhor atender os consumidores dos seus produtos. Dentre os objetivos traçados para além da ampliação está o desejo de poder abrir o Sítio para que outros possam aprender com eles, ou ainda, criar um ambiente de formação online para poder ajudar quem está começando a trilhar o mesmo percurso que eles já fizeram, compartilhando seus conhecimentos com quem está começando.

#### 4.3 COMO É SER AGROECOLÓGICO NO OESTE CATARINENSE?

A produção agroecológica no Oeste de Santa Catarina está intimamente relacionada à agricultura familiar, que dentre muitas características, valoriza a terra, o trabalho familiar e a produção para sobrevivência e venda dos excedentes. A família é a base. Dela provém a mão de obra para a produção, para a administração e comercialização dos excedentes. É por meio da família que se dá a obtenção de recursos econômicos. Nos dois casos analisados, percebe-se que a base produtiva é a familiar, pois embora a família Rubenich empregue 3 funcionários, os 3 membros adultos participam da produção atualmente, enquanto Pietra, de 9 anos, acompanha a mãe durante algumas entregas. No caso dos produtores do Sítio Boas Raízes, isso é ainda mais evidente, pois apenas os dois produtores fornecem a mão de obra necessária para a produção dos alimentos.

Quando se trata de definir o que é ser agroecológico no Oeste de Santa Catarina, nota-se, tanto em referencial teórico como nos estudos de caso que há uma valorização da vida como um todo, que pode ter sido repassado de uma geração à outra, que pode ter sido desenvolvido através da Educação nos ambientes formais de ensino, e ainda, gerado a partir do envolvimento com movimentos sociais, organizações não governamentais, dentre outras tantas formas de percepção. No caso da família Rubenich foi o contato com os vizinhos, a percepção e o encantamento com uma forma mais solidária de produzir. Não foi apenas uma busca por novas alternativas de renda, mas o encontro com novas possibilidades de viver a vida de uma forma mais saudável, mais justa. Os produtores do Sítio Boas Raízes, por outro lado, perceberam na sua própria mesa que lhes faltava qualidade de vida e decidiram que precisavam fazer algo a respeito. Levou cerca de dois anos para que eles buscassem conhecimento e traçassem estratégias para produzir. São apenas duas entre tantas experiências

que poderiam ser contadas, mas que refletem a preocupação e o desejo de valorização da vida em todas as suas esferas.

Dentre as muitas características que a agroecologia abriga, uma delas é valorizar não apenas a produção de alimentos sem insumos químicos e agrotóxicos, mas todas as partes envolvidas na produção, desde o plantio até a entrega do alimento. Nesse sentido, ser agroecológico no Oeste de Santa Catarina significa valorizar a terra, a água, o ar e as matas. Significa aproveitar os recursos de forma mais natural e mecânica que for possível. É produzir na contramão da agricultura tida como moderna que usa fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas. Significa para estas duas famílias pesquisadas, valorizar a saúde humana sem envolver o consumidor numa relação de consumo exploratória, significa. Nos dois estudos de caso, percebe-se um empenho das famílias em oferecer alimentos de qualidade, que não apenas saciem a fome dos consumidores, mas também lhes permita ter uma vida saudável. E para além disso: a preocupação com produzir de uma forma que não cause danos ao meio ambiente, que utilize os recursos de forma sustentável, também é uma característica comum às duas famílias de produtores.

Os conhecimentos necessários para ser um produtor agroecológico em Santa Catarina vem das mais variadas fontes, como livros, vídeos produzidos por aqueles que já possuem experiência em agroecologia, reuniões de coletivos e movimentos sociais, assessoria da EPAGRI e APACO, dentre outras, e pode vir, mas com menos frequência, de profissionais (técnicos e engenheiros agrônomos) contratados. A família Rubenich cita como principal fonte de obtenção de conhecimento os próprios vizinhos, que foram auxiliando-os na implantação do cultivo de morangos. Destaca também a importância dos agrônomos ligados às universidades UNOCHAPECÓ e UFFS que os incentivaram à produção de alimentos agroecológicos e os instruíram para que começassem a produzir morangos. Para Dara e Marcos, o conhecimento veio dos livros, de vídeos e posteriormente de outros agricultores com mais experiência. A forma como foram auxiliados por outros produtores e pela assessoria da EPAGRI os motiva a, no futuro, também compartilhar o que estão aprendendo com os cultivos e beneficiamento dos produtos que comercializam. Essas relações formam uma rede de apoio extremamente importante para ser um produtor agroecológico no Oeste. Nos dois casos, os produtores envolveram-se em reuniões organizadas por coletivos preocupados em formar os agricultores familiares para a prática agroecológica.

Ser agroecológico no Oeste de Santa Catarina é compreender o valor dos movimentos sociais para a organização, fortalecimento e instrução dos agricultores familiares. Destaca-se

aqui, como citado por Winckler (*et al*)<sup>189</sup>, o papel do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), que para além da instrução colaboraram na produção de sementes crioulas para fornecer aos produtores orgânicos e agroecológicos. É reconhecer o protagonismo feminino em todo o processo que envolve a produção e comercialização de produtos agroecológicos. Nos dois estudos de caso, percebe-se o profundo envolvimento das mulheres em todas as etapas, desde o cultivo dos alimentos e ervas medicinais, produção dos derivados, até a organização dos cardápios, a divulgação nas redes sociais, relação com os consumidores, comercialização e entrega. Como já mencionado, todas as informações fornecidas para os estudos de caso, foram concedidas pelas produtoras, que demonstraram total conhecimento dos processos que envolvem a produção de seus produtos.

As dificuldades vêm de encontro dos produtores todos os dias. É preciso lidar com as estiagens, com o excesso de chuva, com o calor, com as geadas, com os temporais. Faltam pessoas para a realização do trabalho, falta produto para entregar quando a colheita é ruim. Falta dinheiro para ampliar a produção, para investir em apoio técnico, para implementar tecnologia na produção. Ambas as produtoras afirmam que a região Oeste de Santa Catarina, próxima a Chapecó, é uma ótima região para se produzir, pois já possui uma certa rede de apoio e instituições, organizações e movimentos sociais que estão estruturados, no entanto, avaliam que ainda falta muito para melhorar as condições de trabalho e renda dos produtores, principalmente no que se refere ao apoio governamental. Solange Rubenich relata que às vezes o desânimo toma conta e que o caminho que precisam percorrer é incerto, gera temores e dúvidas.

Segundo as produtoras, o trabalho com agroecologia é pouco valorizado pelo governo. Dara destaca que o Sítio Boas Raízes é uma área muito boa para a produção por ser rodeada de mata e longe de propriedades que cultivam alimentos pelos métodos convencionais. Porém, a produtora percebe que ainda há muito a ser feito pelo governo em todas as esferas governamentais, pois observa que há pouco estímulo para que os agricultores familiares que optam pela agroecologia.<sup>190</sup>

Comparando as duas experiências, percebe-se que apesar dos diferentes produtos cultivados, das diferentes estruturas familiares, os desafios, as dificuldades enfrentadas, são

---

189 WINCKLER, Silvana. RENK, Arlene. MUNARINI, Ana Elsa. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense** Vol. 15, N. 1/2 (2018). p. 26.

190 OLIVEIRA, Dara G. **Respostas do questionário elaborado por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade**. Destinatário: Janaí Trindade [S./], 13 jan. 2021. 1 mensagem eletrônica. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.



similares. Por outro lado, percebe-se uma certa realização, para a família Rubenich, de uma nova perspectiva de vida em uma fase mais tardia da vida, enquanto Dara e Marcos estão iniciando um projeto de vida.

#### 4.4 DA TERRA AO CONSUMIDOR: A VENDA DOS PRODUTOS

O produtor de alimentos agroecológicos anda na contramão da produção agroalimentar tida como moderna em todos os sentidos. Um destes sentidos, diz respeito à forma de comercialização dos produtos, que provém diretamente do sentido da agroecologia: há que se respeitar a humanidade, o meio ambiente, a sociedade, construindo relações que preservem valores humanitários e priorizem a justiça social e ambiental. Nessa perspectiva, a forma de venda dos produtos agroecológicos também é diferenciada.

O proposto pelos sistemas agroalimentares capitalistas, ao industrializarem e exportarem seus alimentos, necessita que ocorra uma maior durabilidade nas prateleiras dos comércios; para isso, muitos aditivos químicos são inseridos nos alimentos industrializados. Ainda, essas grandes corporações distribuem suas fábricas em várias partes do mundo, tendo como intuito fortalecer os seus mercados e, muitas vezes, provocando destruição do ambiente nessas localidades.<sup>191</sup>

A partir dos relatos das duas famílias que participaram desta pesquisa, observa-se a percepção de que o interesse pela aquisição de alimentos agroecológicos e orgânicos vem crescendo na região Oeste de Santa Catarina, segundo as produtoras, com um grande aumento de demanda durante a pandemia. Winckler *et al* ressalta apoiado no argumento de SCRURAL (2019 apud WINCKLER et al, 2018, p. 26) sobre o crescimento dessa demanda no Oeste de Santa Catarina: “[...] Assim como em outras regiões do estado de Santa Catarina, que ocupa o quarto lugar no País em produção orgânica, a demanda por produtos sem venenos vem crescendo no oeste.”<sup>192</sup> Essa procura por alimentos mais saudáveis demonstra os resultados de um processo de educação e de tomada de consciência, não somente por parte dos agricultores familiares, bem como por parte da população.

---

191 FORCHESATTO, Raquel. **Feiras da reforma agrária: concepção sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. p. 51.

192 WINCKLER, Silvana. RENK, Arlene. MUNARINI, Ana Elsa. Conflitos socioambientais entre agricultura familiar orgânica e agroecológica e o agronegócio na região oeste de Santa Catarina. **Acta Ambiental Catarinense** Vol. 15, N. 1/2 (2018). p. 26.

A tomada de consciência ocorre não apenas na área da saúde, ocorre paralelamente numa relação sistêmica, pois a saúde do indivíduo não depende apenas dele, como também da saúde física e socioeconômica comunitária, bem como na saúde ambiental. Assim, uma das etapas da produção agroecológica diz respeito à comercialização dos produtos, que igualmente foge às usuais formas de comercialização que se observam no mercado. Forchesatto demonstra a importância da modificação nas formas de produção e comercialização de alimentos através da construção de cadeias agroalimentares curtas:

Nesse sentido, a constituição de cadeias agroalimentares curtas se estabelece como uma alternativa para modificações na forma de produção e comercialização de alimentos. A feira realizada no município de passos maia tem como intuito estabelecer essa aproximação entre as produtoras e os compradores, que na sua grande maioria residem na área urbana. Nesse espaço, ocorre troca de informações e se estabelecem relações de confiança entre os sujeitos envolvidos nas transações comerciais. Também ocorre relação com os demais comércios do município, já que as feirantes buscam construir redes de apoio para o desenvolvimento das atividades da feira.<sup>193</sup>

Forchesatto pesquisou um grupo de mulheres ligadas ao MST, que produzem alimentos agroecológicos e comercializam os mesmos na Feira da Reforma Agrária, no município de Passos Maia (SC), estabelecendo relação direta com o consumidor, compartilhando seus conhecimentos sobre os alimentos, ervas e produtos com a população que vive no espaço urbano. Em Chapecó e arredores, também há muitos produtores que optaram por comercializar nas feiras livres, mas essa não foi a opção principal das famílias Rubenich e do Sítio Boas Raízes, embora os últimos participem de feiras agroecológicas.

Apesar da forma de comercialização não ser a mesma, uma vez que as famílias que fizeram parte dos estudos de caso comercializam em maior escala em sistema de delivery, entregando o produto na casa dos consumidores, observa-se a mesma preocupação em estabelecer uma relação comercial que não seja predatória, injusta. Os alimentos produzidos seguem diretamente para a mesa dos consumidores, sem que haja ninguém que interfira na relação produtor/consumidor. As duas produtoras deixam claro que seu produto chega diretamente nas mãos do consumidor final, pois um dos objetivos é justamente o de que não haja exploração na comercialização.

---

193 FORCHESATTO, Raquel. **Feiras da reforma agrária**: concepção sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018. p. 51.

O folder, figuras 05 e 06, é utilizado pelos produtores para a divulgação dos morangos por meio do *Instagram* e do *WhatsApp*<sup>194</sup>, que segundo Solange são suas maiores ferramentas de divulgação e venda. Outra importante forma de divulgação ocorre por meio dos consumidores que indicam o produto para outros consumidores, destacando a qualidade dos produtos.

Figura 5 - Folder de divulgação dos Morangos Rubenich



Fonte: Instagram Morangos Rubenich.

Disponível em: [https://www.instagram.com/morangos\\_rubenich/](https://www.instagram.com/morangos_rubenich/). Acesso em: 31/01/2022.

194 RUBENICH, Solange. Conversa por aplicativo WhatsApp, em 06/12/2021. Chapecó. **Respostas do questionário elaboradas por Janaí Jucéia Trindade**. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

Analisando a página do Instagram da Morangos Rubenich, percebe-se a preocupação dos produtores com a divulgação da qualidade dos morangos produzidos pela família, o que lhes rende retorno na própria página através de fotos postadas pelos consumidores. Algumas mães postam fotos de seus bebês e filhos comendo os morangos produzidos agroecologicamente. Algumas de suas postagens demonstram a origem, as principais características do morango, composição e seus benefícios para a saúde humana, permitindo ao consumidor que conheça o tipo de alimento que está consumindo e para que serve.

Figura 6 – Características e benefícios do Morango



Fonte: Instagram Morangos Rubenich.

Disponível em: [https://www.instagram.com/morangos\\_rubenich/](https://www.instagram.com/morangos_rubenich/). Acesso em: 31/01/2022.

Figura 7 – Origem, vitaminas e sais minerais do morango



Morango

Originário da Europa, o morango possui vitaminas C, A, E, B5 e B6, além de cálcio, potássio, ferro, selênio e magnésio. Essa fruta é indicada para fortalecer o sistema imunológico e processos de cicatrização. Possui um sabor adocicado e ácido, podendo ser consumido in natura, em sucos e no

Fonte: Instagram Morangos Rubenich.

Disponível em: [https://www.instagram.com/morangos\\_rubenich/](https://www.instagram.com/morangos_rubenich/).

Acesso em: 31/01/2022.

A família Rubenich entrega morangos colhidos na terça e na sexta-feira para os consumidores. Nesses dois dias da semana, a Kombi da família percorre a cidade de Chapecó fazendo entregas de morangos pequenos, médios e grandes, além de polpa congelada, nas residências de clientes fixos e eventuais. Uma outra possibilidade de adquirir os morangos envolve uma experiência que explora ainda mais os sentidos: os consumidores podem ir até a propriedade e colher seus morangos, no sistema que a família denomina Colha e Pague.

A família do Sítio Boas Raízes também entrega na residência dos consumidores, segundo os pedidos feitos nos diferentes dias da semana. Dara destaca a importância deste relacionamento com o consumidor, a quem chama de cliente, uma vez que eles estabelecem uma relação de confiança, relação estabelecida diretamente entre aqueles que produzem os alimentos e aqueles que os consomem. Os cardápios são divulgados no *Instagram* e também enviados para os clientes no *WhatsApp*, permitindo que os clientes enviem seus pedidos que serão colhidos, separados e entregues pelos produtores, figuras 08 a 13.<sup>195</sup>

---

195 OLIVEIRA, Dara Gabriela. **Conversa por aplicativo WhatsApp**, em 12/01/2021. Chapecó. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.



Figura 8 – Cardápio de Verduras e Ervas frescas.

	<b>VERDURAS E ERVAS FRESCAS</b>	
	ALHO PORÓ	R\$ 4,00
	ALFACE MIMOSA - UND	R\$ 4,00
BETERRABA - MAÇO	R\$ 4,00	
CEBOLINHA - MAÇO	R\$ 4,00	
ESPINAFRE - MAÇO	R\$ 4,00	
RUCULA - MAÇO	R\$ 4,00	
RADICHE - MAÇO	R\$ 4,00	
TEMPERO VERDE - MAÇO	R\$4,00	
BABOSA (FOLHA)	R\$ 4,00	
CAPIM CIDREIRA - MAÇO	R\$ 4,00	
CIDRÓ(ALOYISIA C.) - MAÇO	R\$ 4,00	
ERVA BALEEIRA - MAÇO	R\$ 4,00	
LAVANDA - MAÇO	R\$ 6,00	
MANJERONA - MAÇO	R\$ 5,00	
OSMARIM - MAÇO	R\$ 5,00	
ORÉGANO - MAÇO	R\$ 5,00	
<b>MERCEARIA</b>		
ARROZ TERRA LIVRE 1 KG	R\$ 8,00	
VINAGRE DE MAÇA 700 ML	R\$ 16,00	

Fonte: Instagram Sítio Boas Raízes. Disponível em:  
<https://www.instagram.com/sitioboasraizes/>. Acesso em:  
 31/01/2022.

Figura 9 – Cardápio de Blends de Ervas Orgânicas

### BLEND DE ERVAS ORGÂNICAS

**AFETO:** capim-limão, calêndula, folha de bergamota e macela.

Sachê 10 gr: R\$ 10,00

Lata 12 gr: R\$ 18,00

**BRISA DOCE:** hibisco, maçã e laranja.

Sachê 20 gr: R\$ 10,00

Lata 30 gr: R\$ 18,00

**CALMA NA ALMA:** erva-cidreira brasileira, folha de bergamota e poejo .

Sachê 10 gr: R\$ 10,00

Lata 12 gr: R\$ 16,00

**EQUILÍBRIO:** capim-limão, calêndula e erva-luisa.

Sachê 10 gr: R\$ 10,00

Lata 12 gr: R\$ 16,00



Fonte: Instagram Sítio Boas Raízes. Disponível em: <https://www.instagram.com/sitioboasraizes/>. Acesso em: 31/01/2022.

Figura 10 – Cardápio de Blends de Ervas Orgânicas.



**PRODUTOS PARA O AUTOCUIDADO**

**ESCALDA-PÉS - 60 gramas R\$ 15,00**

- ACALME: capim-cidreira, lavanda, sal grosso, sal de epsom, sal grosso do himalaia e óleo essencial de lavanda;
- AMOR-PRÓPRIO: rosas, hibisco, sal grosso, sal de epsom, sal grosso do himalaia e óleo essencial de gerânio;

**POMADA NATURAL R\$ 22,00**

Feita com ingredientes 100% naturais. Possui ação antifúngica, hidratante e cicatrizante, sendo indicada para cortes, ferimentos e picadas de insetos. Ingredientes: óleo medicado de calêndula, manteiga de cacau, cera de abelha e óleos essenciais. Peso liq. 30 gramas

**REPELENTE R\$ 25,00**

Feita com ingredientes 100% naturais. Ingredientes: tintura de ervas, óleo vegetal de semente de uva e óleos essenciais. Peso liq. 120 ml

**VELA NATURAL R\$ 15,00 / R\$ 30,00**

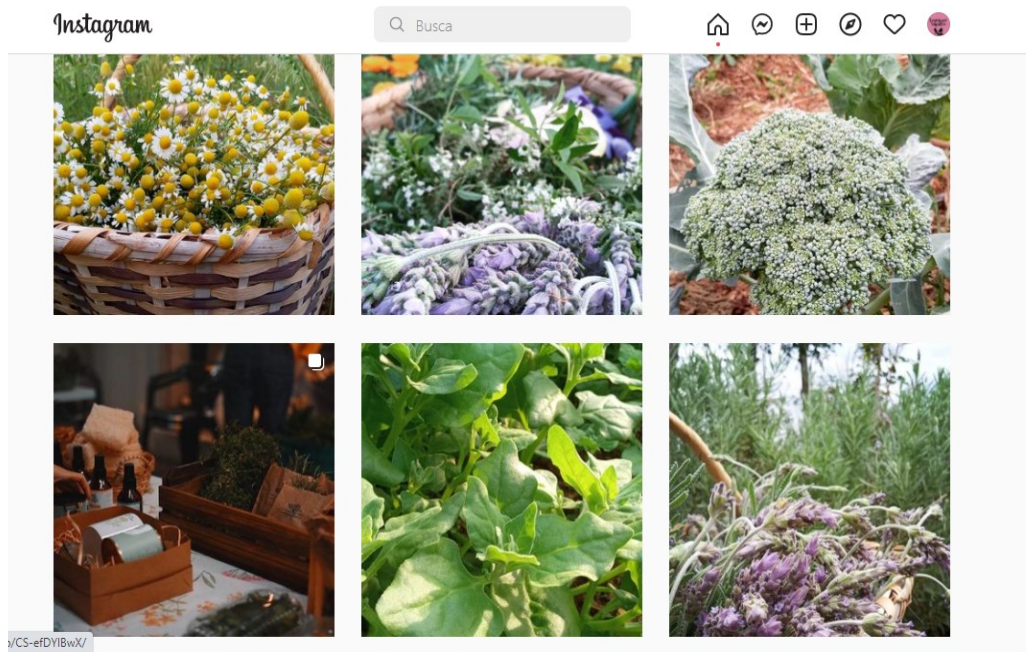
Vela artesanal feita com ingredientes naturais e ecológicos. Opções: alecrim e limão, capim-limão e cravo.

**INCENSO NATURAL R\$ 15,00**

Fonte: Instagram Sítio Boas Raízes.  
Disponível em:  
<https://www.instagram.com/sitioboasraizes/>. Acesso em: 31/01/2022

Na página do *Instagram* do Sítio Boas Raízes é possível ter uma visão mais ampla da produção do Sítio, que vai além dos alimentos, como nos mostram os cardápios também publicados na página. Observa-se nas postagens muitas fotos das características naturais do Sítio, dos cultivos e dos produtores, que sugerem um cuidado com o espaço cultivado, um apreço pela natureza e o aproveitamento do que ela nos proporciona. É possível observar isso através dos produtos beneficiados pelos produtores, no carinho da apresentação, nas novas ideias que vão sendo incorporadas ao seu portfólio.

Figura 11 – Produtos cultivados e desenvolvidos no Sítio Boas Raízes

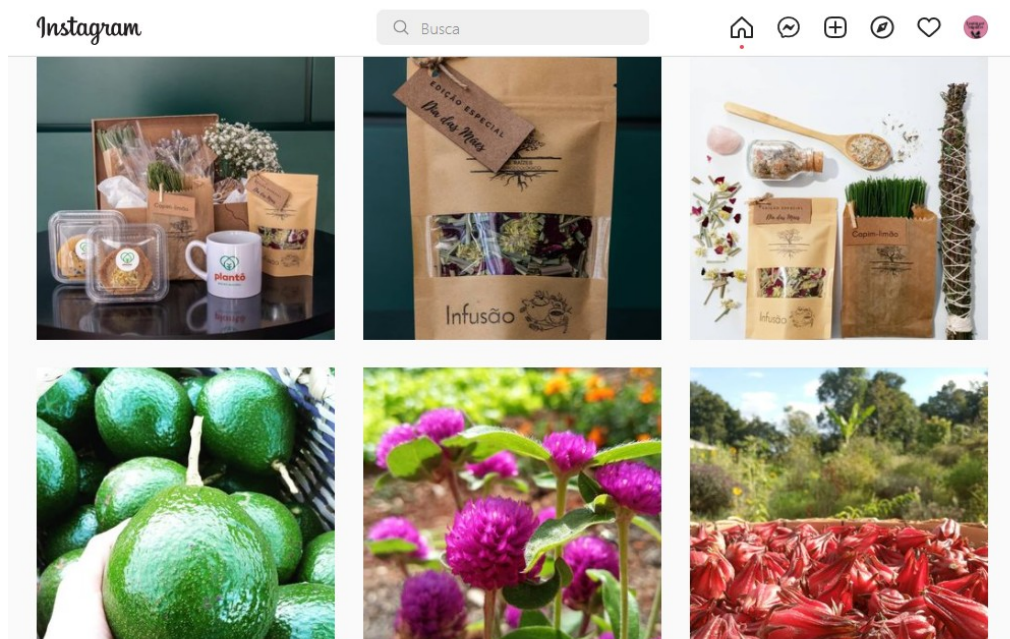


Fonte: Instagram Sítio Boas Raízes.

Disponível em: <https://www.instagram.com/sitioboasraizes/>. Acesso em: 31/01/2022.



Figura 12 – Produtos cultivados e desenvolvidos no Sítio Boas Raízes



Fonte: Instagram Sítio Boas Raízes. Disponível em:  
<https://www.instagram.com/sitioboasraizes/>. Acesso em: 31/01/2022.

A apresentação dos produtos, bem como os produtos beneficiados pelos produtores do Sítio Boas Raízes demonstram o apreço pela vida em todas as suas formas, a importância que atribuem à saúde e ao bem-estar humano, sem que para isso seja necessário destruir espaço em que vivem e cultivam. O objetivo é produzir e comercializar produtos que mudem a saúde das pessoas e ao mesmo tempo, gere sustento para sua família. As publicações, em geral, apresentam informações sobre a composição e os benefícios dos produtos beneficiados, para que os consumidores tenham acesso conhecimento das características dos produtos.

Ser produtor agroecológico no oeste de Santa Catarina é um grande desafio, por todos os motivos acima mencionados. Mesmo utilizando como referência a região Oeste Catarinense, sabe-se que as duas famílias pesquisadas não podem servir de parâmetro para analisar todos os produtores agroecológicos desta região, uma vez que se trata de um número expressivo de agricultores familiares. No entanto, essas famílias de pequenos agricultores familiares configuram-se como novas possibilidades dentro da produção agroecológica: novos formatos familiares, um êxodo urbano, uma possibilidade de estar no controle do processo de comercialização de seus produtos.

Figura 13 – Pomada natural, indicada para cortes, ferimentos e picadas de insetos



Fonte: Instagram Sítio Boas Raízes. Disponível em: <https://www.instagram.com/sitioboasraizes/>. Acesso em: 31/01/2022.

Para as duas famílias produtoras, a venda de seus produtos não é apenas uma relação comercial estabelecida afim de obter recursos financeiros. É muito mais: é levar saúde para as pessoas, é comercializar alimentos pelo valor justo, é poder entregar para os consumidores um produto que foi cultivado com os melhores desejos, da forma mais solidária possível para com a natureza. Isso os encanta e os move a continuar produzindo mais e melhor, a produzir com felicidade, como diz a produtora Solange Rubenich, a acreditar a agroecologia é a melhor forma de viver/produzir.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um projeto de pesquisa é um grande desafio, sobretudo quando ao percorrer o seu trajeto encontra-se uma pandemia que provocou um longo isolamento social. Pesquisar nesse contexto significou ter acesso restritos às obras, não poder sair à campo para pesquisar, nem poder ter contato direto com as famílias. A pandemia de coronavírus transformou a vida das pessoas no mundo todo, alterando as formas de relação sociais, educacionais, ambientais, e também confirmou de forma consistente a importância da pesquisa científica. No que diz respeito a esse trabalho, tornou-se necessário realizar modificações, alterando os instrumentos utilizados para obter informações pertinentes. Foram utilizados questionários enviados e recolhidos por meio de correio eletrônico, através dos quais as produtoras forneceram informações para serem analisadas. No entanto, ao analisar os questionários, percebeu-se lacunas: faltavam dados importantes para desenvolver os estudos de caso. A solução deu-se através do contato com as produtoras pelo *WhatsApp* e por meio da análise das páginas do *Instagram* dos Morangos Rubenich e do Sítio Boas Raízes. Foi necessário conversar com as produtoras em tempo real para não deixar dúvidas sobre os questionários e obter o máximo de informações para a integridade da pesquisa.

Perceber a emergência do pensamento agroecológico em escala mundial, nacional e regional foi imprescindível para analisar os fatores que promoveram a adesão da agricultura familiar a esta forma de produção e comercialização. Embora os movimentos em torno das causas ambientais tenham se fortalecido a partir da década de 1970, foi a partir da RIO 92, que se desenvolveram ações governamentais, movimentos sociais e científicos mais específicos no que diz respeito à sustentabilidade, e a um compromisso das nações com as questões ambientais. A partir da década de 1990 esses movimentos também alcançaram o Oeste de Santa Catarina, propondo uma nova forma de produção de alimentos. Dentre os documentos originados a partir da RIO 92, destaca-se a Convenção para a Diversidade Biológica que estabeleceu diretrizes para o desenvolvimento sustentável e conservação da diversidade biológica, reconhecendo o valor das esferas da vida na Terra, o valor do acesso aos recursos, e da informação, para a preservação ambiental e desenvolvimento social.

A agroecologia é muito mais que uma forma de produção de alimentos e, embora não haja consenso a respeito de uma definição única de agroecologia, percebeu-se a partir dos autores referenciados neste trabalho a concordância a respeito da abrangência da prática

agroecológica. Traduz-se em um estilo de vida comprometido com o meio ambiente, com a saúde, com o bem-estar coletivo. Desse modo, ao adotar a agroecologia como forma de produção, os pequenos agricultores não estiveram apenas aderindo a uma forma de plantar e colher, mas a uma mudança na forma de viver, de se relacionar com os elementos da natureza, com os vizinhos, com a sociedade e tudo que faz parte dela. A partir do relato das famílias que participaram dos estudos de caso, em um primeiro momento notou-se que a produção agroecológica tornou-se uma forma de subsistência, de manutenção das famílias, uma forma de plantar e colher no espaço disponível a quantidade necessária de produtos para gerar renda. Percebeu-se uma consciência ambiental, individual e social, ou seja, essas famílias demonstram ter convicção de que produzem agroecologicamente porque os benefícios preservam/conservam a natureza, fornecem saúde para a própria família e para os consumidores, bem como permite que os clientes paguem o preço justo pelos produtos.

Outrossim, foi importante compreender que os saberes que servem de base para a agroecologia não são algo recente, mas fruto do conhecimento ancestral de povos chamados tradicionais, como indígenas, quilombolas, caboclos e camponeses, agora aprimorados através da pesquisa científica, do conhecimento sistematizado. Portanto, falar em agroecologia nos dias atuais, envolve o amálgama de conhecimentos dos povos tradicionais e pesquisa científica. Nas famílias pesquisadas, observou-se a valorização dos conhecimentos dos vizinhos mais experientes, acrescida da busca pelo conhecimento científico, mediante a relação com pesquisadores da UFFS, e com os especialistas da EPAGRI. Essa associação de conhecimentos pode ser capaz de produzir práticas verdadeiramente sustentáveis.

Considera-se que as famílias Rubenich e do Sítio Boas Raízes podem estar vivenciando um processo de Transição Agroecológica, uma vez que ambas estão buscando novas formas de manutenção através da produção e comercialização de produtos agroecológicos. O processo de pesquisa, de envolvimento com redes de apoio, de planejamento do que pode ser rentável se produzido num pequeno espaço e sem o uso de agrotóxicos, a comercialização em cadeias curtas, são características do processo de Transição Agroecológica.

Nessa trajetória de desenvolvimento, conscientização e ampliação das práticas agroecológicas, há que se destacar a importância do Marco Referencial em Agroecologia, produzido pela EMBRAPA a partir do I Encontro de Agrobiologia e do grupo de trabalho criado para pensar a agricultura orgânica no Brasil. A partir de então, foram organizados vários Encontros Nacionais de Agroecologia e criada a Articulação Nacional de

Agroecologia, em 2002. Alguns anos mais tarde, a Marcha das Margaridas, se fez presente em Brasília solicitando à então Presidenta Dilma Rousseff que definisse políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia enquanto modo de produção da agricultura familiar, demonstrando a importância da atuação dos movimentos sociais. Em 2013, a Presidenta propôs o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o que representou um grande avanço no fortalecimento da agricultura familiar agroecológica.

Sobre o apoio do governo aos pequenos produtores agroecológicos, as duas produtoras que participaram dos estudos de caso reconheceram que seu envolvimento com a Agroecologia é recente (a família Rubenich a partir de 2015, e a família do Sítio Boas Raízes, em 2020), e que quando aderiram, os que já atuavam na produção agroecológica antes deles, trilharam um árduo caminho para chegar ao que se tem atualmente. Porém, ambas concordam que ainda falta muito investimento e políticas públicas voltadas ao pequeno produtor que trabalha com agroecologia.

A região Oeste de Santa Catarina tem sua estrutura fundiária organizada em pequenas propriedades familiares, que após o período de colonização passaram a trabalhar integradas às agroindústrias. Com a chegada dos pacotes da Revolução Verde à região, difundiu-se a ideia de que estes seriam a única oportunidade real de desenvolvimento e, portanto, os cultivos de alimentos deram lugar às lavouras de soja e milho, destinados ao mercado externo. Nesse contexto, somente as propriedades mais estruturadas conseguiam permanecer integradas às agroindústrias, forçando muitas famílias ou parte delas a migrar para as cidades buscando trabalho nessas mesmas agroindústrias. Os que permaneciam integrados se submetiam ao regramento estabelecido pelas agroindústrias que ditavam o ritmo da produção. Além disso, era necessário lidar com os danos causados pelo esgotamento do solo, resultado da contaminação da água e do solo, e com a propagação de pragas nas plantações, dentre outros incidentes.

Diante disso, os pequenos agricultores buscaram novas alternativas para a sobrevivência de suas famílias e das propriedades. Percebeu-se que a conscientização ambiental dos pequenos agricultores esteve estreitamente relacionada com os movimentos sociais e ambientais dos anos de 1990, o que lhes forneceu estrutura, conhecimento, organização para realizar a transição agroecológica em suas propriedades. Através dos estudos de caso, verificou-se que as duas famílias produtoras também estão envolvidas com coletivos ligados coletivos, ou às associações de produtores, como o Grupo de Morangueiros, as reuniões de pequenos produtores organizadas pelos professores Luiz Borsuki e Geraldo

Coelho, e o Grupo de Orgânicos Herança Viva, evidenciando a importância do apoio coletivo, das trocas de conhecimentos, e do fortalecimento dos pequenos agricultores através da formação dessas redes.

No entanto, é preciso ressaltar que o acesso ao conhecimento que os produtores dos estudos de caso possuem, bem como as ferramentas disponíveis atualmente para pesquisa e comunicação, contrastam com o que se podia obter nos anos de 1990. As produtoras relataram que boa parte de seu acesso ao conhecimento veio dos livros, de palestras, de vídeos do *YouTube*, demonstrando a importância da *Internet*, dos conteúdos que estão disponíveis e a facilidade de alcançá-los. No caso das produtoras estudadas, apesar de pertencerem a distintas gerações, ambas se valem das tecnologias de informação para sua formação e aprimoramento, além da comercialização dos produtos, cuja maior parte da divulgação e vendas ocorre pelas redes sociais.

A estrutura da Agricultura Familiar característica da região Oeste de Santa Catarina é percebida na organização e na maneira de pensar dessas famílias: a subsistência deve ser assegurada em primeiro lugar. Para assegurar que assim seja, essas famílias foram em busca de alternativas ao capitalismo de mercado e suas práticas, encontrando na agroecologia uma possibilidade de inserir-se na economia local/regional. Assim, esses pequenos agricultores controlam sua produção e comercialização dos produtos, negociando-os em cadeias curtas.

A história recente dessas famílias com a agroecologia, sua satisfação e seu encantamento, como relata a produtora Solange Rubenich, e o fato de ambas as famílias terem deixado a cidade para voltar ao campo expressa algo a respeito da contemporaneidade. Refere-se a um retorno às raízes. No caso da família Rubenich, filhos de agricultores que trabalhavam com produção convencional e no caso da Dara Gabriela de Oliveira, uma jovem urbana, que decidiu morar na área rural para pôr um projeto de vida em prática, junto com seu companheiro, Marcos. Uma família mais madura, com filhos; a outra, um casal de jovens. Ambas aprendendo com os livros, com a internet, mais também com os mais maduros e experientes que eles. Seja como for, a agroecologia tornou-se para eles um estilo de vida, uma postura política, uma prática no presente, uma esperança de futuro. Quiçá possam retribuir tudo o que têm recebido, e influenciem também novas gerações, pois é esse seu desejo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Criticada, Dilma lança plano sustentável. **Jornal Estado de Minas**, [s.i], 17 out. 2013, Política. Disponível em:  
[https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/10/17/interna\\_politica,460779/criticada-dilma-lanca-plano-sustentavel.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/10/17/interna_politica,460779/criticada-dilma-lanca-plano-sustentavel.shtml).

Acesso em 22 set. 2020.

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

ALMEIDA, Jalcione. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520, 2003. Disponível em:  
<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/734>.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3a. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. A. Agroecología: principios y estrategias para diseñar sistemas agrarios sustentables. In: SARANDÓN, Santiago J. (Ed.). **Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable**. Buenos Aires: Ediciones Científicas Americanas, 2002. p. 49-56. Disponível em: <http://agroeco.org/wp-content/uploads/2010/10/cap2-Altieri.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2020.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em:  
[https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia\\_short\\_port.pdf](https://arca.furg.br/images/stories/producao/agroecologia_short_port.pdf)  
 Acesso em: 21 abr.2020.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **O que é a ANA**. Disponível em:  
<https://agroecologia.org.br/o-que-e-a-ana/>  
 Acesso em: 22 set. 2020.

ASSIS, Renato Linhares; ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/22129/14493>. Acesso em: 07 set. 2020.

BONI, Valdete. **De agricultoras a camponesas: o movimento das mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2021. 253f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Brasília, DF: Consea, 2004.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2017.

CUNHA, Luis Felipe. NIEDERLE, Sidnei Luiz. PEREIRA, Stella Maris Veiga. Agricultura familiar e complexo agroindustrial: autonomia e conflito no processo de territorialização do oeste catarinense. . IN: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014.

DA SILVA, R. N.; NUNES, M. E. de A. A.; ANDRADE, H. M. L. da S. Percepção de jovens agricultores sobre práticas agroecológicas na produção agrícola. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2020. DOI: 10.52719/bjas.v1i2.2874. Disponível em: <http://200.17.137.114/index.php/BJAS/article/view/2874>. Acesso em: 12 jan. 2022.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **HISTÓRIA ORAL**, n. 6, 2003. p. 9-25.

DE LUCA, Tânia R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.) **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, dez. 1991. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2319/1458>. Acesso em: 18 abr. 2019.

EPAGRI. Epagri – 40 anos de Pesquisa Agropecuária em Santa Catarina. 1a. ed. Florianópolis: Epagri, 2016. Disponível em: <[https://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_epagri/EPAGRI\\_40-anos-de-pesquisa-agropecuaria.pdf](https://docweb.epagri.sc.gov.br/website_epagri/EPAGRI_40-anos-de-pesquisa-agropecuaria.pdf)> Acesso em 14 Nov. 2021.

FARIA, Josiane Petry; DIAS, Renato Duro. Ecocidadania e ecofeminismo: da necessidade de repensar as relações entre gênero, poder e sustentabilidade. In: **Diversidades Étnicas e Culturais e Gênero** [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/ UASB Coordenadores: Claudia Storini; Janaína Rigo Santin. – Florianópolis: CONPEDI, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina. IN: HIDALGO F., Francisco, ed. **Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos** / Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A., edito1.ª ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014. Disponível em: <<https://www.ippri.unesp.br/Modulos/Noticias/328/agriculturas-campesinas-propuestas-y-desafios-web.pdf>> Acesso em 28 Jan. 2022.

FERRI, Gil Karlos. História Ambiental: historiografia comprometida com a vida. **Café História**, [s.i] 05 abr. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/historia-ambiental-historiografia-comprometida-com-a-vida/> Acesso em: 13 nov. 2019.



FORCHESATTO, Raquel. **Feiras da reforma agrária: concepção sobre a atuação das mulheres na produção agroecológica**. 2018. 157f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2018.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia. Processos Ecológicos em Agricultura Sustentável. In: COSTA, Manoel Baltasar Baptista da. *Agroecologia no Brasil: História, Princípios e Práticas*. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 47.

GOMES, J. C. C.; ASSIS, W. S. de. (Ed.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais**. Coleção Transição Agroecológica, vol. 1. Brasília: Embrapa, 2013.

GONZALEZ, Amélia. **Os bastidores da negociação entre quem tem e quem precisa dos recursos naturais**. Disponível em:

<http://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/os-bastidores-da-negociacao-entre-quem-tem-e-quem-precisa-dos-recursos-naturais.html>.

Acesso em: 17 set. 2020.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**. Estudos Sobre História. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2014.

MATTOS, Cleomar de. *Movimentos Sociais e Agroecologia no Oeste de Santa Catarina*. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó, 2019.

MOCHIUTTI, Nair Fernanda. ALENCAR, Roberta. MACHADO, Sílvio Marcio Montenegro. O ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável nas esferas da agricultura familiar e do agronegócio no Oeste Catarinense. IN: **Cadernos Geográficos**. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geociências. nº 15 (Maio 2006). Florianópolis: Imprensa Departamento de Geociências, 2006. 2014.

MOREIRA, Antônio Carlos. **A conquista na fronteira: desenvolvimento territorial com sustentabilidades**. Frederico Westphalen: URI, 2013.

MORETTO, SAMIRA; SILVA, C. M. ; VALENTINI, D. J. ? Árvore é quase bicho, e bicho é quase gente?: os caboclos da América Subtropical e um Buen Vivir alternativo. *BOLETIM HISTORIAR*, v. 07, p. 57, 2020.

NODARI, Rubens Onofre; GUERRA, Miguel Pedro. A agroecologia: estratégias de pesquisa e valores. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 183-207, Abr. 2015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142015000100183&lng=en&nrm=iso)

Acesso em: 21 jul. 2020.

NSC TOTAL. Prefeitura de Chapecó fecha aterro sanitário. **NSC Total**, [s.i], 27 jan. 2009. Cotidiano. Disponível em: <https://www.nsctotal.com.br/noticias/prefeitura-de-chapeco-fecha-aterro-sanitario>.

Acesso em: 09 nov. 2019.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, v.24, n. 68, 2010. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/issue/view/757>

Acesso em: 15 ago. 2020.

PICADO UMAÑA, Wilson. Los significados de la revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de la Revolución Verde. **Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha**, v. 3, n. 2, p. 490-521, 30 mar. 2014. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/140>  
Acesso em: 18 abr. 2019.

PLANALTO. **Conheça o Consea**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias-internas/conheca-o-consea>  
Acesso em: 16 fev. 2021.

PONTING, CLIVE. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1995.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A.(orgs) **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Editora UFFS, 2016.

ROCHA, Maristela Ferreira da. KLANOVICZ, Jó. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense: História e Educação Ambiental: Abordagens, problemas e perspectivas**. Dia a Dia Educação. Portal Educacional do Estado do Paraná. [Internet]. Curitiba: SEED/PR., 2014. v.2. (Cadernos Produção Didático-Pedagógica). Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2012/2012\\_unicentro\\_hist\\_pdp\\_maristela\\_ferreira\\_da\\_rocha.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_unicentro_hist_pdp_maristela_ferreira_da_rocha.pdf)  
Acesso em: 16 nov. 2019.

ROCHA, C. H.; SOUZA, N. M.; WEIRICH NETO, P. H. (Orgs.). **Sustentabilidade: a transformação vem da agricultura familiar**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Cronologia Histórica Meio Ambiente. Paraná. Disponível em: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao\\_ambiental/evolucao\\_historica\\_ambiental.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_ambiental/evolucao_historica_ambiental.pdf)  
Acesso em: 24 nov. 2019.

SILVA, Claiton Marcio. BRANDT, Marlon. MORETTO, Samira Peruchi. Transformando a paisagem: Uma História Ambiental de Chapecó. IN: Carbonera, Miriam. Et.al. **Chapecó 100 anos: Histórias Plurais**. Chapecó, Argos, 2017.

SILVEIRA, Jéssica Garcia da. A Rio-92, os Movimentos Ecologistas e a Política Nacional do Meio Ambiente: uma reflexão sobre a construção das políticas ambientais brasileiras na década de 1990. **Revista Hydra**. Volume 5, número 9. abril de 2021. Disponível em: < <https://periodicos.unifesp.br/index.php/hydra/article/view/11427>> Acesso em 06 Dez. 2021.

SEVILLA GUSMÁN, E. GONZÁLES DE MOLINA, M. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. *In*: GARCÍA DE LEÓN, M. A. **El campo y la ciudad**. Madrid: Ministerio de Agricultura, pesca y alimentación, 1996.

SOS MATA ATLÂNTICA. Mata Atlântica. Disponível em: <https://www.sosma.org.br/causas/mata-atlantica>.

Acesso em: 22 set. 2020.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Camponato Brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996. Disponível em: <<https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/Texto%205.pdf>> Acesso em: 12 Dez. 2021.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, dez. 1991. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2324/1463>. Acesso em: 28 mai. 2019.

WORSTER, Donald. Transformações da Terra: para uma perspectiva agroecológica na História. **Ambiente & Sociedade** - Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/asoc/a/ygCBYvtmDL4vF59M98DhfnN/abstract/?lang=pt#>> Acesso em: 23 Nov. 2021.

## FONTES

AGÊNCIA ESTADO. Criticada, Dilma lança plano sustentável. **Jornal Estado de Minas**, [s.i], 17 out. 2013, Política. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/10/17/interna\\_politica,460779/criticada-dilma-lanca-plano-sustentavel.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/10/17/interna_politica,460779/criticada-dilma-lanca-plano-sustentavel.shtml). Acesso em 22 set. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 06 Dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. **IBGE: Agricultura Familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, mostra censo agropecuário**. Publicado em 25/10/2019. Não paginado. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/agricultura-familiar-emprega-mais-de-10-milhoes-de-pessoas-mostra-censo-agropecuario> Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto Legislativo n. 2, 2000**. Dispõe sobre a convenção sobre diversidade biológica – CDB. Disponível em: [https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf\\_chm\\_rbbio/\\_arquivos/cdbport\\_72.pdf](https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf). Acesso em: 07 set. 2020. p. 7.

MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS MMC BRASIL. 2020. **Agroecologia: uma alternativa para a continuidade da vida**. Folder. Disponível em: [http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder\\_agroecologia.pdf](http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/folder_agroecologia.pdf) Acesso em 30 ago. 2020.

OLIVEIRA, Dara G. **Respostas do questionário elaborado por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade**. Destinatário: Janaí Trindade [S.I.], 13 jan. 2021. 1 mensagem eletrônica. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

OLIVEIRA, Dara Gabriela. **Informações complementares sobre questionário elaborado por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade**. Conversa por aplicativo *WhatsApp*, Chapecó, 12/01/2021. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.

RUBENICH, Solange. **Respostas do questionário elaboradas por Janaí Jucéia de Oliveira Trindade**. Conversa por aplicativo *WhatsApp*, Chapecó, 06/01/2021, Chapecó. Acervo: Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da UFFS.